

Casoteca FBSP | 2017



Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres:

experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública

Realização:



Parceria:



Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres:

experiências desenvolvidas
pelos profissionais de
segurança pública

Realização:



Parceria:



SUPERVISÃO:

Renato Sérgio de Lima

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Vaney Fornazieri (MTB 32503)

TEXTOS:

Cauê Martins, Cristina Neme, David Marques, Giane Silvestre, Isabela Sobral, Jacqueline Brigagão, Marina Bohnenberger, Marina Pinheiro, Olaya Hanashiro, Roberta Astolfi, Samira Bueno, Stefanie Prandi.

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA:

Seepix | D'lippi

REVISÃO DE TEXTO:

Andressa Vilela

IMPRESSÃO:

Ogra Oficina Gráfica

Impresso em julho de 2017

São Paulo - SP

Catálogo na Publicação (CIP)**Ficha Catalográfica elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública**

Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres:

experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública – Casoteca FBSP 2017 / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. – (Série Casoteca FBSP, v. 1). 144p.

ISBN 978-85-67450-04-9

1. Políticas Públicas – Brasil. 2. Segurança Pública – Brasil. 3. Violência contra a mulher. I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. II. Série Casoteca FBSP.

CDD-350

Sumário

Apresentação	4
Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Femicídio Teresina (PI)	7
<i>Cristina Neme e Cauê Martins</i>	
Patrulha Maria da Penha BMRS Porto Alegre (RS)	29
<i>Olaya Hanashiro e Isabela Sobral</i>	
Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA Salvador (BA)	43
<i>Samira Bueno e Jacqueline Brigagão</i>	
Baby: Espetáculo de Cena Fórum Brasília (DF)	55
<i>Marina Pinheiro e Stefanie Prandi</i>	
Rede de Frente – Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT)	63
<i>David Marques</i>	
Projeto Mulher Segura MS Amanbai (MS)	79
<i>Roberta Astolfi</i>	
Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar Belo Horizonte (MG)	89
<i>Jacqueline Isaac Machado Brigagão</i>	
Ronda Maria da Penha PMAM Manaus (AM)	103
<i>Giane Silvestre</i>	
Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA) Fortaleza (CE)	115
<i>Cauê Martins e Cristina Neme</i>	
Patrulha Maria da Penha GCM e Casa da Mulher Brasileira Campo Grande (MS)	127
<i>Roberta Astolfi e Marina Bohnenberger</i>	
Sobre os autores	139
Índice Remissivo	143

APRESENTAÇÃO

CASOTECA FBSP 2017

O Brasil é um país de dimensões continentais, composto por mais de 700 mil policiais e guardas municipais, muitos dos quais altamente engajados em encontrar soluções para reduzir o crime, a violência e garantir cidadania à população. E justamente por ser um país tão grande e diverso, muitas vezes, iniciativas locais ficam invisibilizadas frente a um cenário calamitoso de violência como o que vivenciamos.

O que as polícias e as guardas municipais têm feito para enfrentar a violência contra a mulher? Essa questão motivou este projeto, que contou com a parceria do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV/EAESP e do Instituto Avon.

E na tentativa de respondê-la, o FBSP decidiu mapear as iniciativas desenvolvidas pelos/pelas profissionais de segurança pública e suas instituições que tivessem por objetivo o enfrentamento da violência contra as mulheres em suas mais diferentes formas como doméstica, sexual, psicológica, cibernética, dentre outras.

Um edital foi aberto e 58 inscrições de todo o país foram recebidas. Para dar conta do volume de iniciativas convidamos especialistas em segurança pública, gênero e temáticas correlatas para nos auxiliar no processo de seleção. Entre as experiências que cumpriram os requisitos do edital, o comitê científico selecionou as 10 que melhor preencheram sete critérios tidos como essenciais pelo FBSP: 1) Respeito às especificidades de gênero; 2) Inovação; 3) Respeito aos direitos humanos, incluindo a privacidade, o direito de escolha e de ir e vir; 4) Ampliação do diálogo das instituições de segurança pública com outras organizações governamentais e não governamentais; 5) Possuir critérios de avaliação e acompanhamento da experiência ao longo do tempo; 6) Sustentabilidade ao longo do tempo; 7) Ações e conhecimentos produzidos que possam inspirar ou ser traduzidos em outras experiências.

A equipe do FBSP visitou cada uma destas iniciativas durante o mês de fevereiro de 2017 para entrevistar os/as profissionais que nelas atuavam, assim como atores da rede de enfrentamento à violência contra a mulher que



pudessem agregar informações aos projetos. A metodologia adotada inspirou-se no Prêmio Gestão Pública e Cidadania, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV/EAESP. Mais do que criar um “prêmio” para os/as policiais, a proposta aqui foi reconhecer e documentar práticas desenvolvidas pelas instituições policiais e guardas municipais com potencial de transformação em cenários de vulnerabilidade à violência, sistematizando e disseminando o conhecimento produzido por e para profissionais de segurança pública.

Ao final das visitas às 10 experiências, o Comitê de Seleção reuniu-se novamente para escolher as três experiências cujo potencial de replicabilidade e inovação se mostraram mais consistentes. Estas iniciativas receberam o Selo FBSP de Práticas Inovadoras, no dia 08 de março, durante cerimônia realizada em São Paulo.

Mas cientes da importância do trabalho que vem sendo desenvolvido por estes/as policiais e guardas municipais, o FBSP apresenta neste livro o resultado das visitas de campo a todas as iniciativas finalistas do Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Casoteca FBSP 2017. Experiências desenvolvidas pelas Polícias Civil, Militar, Técnico-Científica e Guardas Municipais das cinco regiões do país e que, mesmo diante das limitações de recursos humanos e financeiros, têm sido capazes de fazer a diferença na proteção às mulheres vulneráveis à violência em seus territórios.

Esperamos que esta iniciativa cumpra um duplo papel de valorização dos/as profissionais de segurança pública, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido e visibilizando práticas e projetos que podem fornecer insumos e conhecimento para outras iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Por fim, agradecemos a todos/as os/as profissionais que submeteram projetos neste edital e aos membros do Comitê de Seleção que contribuíram decisivamente para esta publicação. Ficamos na torcida para que a Casoteca cresça, seja utilizada pelos/as profissionais de segurança pública e inspire iniciativas de enfrentamento à violência.

Boa leitura!

EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS



- 1 Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Femicídio | Teresina (PI)
- 2 Patrulha Maria da Penha BMRS | Porto Alegre (RS)
- 3 Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA | Salvador (BA)
- 4 Baby: Espetáculo de Cena Fórum | Brasília (DF)
- 5 Rede de Frente – Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher | Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT)
- 6 Projeto Mulher Segura MS | Amambai (MS)
- 7 Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar | Belo Horizonte (MG)
- 8 Ronda Maria da Penha PMAM | Manaus (AM)
- 9 Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA) | Fortaleza (CE)
- 10 Patrulha Maria da Penha GCM e Casa da Mulher Brasileira | Campo Grande (MS)

Membros do Comitê de Seleção

Presidente do Comitê: Renato Sérgio de Lima – Diretor Presidente FBSP

Membros:

Aparecida Gonçalves (Xaraés Consultoria e Projetos)

Cássio Thyone Almeida de Rosa (PC-DF / FBSP)

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira (IPEA / FBSP)

Edson M. L. S. Ramos (UFPA / FBSP)

Elisandro Lotin (PM-SC / FBSP)

Fernando Burgos (CEAPG-FGV-EAESP)

Haydée Glória Cruz Caruso (UnB / FBSP)

Jacqueline de Oliveira Muniz (UFF / FBSP)

Luciana Ramos (UnB)

Ludmila Ribeiro (CRISP-UFMG / FBSP)

Maria José Tonelli (EAESP-FGV)

Marlene Inês Spaniol (Brigada Militar-RS / FBSP)

Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara (PF – FBSP)

Roberta Gregoli (Observatório da Mulher contra a Violência – Senado Federal)

Roberta Viegas (Observatório da Mulher contra a Violência – Senado Federal)



Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Femicídio Teresina (PI)

Cristina Neme e Cauê Martins



Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Femicídio Teresina (PI)

Cristina Neme e Cauê Martins



Nome da Experiência: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Femicídio



Corporação: Polícia Civil



Cidade/UF: Teresina (PI)



Data de início da experiência:
02 de março de 2015

Data da visita à experiência:
16 e 17 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Delegada Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, coordenadora do projeto

RESUMO

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero é o projeto central de um conjunto de iniciativas de enfrentamento à violência contra a mulher desenvolvidas pela Polícia Civil do Estado do Piauí e tem como objetivo principal implementar e difundir um modelo de gestão orientado pela perspectiva de gênero nas organizações policiais. A partir da instituição do Núcleo de Estudo, que contou concomitantemente com a implantação de um Núcleo de Investigação de Femicídio, foram planejadas e estabelecidas as seguintes ações: desenvolvimento de metodologia investigatória e de protocolos de atendimento para ocorrências de violência de gênero, especialmente feminicídio; realização de capacitações dos efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar, além de outros agentes públicos e sociais, na perspectiva de gênero; criação do Plantão de Gênero; promoção de campanhas de prevenção e enfrentamento da violência de gênero, que contam com aplicativos de celular para orientações e denúncias. O projeto tem abrangência estadual e visa atingir organizações policiais e a população feminina do estado do Piauí como público beneficiário.

INTRODUÇÃO

O **Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero** é um projeto desenvolvido pela Polícia Civil do Estado do Piauí com objetivo de implementar um modelo de gestão orientado pela perspectiva de gênero nas organizações policiais do estado, procurando tanto responder ao problema da baixa qualidade da investigação dos casos de mortes violentas de mulheres como promover iniciativas de prevenção e enfrentamento dessa violência.

O problema foi identificado pela delegada coordenadora do projeto, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, que, ao longo de sua experiência profissional, detectou que o modelo de organização policial tradicionalmente distante de uma gestão orientada pela perspectiva de gênero traz prejuízos às práticas e rotinas policiais e administrativas, afetando a qualidade da investigação e do processo judicial.

A partir da implantação do Núcleo de Estudo e de um Núcleo Policial Investigativo de Femicídio, foram desenvolvidas ações de prevenção e repressão à violência, dentre as quais se destacam: instituição do Plantão de Gênero na Central de Flagrantes da capital, elaboração de metodologia investigatória e de protocolos de atuação policial, assim como a realização de capacitações na perspectiva de gênero e de campanhas de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

O projeto conta com uma equipe formada por três delegadas e uma agente de polícia, sendo a delegada coordenadora também Subsecretária da Segurança Pública do Estado do Piauí, e com representantes da Polícia Militar (PM), do Corpo de Bombeiros, dos setores de estatísticas das instituições policiais e da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Um antecedente relevante à implementação do Núcleo de Estudo foi o desenvolvimento do Sistema de Boletim de Ocorrências e a institucionalização, no ano de 2016, do Sistema de Monitoramento de Crimes Violentos Letais Intencionais (SIMCVLI), com vistas à qualificação das estatísticas criminais no âmbito do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da Secretaria da Segurança Pública. Isso permitiu identificar e dimensionar o fenômeno do feminicídio no estado do Piauí e, a partir daí, planejar a análise dos casos no âmbito de um núcleo de estudos.

Nesse contexto, a equipe tomou conhecimento da elaboração, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e ONU Mulheres, das **Diretrizes Nacionais Femicídio: investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**, produzidas a partir do projeto de Implementa-

ção do Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no Brasil¹. A consultora Wânia Pasinato, que coordenou o trabalho, foi convidada pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí a fazer uma primeira capacitação dos(as) delegados(as) sobre gênero durante uma semana em Teresina, antes mesmo da publicação oficial do documento das Diretrizes, ocorrida em abril de 2016, e a então Secretária Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Aparecida Gonçalves², convidou o estado do Piauí a aderir ao protocolo, tornando-se o primeiro estado brasileiro a fazê-lo.

Feminicídio e Lei 13.109

Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres. O Feminicídio está previsto na legislação brasileira desde 2015 como circunstância qualificadora do crime de homicídio. (Lei 13.104, de 9 de março de 2015). Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I) violência doméstica e familiar; II) menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A Lei também incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

A Portaria 064/2015 da SSP-PI definiu Feminicídio como o assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais baseado em relações de gênero.

Assim, a equipe da Polícia Civil (PC) começou a desenvolver sua metodologia investigatória na perspectiva de gênero a partir das Diretrizes Nacionais e da análise dos inquéritos policiais, por meio de pesquisa empírica dos casos de mortes de mulheres no Piauí, conduzida pelo Núcleo de Estudo com participação de um grupo de pesquisadores formado por alunos de graduação e pós-graduação em Direito e Ciências Sociais, além das policiais civis que integram a equipe. As análises demonstraram que, se por um lado o feminicídio é o resultado final de uma série de violências, muitas vezes denunciadas nas delegacias, por outro, as Delegacias de Proteção à Mulher (DEAM) não conseguem ter uma visão macro de modo a pensar a prevenção do feminicídio.

A partir desse conhecimento, a equipe passou à ação, visando a desconstrução do senso comum da imprensa e da polícia, usando o resultado dos estudos e das análises estatísticas para qualificar o discurso, mostrando que a maior parte

1. O documento das Diretrizes Nacionais é resultado do processo de adaptação do Modelo de Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio) à realidade social, cultural, política e jurídica no Brasil, em iniciativa do Escritório da ONU Mulheres no Brasil em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e apoio do governo da Áustria.

2. Da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

dos assassinatos de mulheres ocorridos no estado eram feminicídios (60%), apresentando o perfil da vítima e do crime e, enfim, destacando que o feminicídio decorre de uma série combinada de violações em que a mulher sofre uma sequência de ameaças, injúrias e lesões que resultarão em morte. Apon- tou-se, assim, para a necessidade de romper, no âmbito da polícia, com a prá- tica tradicional que, no momento de escuta da vítima, acaba por sequestrar o discurso das mulheres em situação de violência e reduzi-lo aos estereótipos da cultura judicial a respeito da violência de gênero, ao invés de deixa-la falar e se expressar livremente.

Nesse processo, cabe destacar a ocorrência de dois casos exemplares que foram atendidos pela equipe e acabaram constituindo um piloto da políti- ca pública a ser desenvolvida pelo Núcleo. O primeiro foi o estupro coletivo ocorrido na cidade de Castelo do Piauí em maio de 2015³, quando quatro ga- rotas foram brutalmente atacadas (uma delas veio a falecer) por um grupo de quatro rapazes adolescentes e um adulto. A partir de ações lideradas pela equipe, o corpo médico do Hospital de Urgência de Teresina (HUT) foi mobi- lizado para garantir a privacidade das vítimas, impedindo sua exposição à mí- dia, e a imprensa foi alertada pedagogicamente de que se tratava de crime de feminicídio, para além de crime sexual, como tradicionalmente são abordados esses casos. Frente ao posicionamento tradicional do delegado responsável pelo caso, que logo decidiu que a resolução se daria por meio de indiciamento por homicídio doloso por motivo fútil, foram reunidos os peritos junto aos mais altos representantes da Polícia Civil⁴ e por meio de portaria da Secretaria da Segurança Pública as delegadas mulheres da DEAM e do Núcleo de Femi- nicídio foram incluídas no caso.

Posteriormente, houve o caso do estupro e morte de Dona Raimunda⁵, uma senhora sindicalista, pobre, negra e trabalhadora rural, e para o qual o primeiro discurso após o ocorrido desqualificava a vítima em razão de seu comportamento social: ser uma senhora que bebe e dança. Agindo no mesmo sentido do caso de Castelo, a equipe assumiu a investigação e, em conjunto com a perícia, o resolveu com rapidez, levando à identificação e à prisão do autor. Em ambos os crimes, o trabalho da equipe se destacou, havendo no caso de Castelo uma repercussão internacional que também contribuiu para sensibilização do poder público a adotar as reformas necessárias na aborda- gem dos crimes contra mulheres.

3. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-05/quatro-adolescentes-sao-estupra- das-e-espancadas-no-interior-do-piaui>

4. Delegado geral, delegado chefe do interior, delegado regional, delegado responsável pelo caso e delegada responsável pelo Núcleo de Feminicídio.

5. <http://www.portalodia.com/noticias/policia/nos-somos-mortas-por-sermos-mulheres,-diz-dele- gada-eugenia-villa-238004.html>

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Núcleo foi criado para sanar uma falha na investigação de assassinatos de mulheres na medida em que esses casos, embora tenham autoria conhecida na maioria das vezes, não são percebidos e apurados como um fenômeno de feminicídio. Assim, a ideia é promover e disseminar a investigação com perspectiva de gênero, fortalecendo o trabalho das DEAMs e das delegacias no interior do estado e capacitando os profissionais envolvidos na investigação. Trata-se de uma mudança de paradigma em relação à compreensão e processamento da morte violenta de mulheres, que deve partir do devido enquadramento do tipo feminicídio, e seu consequente registro nas estatísticas criminais, para afetar as práticas de apuração que envolvem a preservação do local de crime, a realização de perícia, a escuta de testemunhas, etc., com vistas à caracterização do feminicídio.

Assim, o núcleo de Estudo é /foi responsável pelas seguintes atividades:

- No âmbito da gestão da informação, promoção da atualização dos sistemas da Polícia Civil para inclusão do tipo penal feminicídio, qualificação das estatísticas e elaboração do Mapa do Feminicídio no Estado, em trabalho desenvolvido conjuntamente com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal (NUCEAC) da SSP;
- Análise dos casos de mortes de mulheres no Piauí, conduzida no Núcleo de Estudo com participação de um grupo de pesquisadores formado por alunos de graduação e pós-graduação em Direito e Ciências Sociais, além das delegadas (pesquisa empírica com base na leitura dos inquéritos policiais instaurados a partir da promulgação da lei do feminicídio, segundo a perspectiva de gênero);
- Elaboração de Metodologia Investigatória do Feminicídio na perspectiva de gênero e de protocolos policiais que auxiliem desvelar a violência de gênero;
- Aperfeiçoamento das requisições periciais na perspectiva de gênero;
- Capacitação de policiais civis e militares na metodologia investigatória do feminicídio;
- Implementação do Plantão de Gênero na central de flagrantes metropolitana, com protocolo de atendimento;
- Proposição e implementação de políticas de prevenção da violência de gênero e do feminicídio, por meio de realização de campanhas (*Acorda Cinderela*) e desenvolvimento de aplicativos (*Vazow* – contra a pornografia de revanche e *Salve Maria* – botão do pânico).

O **Plantão de Gênero**, por sua vez, funciona no mesmo prédio da Central de Flagrantes da capital, porém com acesso próprio, de forma que nos casos de violência doméstica e familiar as vítimas são atendidas em ambiente específico, sem contato com as outras ocorrências atendidas na Central. Todos os casos que envolvem

violência contra meninas, mulheres, meninos, travestis e transexuais em situação de flagrante delito são atendidos no Plantão de Gênero, sendo o procedimento encaminhado para a delegacia competente instaurar o inquérito policial.

Nos casos de crianças, o flagrante segue para a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente Víctima (DPCA); nos casos de mulheres, segue para uma das quatro DEAMs da capital; nos casos de transgêneros, segue para a Delegacia dos Direitos Humanos e nos casos de mulheres idosas, para a Delegacia do(a) Idoso(a). O ambiente do Plantão é simples e organizado, contando basicamente com uma recepção, salas de atendimento, brinquedoteca para receber as crianças (sejam vítimas, sejam aquelas que acompanham as mães ou familiares), um quarto e banheiro (só para mulheres) de apoio às delegadas plantonistas.

O Plantão de Gênero é coordenado pela mesma delegada que coordena o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e funciona da seguinte forma:

- Segunda a sexta: em horário comercial das 8h às 12h e de 14h às 18h
- Quintas e sextas à noite: de 21h às 4h
- Sábado e Domingo: das 14h às 4h

A escala foi planejada de modo a cobrir potencialmente as demandas com base nas incidências constatadas em boletins de ocorrência considerando dias da semana, horários e contingente policial feminino disponível. Do efetivo total de 109 delegados de polícia na capital e região metropolitana, 28 são mulheres, das quais 20 atuam no Plantão de Gênero. Cabe notar que nos concursos para delegado(a) a inscrição de candidatos do sexo masculino é majoritária, enquanto as mulheres são maioria na carreira de escrivão/ã.

Observe-se ainda que, procurando contemplar as relações de gênero dentro da instituição, o Plantão tem uma infraestrutura para acolher melhor as delegadas, contando com um quarto e um banheiro reservados para mulheres.

Seguindo o fluxo de atendimento, conforme protocolo estabelecido para o Plantão de Gênero (que será apresentado na seção seguinte), a Polícia Civil encaminha as vítimas ao Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência, de onde devem seguir para a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

INSTITUCIONALIDADE

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e o Núcleo Policial Investigativo de Femicídio foram instituídos por meio da Portaria 064/2015 da Secretaria da Segurança Pública, proposta e assinada pela delegada responsável pela iniciativa, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, que na ocasião ocupava

o posto de Secretária de Segurança Pública Interina. A responsável institucional pelo programa é a própria delegada e nele estão diretamente engajados o Secretário da Segurança Pública, Fábio Abreu Costa, que é capitão da Polícia Militar e deputado federal, e a Vice-governadora do Estado, Margarete de Castro Coelho.

O Núcleo de Estudo foi instituído no âmbito das Diretorias de Ensino da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e da Academia de Polícia Civil, sendo composto pelo(a)s representantes daquelas instituições, por um(a) representante e suplente de cada um dos setores de estatística e um(a) representante da SSP, sendo que sua sede é na Academia da Polícia Civil. Pode-se dizer que o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero é o projeto central e propulsor de um conjunto de iniciativas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Piauí voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Por sua vez, o **Núcleo Policial Investigativo de Femicídio** foi instituído no âmbito da Polícia Civil (PC), diretamente subordinado ao gabinete do Secretário de Segurança Pública, com competência para apuração de feminicídio, entendida como assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais motivado por razões de gênero. Está sediado na DEAM Sul, unidade implantada em maio de 2016 na área que apresentava a maior quantidade de registros de violência doméstica da capital, e é coordenado pela delegada titular.

PARCERIAS

Entre as parcerias construídas pelo projeto, destacam-se a articulação com a Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres, que aderiu às campanhas propostas, e a parceria firmada entre a Polícia Civil e a Fundação Municipal de Saúde, com objetivo de ter acesso às estatísticas da saúde (dados do SAMVIS - Sistema de Atendimento à Vítima de Violência Sexual) e compará-las com as estatísticas criminais produzidas pelas DEAMs e DPCAs. Estima-se que 80% dos atendimentos do SAMVIS não chegam à polícia, sendo necessário o cruzamento de dados para verificar a subnotificação das ocorrências criminais.

A Polícia Civil também está articulada com a Polícia Militar, que participa das capacitações e integra o aplicativo Salve Maria, mecanismo de denúncia e de chamado por socorro em situações emergenciais de violência contra a mulher desenvolvido no âmbito das iniciativas do Núcleo. A PM tem um papel muito importante no fluxo do Salve Maria, visto que será o primeiro serviço a ser acionado em casos de emergência.

Por parte da sociedade, houve envolvimento com a academia e com movimentos sociais. As universidades participam por meio da pesquisa realizada pelos alunos de especialização e pós-graduação no Núcleo de Estudo e Pesquisa de Gênero. São alunos de cursos de direito e ciências sociais, oriundos das Universidade

Federal do Piauí, Universidade Estácio Sá e do Centro Universitário Uninova Fapi. Mais pontualmente, houve apoio de organizações para a realização dos eventos, por exemplo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que cedeu auditório para as palestras. Movimentos sociais, contatados por meio de suas lideranças, também foram convidados a participar das palestras de apresentação da metodologia sob a perspectiva de gênero.

Pode-se dizer que o programa está bem estabelecido na atual gestão e que, sem dúvida, a posição de poder (e competência) da delegada coordenadora, que liderou esse processo, foi fundamental para o desenvolvimento da política pública.

Nesse sentido, para avançar na institucionalização, foi proposto um Projeto de Lei que cria a Diretoria de Unidade de Proteção à Mulher na Polícia Civil, mas como unidade diretamente vinculada à Secretaria da Segurança Pública e prevendo estruturas, competências, atribuições e definições necessárias para assegurar a sustentabilidade da política segundo a perspectiva de gênero.

PROTOS

A partir de nova legislação introduzida em 2015, o Código Penal foi alterado e passou a prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, de acordo com a nova regra, a adoção da perspectiva de gênero na investigação das mortes violentas de mulheres auxilia na interpretação do tipo penal feminicídio, de modo a produzir um enquadramento penal isento de estereótipos e de preconceitos de gênero, os quais podem criar obstáculos ao acesso à justiça e limitar as ações preventivas nos casos de violência contra as mulheres.

Nesse sentido, foi elaborada pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero a *Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero*, documento base que apresenta os referenciais normativos e os instrumentos moldados segundo a perspectiva de gênero com foco na investigação do feminicídio⁶.

Para o desenvolvimento da metodologia, foram tomados por base os seguintes documentos: Protocolo de Investigação dos Crimes de Homicídio, desenvolvido pelo Núcleo de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública do Piauí, Diretrizes Nacionais do Feminicídio (2016) e Protocolo de Bogotá sobre a qualidade dos dados de homicídio para América Latina e Caribe (2015), além de referenciais teóricos da Antropologia, Sociologia e Filosofia. Subsidiaram ainda sua elaboração a Carta de Serviços do Departamento de Polícia Técnico-Científica, as esta-

6. Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero. Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero / Polícia Civil do Estado do Piauí. Teresina, 2017.

tísticas criminais produzidas pela Gerência de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria da Segurança Pública do Piauí e a análise dos inquéritos policiais sobre feminicídio instaurados no período de março de 2015 a agosto de 2016.

Protocolo de Bogotá

O Protocolo de Bogotá estabelece uma série de critérios técnicos para garantir um elevado grau de validade, confiabilidade e transparência dos dados oficiais de homicídio. O Protocolo visa gerar um conceito integrador de homicídio que permita a convergência das suas diferentes fontes e assim servir de referência para as instituições produtoras de dados oficiais e para governos nacionais ou locais. Foi elaborado na Conferência sobre Qualidade de Dados de Homicídios na América Latina e no Caribe (Bogotá, 2015), contando com a participação de representantes de doze países em uma iniciativa conjunta da sociedade civil e do poder público.

A Metodologia estrutura-se em três componentes: fático, jurídico e probatório, que deram origem aos protocolos de reconhecimento visuográfica, de dogmática jurídica e de atos investigatórios, respectivamente, assim como a outros protocolos operacionais⁷.

Os principais protocolos da Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero são:

- *Protocolo de Reconhecimento Visuográfica*
- *Protocolo da Dogmática Jurídica*
- *Protocolo dos Atos Investigatórios*

O componente fático: protocolo de reconhecimento visuográfica

Partindo da ideia de que o local do crime é a origem de toda a investigação, procurou-se dar ênfase e oferecer instrumentos aos trabalhos iniciais de campo, orientando a atenção a todos os detalhes observados.

As técnicas e pesquisas tradicionalmente adotadas foram aprimoradas para extrair da realidade em observação a maior quantidade possível de vestígios do crime e de seu autor, sempre sob a perspectiva de gênero. Assim, o componente fático está representado pelo Protocolo de Reconhecimento Visuográfica, que tem finalidade de trazer aos autos do inquérito policial, de forma detalhada, toda a observação apreendida pessoalmente pela equipe de investigação policial no local do crime, à luz do artigo 6º e seguintes do Código de Processo Penal.

Para desenvolvimento do protocolo, foram utilizados especialmente aportes teóricos da Polícia Civil de São Paulo, principalmente a obra “Recog-

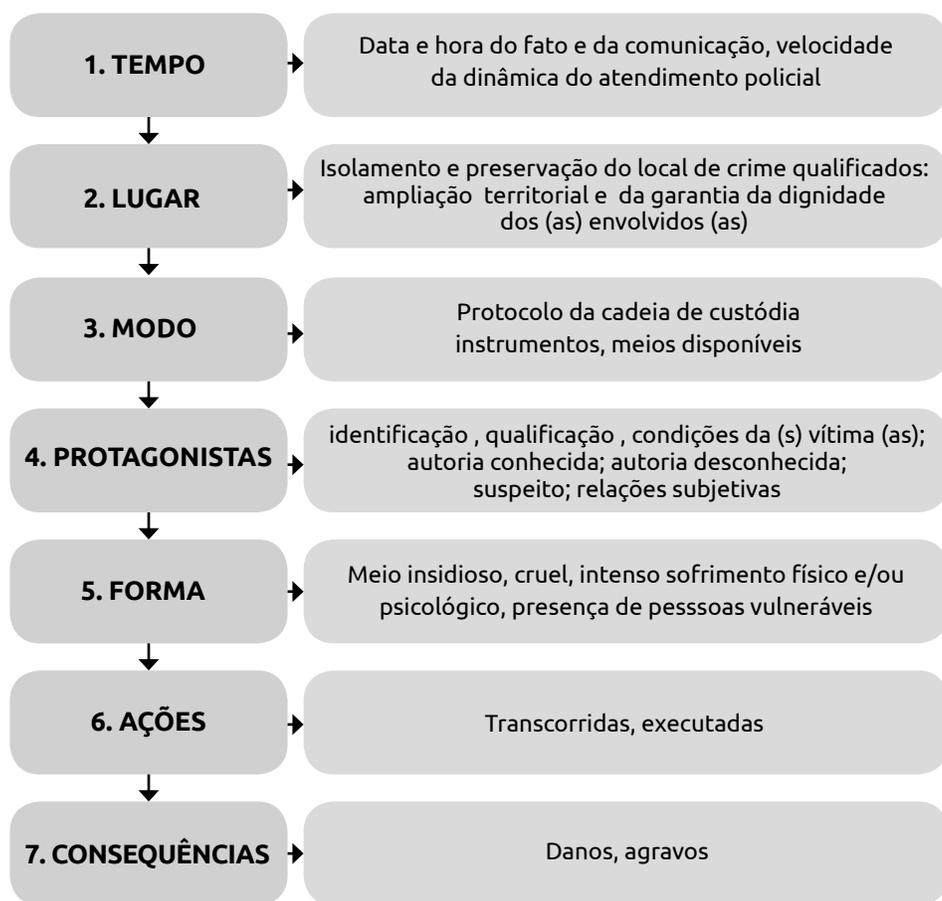
7. As informações aqui apresentadas seguem reproduzem, de forma sintética, os protocolos previstos no documento da Metodologia.

nição visuográfica e a lógica na investigação criminal”, de autoria de Marco Antonio Desgualdo, e o Protocolo Investigatório do Crime de Homicídio da Polícia Civil do Piauí, elaborado pelo Núcleo de Inteligência da SSP do Piauí.

Considerando o modelo tradicional de investigação de assassinatos utilizado pelas polícias brasileiras, foi construída uma nova metodologia com objetivo de adicionar a perspectiva de gênero em todos os documentos a serem elaborados pela Polícia Civil nos casos de feminicídio.

O Protocolo é composto por sete circunstâncias, conforme apresentadas na figura 1, que são desenvolvidas no documento completo do Formulário de Reconhecimento Visuográfica de Local de Crime na Perspectiva de Gênero.

FIGURA 1: Fluxograma do Protocolo I – Reconhecimento Visuográfica.



Fonte: Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero, 2017.

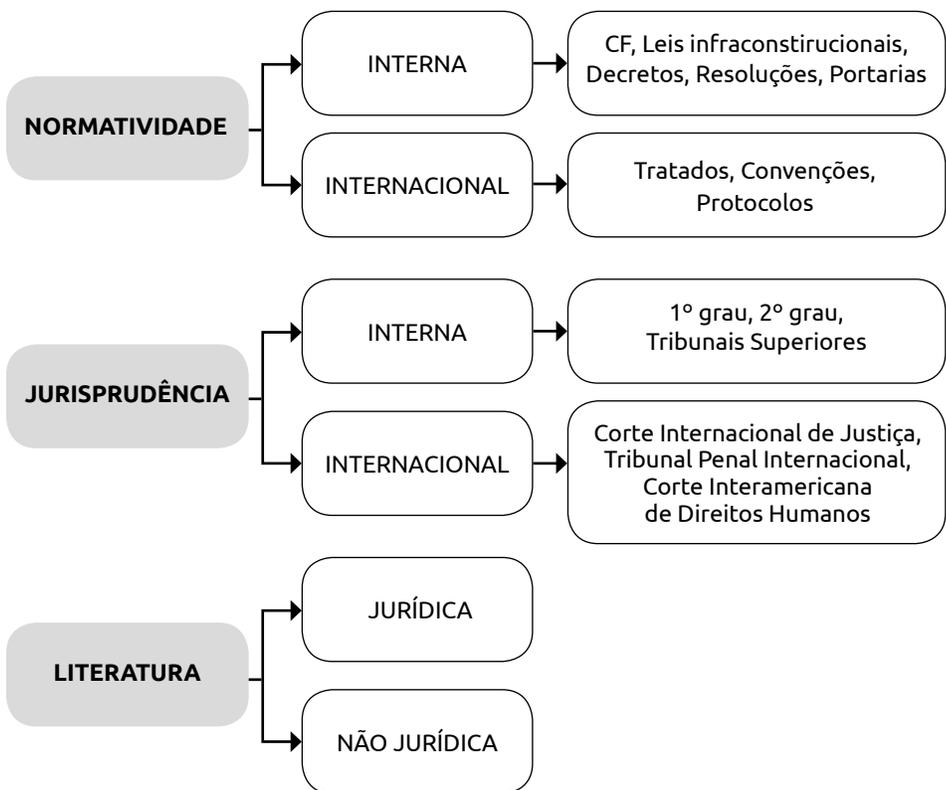
O componente jurídico: protocolo da dogmática jurídica

O componente jurídico, desenvolvido no Protocolo II – Dogmática Jurídica, tem por finalidade estabelecer a forma como se enquadra a história fática nas normas penais aplicáveis ao ato. O fundamento desse componente é a avaliação jurídica dos fatos com objetivo de demonstrar a conduta, a tipicidade, a antijuridicidade e a culpabilidade.

O preenchimento do componente jurídico dependerá das provas colhidas. Nesse sentido, a adequação típica preliminar permitirá à autoridade policial, desde o início, orientar a investigação para a busca de evidências que permitam comprovar se a morte violenta ocorreu ou não por razões de gênero e obter informações que ajudem a demonstrar os elementos estruturais do(s) tipo(s) penal(is) que formam parte da hipótese principal.

O protocolo procura orientar a submissão do fato à norma considerando as normas jurídicas nacionais e internacionais, a jurisprudência das cortes internacionais e das decisões internas e a literatura jurídica e não jurídica sobre as relações de gênero, conforme ilustra a figura 2.

FIGURA 2: Fluxograma do Protocolo II – Dogmática Jurídica.



Fonte: Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero, 2017.

O componente probatório: protocolo dos atos investigatórios

O componente probatório, desenvolvido no Protocolo III – Atos Investigatórios, está relacionado ao conteúdo probatório do caso, ou seja, aos meios de prova e elementos materiais necessários para sustentar as teses levantadas anteriormente, atentando-se para sua quantidade e qualidade, assim como para os meios ou elementos de convicção pertinentes, que permitam estabelecer a ocorrência do fato, a conduta punível levantada e a responsabilidade da(s) pessoa(s) envolvida(s).

Os atos investigatórios abrangem os discursos oficiais e não oficiais desenvolvidos no decorrer das investigações no inquérito policial, conforme ilustra a figura 3.

Os discursos oficiais são todos os documentos produzidos pela Polícia Civil: laudos do SAMVIS (violência sexual) e da Polícia Técnica Científica (mídias, áudios, local de crime, cadavérico, lesão corporal, psíquico), reconhecimento visuo-gráfica e registros anteriores. Assim, a metodologia apresenta instrumentos que orientam as requisições de realização de exames periciais, atentando aos elementos relevantes para a perspectiva de gênero, quando da requisição de realização de exame toxicológico, de pesquisa por material biológico, de exame de corpo de delito (lesão corporal), de exame pericial em local de morte, de exame cadavérico e de exame sexológico.

Os discursos não oficiais correspondem às declarações das vítimas e dos informantes, à escuta das testemunhas e aos interrogatórios dos acusados.

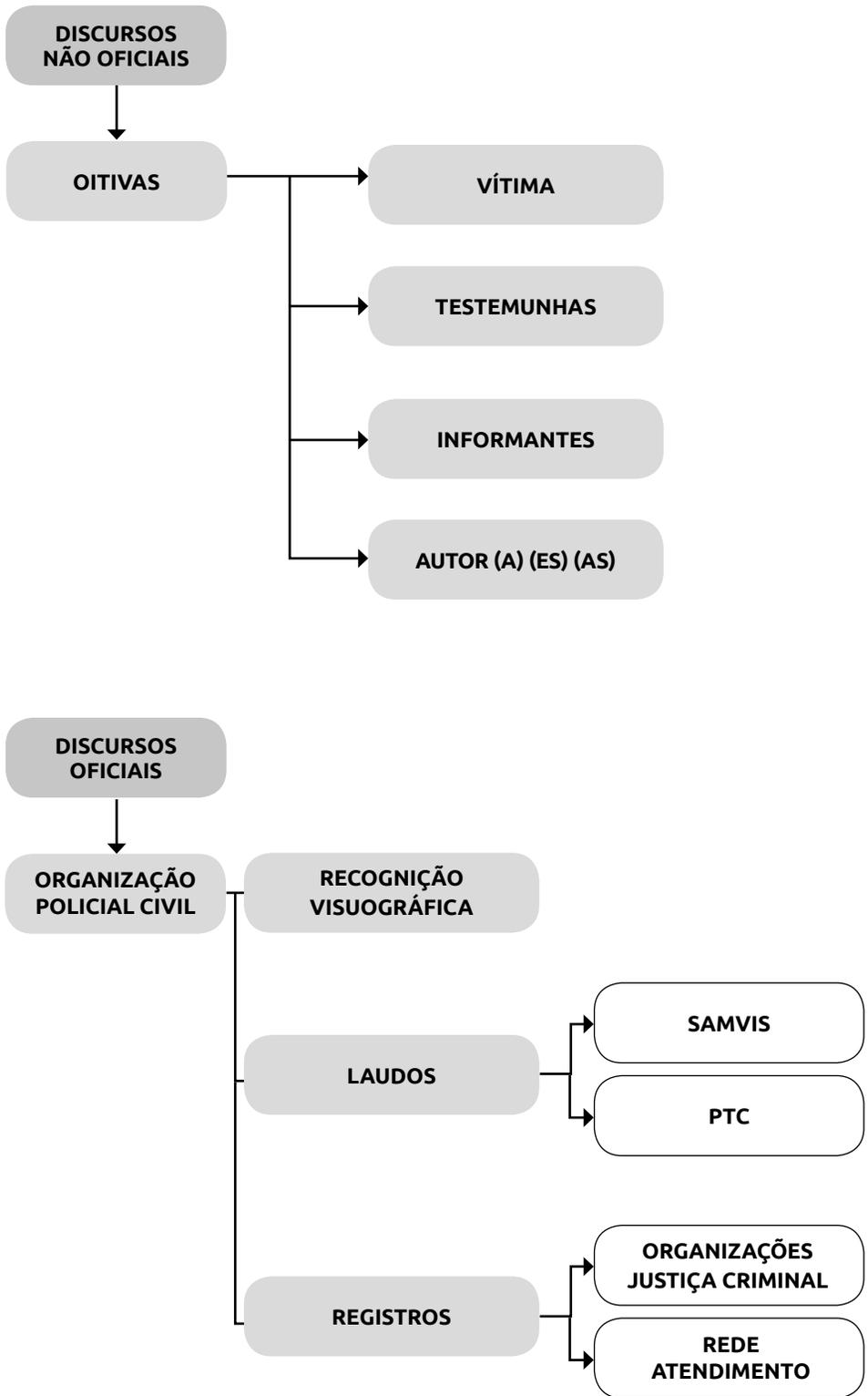
Por fim, cabe destacar o estabelecimento do protocolo de atendimento no Plantão de Gênero. A figura 4, a seguir, apresenta o fluxo do atendimento à vítima no plantão, desde a notícia do crime, passando pelo encaminhamento da vítima à rede de proteção e pelas medidas processuais cabíveis no âmbito da persecução penal (investigação e processo penal), incluindo requisição de medida protetiva.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

A capacitação promovida pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero envolveu desde seminários de sensibilização e abordagem do tema até a capacitação técnica dos efetivos policiais na metodologia proposta.

Como se viu, a primeira abordagem foi orientada aos delegados(as) de Teresina e tratou das **Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero as mortes violentas**

FIGURA 3: Fluxograma Protocolo III – Atos Investigatórios.



Fonte: Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero, 2017.

de mulheres⁸. A capacitação se estendeu para lideranças estratégicas, como o Secretário da Segurança Pública e a Vice-Governadora do Estado, e também para outras autoridades, servidores públicos e representantes da sociedade civil.

As formações foram estruturadas em dois tempos: no primeiro, é feita uma abordagem teórica sobre gênero aberta para todos os participantes e, no segundo, uma abordagem técnica sobre a metodologia investigatória é orientada especificamente aos efetivos policiais. A meta é capacitar os policiais civis e militares, cobrindo os 12 territórios de desenvolvimento do Piauí - até o mês de fevereiro de 2017, haviam sido realizadas capacitações em seis deles, conforme apresentado no quadro a seguir

QUADRO 1: *Capacitação na Metodologia Investigatória na Perspectiva de Gênero até fevereiro de 2017.*

DATA	CIDADES	TERRITÓRIOS EM DESENVOLVIMENTO	POLICIAIS		OUTROS*	TOTAL
			PC	PM		
26.12.16	Parnaíba	Planície Litorânea	09	09	06	24
15.01.17	São Raimundo Nonato	Serra da Capivara	07	16	40	63
03.02.17	José de Freitas	Entre Rios	03	20	49	72
07.02.17	Barras	Cocais	09	17	11	37
14.02.17	Floriano	Vale dos Rios Piauí e Itaueira	09	61	13	83
15.02.17	Água Branca	Entre Rios	19	12	01	32
TOTAL DE CAPACITADOS			56	135	120	311

Fonte: Núcleo de Pesquisa e Estudo em Violência de Gênero – SSP/PI.

**Autoridades Públicas (Prefeitos, Vereadores e Secretários), Agentes Administrativos, Psicólogos(as), Assistentes Sociais, Guardas Municipais, Juizes(as), Promotores(as), Advogados(as), Defensores(as) Públicos(as), representantes de sindicatos, representantes de associações e demais representantes da comunidade.*

Para as capacitações, é convidada a rede de proteção às mulheres (CRAS, CREAS, CAPS, OAB, Conselho Tutelar do Idoso e da Mulher, Câmara dos Vereadores), além de representantes da comunidade e movimentos sociais.

8. <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femenicidios-versao-web.pdf>

PRINCIPAIS RESULTADOS

Do conjunto de ações desenvolvidas a partir da instituição do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Femicídio, cabe destacar os principais resultados, que ajudam na divulgação da perspectiva de gênero na rotina policial e promovem a prevenção e o enfrentamento da violência.

A melhoria na gestão da informação, por meio da produção de estatísticas criminais e mapas temáticos, permitiu elaborar diagnósticos sobre o feminicídio, incluindo o mapeamento dos casos e a caracterização do fenômeno, identificando o perfil da vítima e do autor de violência, as razões de gênero, o local privilegiado e a existência ou não de registro de violência anterior na polícia.

A análise dos dados indicou que 60% dos crimes violentos letais intencionais⁹ contra mulheres ocorridos no período de março de 2015 a agosto de 2016 foram feminicídios, dos quais 20% ocorreram na capital e 80% no interior do Estado. O principal meio empregado foi arma branca (50%), seguida por arma de fogo (26%) e outros meios (24%). Os crimes se distribuem no período da noite (30%), madrugada (24%), manhã (18%) e tarde (28%), com incidência maior nos dias de domingo (18%) e segunda-feira (22%). As vítimas são mulheres adultas (50%) e jovens (24%), seguidas pelas adolescentes (14%) e idosas (8%). São em grande parte solteiras (40%), seguidas pelas casadas ou em união estável (32%) e viúvas e divorciadas (6%). Sobre o vínculo entre autor e vítima, em 58% dos casos o autor é conhecido da vítima, não constando informação para 31%. Em 42% é um companheiro ou ex-companheiro e em 16% tem relação de parentesco ou amizade (padrasto, tio, filho, amigo).

O estudo sistemático dos casos permitiu revelar a realidade do feminicídio no Piauí, as fragilidades nas investigações, assim como esboçar os cenários dos crimes e demais subsídios para a construção da metodologia investigatória. Nesse cenário, considerando a investigação dos 50 casos de feminicídio, somente em dois deles não houve indiciamento do agressor. Todos os casos ocorridos na capital foram relatados com autoria e os dois cuja autoria não foi identificada ocorreram em zona rural. A implementação do Plantão de Gênero na Central de Flagrantes da capital com protocolo de atendimento aprimorou ainda o atendimento dos casos de violência contra a mulher, doméstica e familiar.

9. Os crimes violentos letais intencionais incluem homicídio doloso, incluindo morte decorrente de oposição à intervenção policial, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte e estupro seguido de morte.

TABELA 2: *Distribuição dos crimes violentos letais intencionais contra mulheres no Estado do Piauí, março de 2015 a agosto de 2016.*

	Capital	Interior	Estado
Feminicídios consumados	10	40	50
Outros assassinatos	17	17	34
Total de assassinatos	26	58	84

Fonte: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal/SSP-PI e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero/PC-PI.

Por fim, foram realizadas campanhas e desenvolvidos aplicativos visando a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher. A campanha *Acorda Cinderela*, voltada à prevenção de golpes utilizados para dopar a vítima e deixá-la vulnerável (a abusos sexuais, à exposição da intimidade na internet), promoveu a conscientização por meio de vídeo que alerta para a prevenção e denúncia desses crimes. A iniciativa divulgou o Disque 180 e o aplicativo Vazow e teve uma ação presencial realizada pela equipe do programa em parceria com a Polícia Rodoviária Federal na véspera das festas de final de ano (dezembro/2016), na rota Teresina – Delta do Parnaíba. Após empreendimento da ação nas rodoviárias, com abordagem das pessoas em trânsito e nos ônibus, observou-se a ausência de registro de estupro no período das festas. Embora isso não signifique que de fato nenhum caso tenha ocorrido, em comparação com as ocorrências registradas no ano anterior e considerando a recorrência desse tipo de crime durante as festas, entendeu-se que a campanha gerou efeito positivo.

O *Vazow*¹⁰, por sua vez, é um aplicativo de defesa contra o vazamento de imagens íntimas na internet (pornografia de revanche) e orienta a vítima em relação a seus direitos, sobre quais providências deve tomar (gravando o material que foi indevidamente divulgado como prova do crime), como denunciar, como evitar e como excluir o conteúdo da internet.

Já o aplicativo *Salve Maria*¹¹, desenvolvido pela agência de Tecnologia da Informação do Governo, permite o acionamento da polícia em situações de flagrante delito ou não, constituindo um mecanismo de socorro em situações emergenciais de violência contra a mulher ou de denúncia. Podendo ser utilizado por qualquer cidadão(a) que se cadastrar no aplicativo, basicamente

10. https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.pi.ati.salvemaria&hl=pt_BR

11. <https://play.google.com/store/apps/details?id=xdk.intel.blank.ad.template23&hl=pt>

possui um botão vermelho para ser acionado nos casos de emergência (botão do pânico) e um botão amarelo para caso de denúncias, em situações não flagranciais, por exemplo, um vizinho denunciando ocorrências de violência das quais teve conhecimento.

No primeiro caso, o botão vermelho aciona diretamente o batalhão policial militar da área, visto que a informação é georreferenciada, para atendimento de emergência. Após o atendimento, o policial preencherá um formulário no próprio aplicativo com os dados da ocorrência e encaminhará para a Polícia Civil. No segundo, o usuário preenche os dados da denúncia no aplicativo e a informação segue via sistema para a PC, que deverá tomar as medidas de polícia judiciária. O aplicativo tem sistemática similar à do Disque 180, porém oferece mais rapidez e formalidade no encaminhamento dos casos. O sistema prevê ainda geração de relatórios das denúncias segundo área, batalhão policial e tipo de violência. Uma questão a ser avaliada após a implementação é a quantidade de demanda que o aplicativo deve gerar e o risco de utilização para acionar a polícia em razão de diversos outros problemas que não a violência doméstica e familiar.

Por fim, o programa é monitorado e avaliado pelo próprio Núcleo de Estudo e Pesquisa da Violência de Gênero, a partir da análise dos documentos produzidos pela polícia judiciária e técnico-científica, do resultado das campanhas, medido a partir da evolução das estatísticas criminais, e da quantidade de policiais capacitados. Por meio do monitoramento, verifica-se a qualidade dos documentos para corrigir fragilidades e propor intervenções nas rotinas e práticas cognitivas organizacionais visando o aperfeiçoamento da aplicação da perspectiva de gênero. Além da análise documental, são consultados os Sistema de Boletim de Ocorrência, Sistema de Procedimentos Policiais e Sistema de Monitoramento dos Crimes Violentos Letais, além de outros dados produzidos pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Ligue 180

O Ligue 180 é a central nacional de atendimento à mulher criada em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país. Desde 2014, transformou-se em disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para o sistema de segurança e justiça, constituindo-se em canal de acesso aos serviços que integram a rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher.

DESAFIOS

Ao longo do processo de implementação das iniciativas promovidas pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero, os principais desafios identificados foram: conseguir o engajamento institucional dos superiores, sensibilizar a imprensa e a própria polícia sobre a necessidade de mudar a abordagem dos casos de crimes contra mulheres e buscar parcerias institucionais fora do âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

Considerando que a posição de liderança na gestão pública foi fundamental para a implementação do programa, coloca-se ainda como desafio a garantia de sua sustentabilidade, de modo que a perspectiva de gênero se consolide para além da atual gestão. Um primeiro passo é avançar na institucionalização das iniciativas dentro da PC, com a aprovação do projeto de lei que cria a Diretoria de Unidade de Proteção à Mulher na Polícia Civil como unidade diretamente vinculada à Secretaria da Segurança Pública e prevendo estruturas, competências, atribuições e definições necessárias para assegurar a durabilidade da política segundo a perspectiva de gênero.

Uma vez que o ideal seria abordar o protocolo com perspectiva de gênero conjuntamente, passando por todas as fases do fluxo da justiça criminal - inquérito policial, denúncia e sentença -, impõe-se também como desafio importante a articulação dos demais atores do sistema de justiça criminal visando a adesão institucional do Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública como parceiros efetivos. E ainda, o estabelecimento de uma parceria com a Prefeitura, buscando a ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Vale apontar para a necessidade de avançar na metodologia de diagnóstico e elaboração de protocolos para enfrentamento de outros tipos de violência de gênero, para além do crime de feminicídio. Nesse campo, também seria interessante ampliar o alcance para casos de violência que muitas vezes não chegam à polícia, a partir da integração com a área da saúde, considerando não só o papel repressivo de polícia judiciária para interromper a violência e responder à impunidade, mas também a sua contribuição para prevenção desses casos.

Por fim, ao observar a baixa representatividade de mulheres na composição do quadro de delegados(as), vale ressaltar que se as mulheres policiais desempenham uma liderança relevante na condução de inovações dentro das organizações, resta o desafio mais estrutural de ampliar o seu acesso aos quadros policiais também como medida prioritária da agenda de enfrentamento à violência de gênero pelas organizações policiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero é uma iniciativa que pautou mudanças substantivas na abordagem da investigação do feminicídio no Estado do Piauí. O programa é inovador frente à cultura jurídica tradicional devido à forte articulação entre pesquisa e saber policial, colaboração entre as polícias, busca de articulação com o sistema de justiça criminal e mobilização da rede de enfrentamento da violência a partir da Polícia Civil.

O ponto forte da inovação é a constituição do Núcleo de Estudo e Pesquisa, que dá insumos para o desenvolvimento de uma política pública de prevenção e de repressão qualificada da violência contra a mulher, além de envolver pesquisadores e policiais no monitoramento dos resultados. O Núcleo imediatamente se apropriou das **Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres** e criou possibilidades de difundi-las dentro da Polícia Civil e para além dela.

Destaca-se no trabalho desenvolvido pelo Núcleo a articulação de conceitos e teorias acadêmicas sobre relações de gênero para impulsionar reformas nas polícias do Estado. Ancorada nessa base teórica e na produção qualificada de estatísticas e informações, a iniciativa busca criar um novo modelo para a investigação, repressão e prevenção da violência contra a mulher.

Nas palavras das responsáveis, “um Núcleo voltado para a pesquisa e estudo da violência de gênero desvela um substrato de categorias orientadas pela perspectiva de gênero. O conhecimento dessas categorias possibilita a adoção de estratégias que eliminem atos discriminatórios no interior das organizações e de ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher. Com efeito, as ações do Núcleo vêm possibilitando estudos, campanhas preventivas, desenvolvimento de aplicativos e capacitação de policiais na perspectiva de gênero fincada na realidade empírica”.

Por fim, ao reconhecer a desigualdade e oferecer possibilidade de mudança de valores e de práticas na instituição policial, o Núcleo e suas iniciativas constituem uma política pública orientada para promoção da igualdade de gênero, fundamentalmente.

PATRULHA MARIA DA PENHA BMRS

Porto Alegre (RS)

Olaya Hanashiro e Isabela Sobral



PATRULHA MARIA DA PENHA BMRS

Porto Alegre (RS)

Olaya Hanashiro e Isabela Sobral



Nome da Experiência: Patrulha Maria da Penha BMRS



Corporação: Brigada Militar



Cidade/UF: Porto Alegre (RS)



Data de início da experiência:
20 de agosto de 2012

Data da visita à experiência:
16 e 17 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Capitã Clarisse Heck, Coordenadora Técnica da Patrulha Maria da Penha do estado do Rio Grande do Sul

RESUMO

A Patrulha Maria da Penha do Rio Grande do Sul foi criada em 2012 por iniciativa da Brigada Militar (BM) do estado, dando início à primeira experiência de patrulha no Brasil. A princípio a PMP-BMRS concentrou-se no 19º Batalhão de Porto Alegre e paulatinamente foi sendo descentralizada para os comandos regionais. Atualmente, está presente em 27 municípios do estado e possui um projeto de ampliação para mais 40 municípios.

A Patrulha apresenta um alto grau de institucionalidade e sua Coordenação Técnica encontra-se dentro do Programa da Polícia Comunitária do estado. A PMP-BMRS também integra uma ampla rede de atendimento, com a qual mantém contato permanente, e tem propostas para o aperfeiçoamento de seus policiais envolvendo novas parcerias.

INTRODUÇÃO

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul foi a primeira corporação a inserir suas atividades na rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica. As atividades da Patrulha tiveram início no dia 20 de outubro de 2012, através da Ordem de Serviço nº 1696/P3-O/CPC/2012, quando foi batizada em homenagem à Maria da Penha, assim como a Lei nº 11.340, lembrando a história da mulher que sofreu violência doméstica e depois de anos de luta contra esse tipo de abuso, tornou-se símbolo do movimento feminista.

Promulgada em 2006, a Lei Maria da Penha promoveu uma mudança na forma como o Estado entende e trata a violência contra a mulher. A lei define a violência doméstica e familiar, além de estabelecer medidas de assistência e proteção às vítimas.

Maria da Penha e Lei 11.340

Em 1983, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes sofreu duas tentativas de assassinato por parte de seu marido: primeiro, ele atirou simulando um assalto e a deixou paraplégica, depois, quando ela saiu do hospital e voltou para casa, ele tentou eletrocutá-la. Em 1998, o caso foi levado à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. Em 2001, a CIDH condenou o Brasil por negligência e omissão em relação a esse tipo de violência e recomendou que fosse criada uma legislação adequada. Somente depois de 19 anos, em 2002, seu agressor foi condenado. No dia 7 de agosto de 2006, foi promulgada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar.

A Patrulha Maria da Penha do Rio Grande do Sul teve início no 19º Batalhão da BM de Porto Alegre. Aos poucos suas atividades se expandiram e a PMP-BMRS foi descentralizada em 13 comandos regionais, o Comando de Policiamento da Capital e mais 12 comandos regionais que respondem por 26 municípios do estado. Atualmente, a PMP-BMRS está presente em 27 municípios do Rio Grande do Sul e faz parte da Rede Estadual de Enfrentamento e Atendimento Especializado às Mulheres em Situação de Violência e Promoção da Autonomia das Mulheres - Rede Lilás, criada em 2013.

No Comando de Policiamento da Capital, o município de Porto Alegre está dividido em seis áreas operacionais, sendo que cada uma conta com um batalhão e em todos eles há uma Patrulha Maria da Penha com, pelo menos, duas pessoas fixas. Nos municípios menores esse número depende do tamanho do efetivo disponível. Nem sempre os/as policiais envolvidos trabalham exclusivamente para a PMP-BMRS, no entanto, todos/as os/as que trabalham na Patrulha passaram por uma capacitação.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Em Porto Alegre, todas as semanas, uma equipe da 3ª Seção (P3 – Operações e Treinamento) do Comando de Policiamento da Capital vai ao Fórum buscar as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), que somam, em média, 100 medidas semanais. Na P3, dois/duas soldados trabalham na distribuição das MPUs para os batalhões correspondentes de acordo com o endereço das mulheres em situação de violência. Essa foi apontada como uma das grandes dificuldades para a ação da Patrulha pois, muitas vezes, as MPUs chegam sem o endereço da requerente da medida ou com endereço desatualizado. Nos casos de risco iminente todo esse procedimento é realizado através de correio eletrônico. Nos demais municípios, esse fluxo depende do acordo estabelecido entre o comando local e o judiciário.

Medidas Protetivas de Urgência

As medidas protetivas de urgências (MPUs) são providências previstas na Lei Maria da Penha com a finalidade de cessar a violência contra a mulher. As solicitações de MPUs ao Poder Judiciário podem ser feitas através da delegacia que registra o boletim de ocorrência da vítima ou do Ministério Público, cabendo ao juiz conceder as medidas em um prazo de até 48 horas.

As MPUs podem ser tanto medidas que imponham obrigações ao suspeito da autoria de violência (artigo 22) como, por exemplo, o afastamento do lar, fixação de limite mínimo de distância em relação à vítima e pagamento de alimentos provisórios, quanto medidas que assegurem a proteção da vítima (artigo 23), como sua recondução ao domicílio ou seu encaminhamento junto com seus dependentes a um programa oficial de proteção. As MPUs também podem proteger os bens da beneficiária da medida (artigo 24) determinando o bloqueio de contas ou restituição de bens indevidamente subtraídos pelo suspeito, entre outras ações.

Fonte: BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Cada batalhão cadastra as medidas recebidas e organiza um cronograma e um roteiro de visitas para a semana. As Patrulhas de Porto Alegre realizam cerca de dez visitas por dia, normalmente com duração entre 15 e 20 minutos cada.

Preferencialmente, a visita à beneficiária da medida é feita por dois policiais da PMP-BMRS, uma mulher e um homem. Foi destacada pela coordenação do projeto a tentativa de, sempre que possível, ter no mínimo uma policial mulher em cada visita, além da presença de pelo menos um policial homem, justificada pela questão da força necessária em um possível confronto com o suspeito da autoria de violência em caso de descumprimento da medida.

Os/as policiais que atuam na PMP-BMRS destacaram que, muitas vezes, existe uma falta de orientação por parte da Polícia Civil e do Poder Judiciário, que frequentemente deixam de informar à mulher em situação de violência sobre a existência da Patrulha e o seu trabalho. Cabe então aos/às próprios/as policiais, no primeiro contato com a mulher, apresentar a Patrulha e explicar como é feito o acompanhamento.

Com uma viatura identificada como PMP-BMRS, os/as policiais vão ao local de preferência da beneficiária, para evitar possíveis constrangimentos - os locais mais frequentes para visita são a própria residência da mulher ou seu local de trabalho. O horário das visitas também depende da necessidade e da rotina das mulheres, mas em geral elas são realizadas nos horários considerados de risco, ou seja, horários em que se acredita haver maior probabilidade de abordagem por parte do suspeito, como o momento em que a mulher sai para o trabalho ou alguma atividade de rotina ou volta para a sua residência. A Patrulha evita o horário noturno por considerar muito invasivo, mas essa decisão varia de comando para comando.

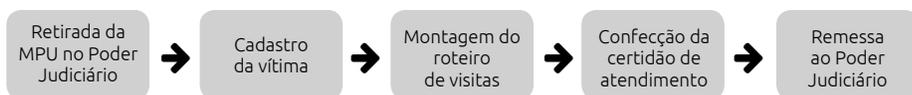
Inicialmente, as visitas eram realizadas apenas de segunda a sexta, tendo sido posteriormente ampliadas para os sábados e raramente acontecendo aos domingos. De qualquer maneira, as mulheres têm contato direto com os/as policiais da Patrulha e podem acioná-los/as em caso de emergência.

As visitas são realizadas para verificar como está a mulher e sua situação familiar, principalmente quando há crianças, além de confirmar se ela deseja continuar recebendo a Patrulha. Nos encontros, os/as policiais prestam esclarecimentos, passam informações, conversam com outros membros da família (se houver permissão por parte da mulher) e deixam um celular para contato direto com os/as policiais em questão.

Para cada mulher que tem uma MPU, a PMP-BMRS realiza, no mínimo, três visitas no período de 30 dias, pois é esse o prazo para que a Patrulha dê um retorno ao juizado especializado. O retorno se dá na forma de certidões que são emitidas pelos/as próprios/as policiais e podem ser de cinco tipos:

- Certidão de negativa de endereço;
- Certidão de fiscalização de medida protetiva com retorno do/a companheiro/a ao lar;
- Certidão de mulher em situação de risco;
- Certidão de término de medida protetiva de urgência; e
- Certidão de recusa de acompanhamento da Patrulha.

FIGURA 1: Rotina de trabalho da PMP-BMRS.



Fonte: Coordenação Técnica da Patrulha Maria da Penha, BM-RS.

INFRAESTRUTURA

A PMP-BMRS conta com 27 viaturas de uso exclusivo, produtos de um convênio com o Governo Federal sobre o tema da violência contra a mulher. Estão previstas mais 14 viaturas para uso exclusivo da PMP-BMRS, sendo que dois carros sairão do Departamento de Políticas para Mulheres da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH e os outros 12 sairão das 86 viaturas em processo de aquisição pela BM.

Em cada batalhão, as Patrulhas contam com computadores, pois todos os casos de emergência são recebidos e enviados através de correio eletrônico. Também planeja-se adquirir *tablets* para que as Patrulhas possam emitir e enviar as certidões no momento da visita.

A PMP-BMRS, como todos os demais programas da BM, não possui um orçamento específico e seus recursos saem do que é destinado para cada Batalhão.

INSTITUCIONALIDADE

Além da Ordem de Serviço que deu início às atividades da PMP-BMRS, em maio de 2016, foi publicada a Nota de Instrução Operacional nº 043 que regula a atuação da Patrulha. A Rede Lilás, da qual faz parte, também está regulamentada por lei através do Decreto nº 50.914/2013 e da Portaria nº 530.A/EMBM/2014.

A Coordenação Técnica da PMP-BMRS, responsável pela capacitação de policiais, currículo, padronização de procedimentos e relação da PMP-BMRS com outras instituições, encontra-se dentro do Programa da Polícia Comunitária. É a Coordenação que faz a relação da Patrulha com a Secretaria de Segurança Pública¹ e todos os parceiros da Rede Lilás (Tribunal de Justiça, Polícia Civil, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH, Ministério Público e sociedade civil).

1. No âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a Rede de Atendimento é constituída pelas seguintes instituições: Observatório da Violência contra a mulher, Polícia Civil (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher), Brigada Militar (PMP), Instituto geral de Perícias (Sala Lilás), Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE (Projeto "Metendo a Colher").

A Coordenação Técnica da PMP-BMRS também participa do Grupo de Trabalho da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para a padronização operacional e de currículo das patrulhas Maria da Penha e de todas as atividades relacionadas ao tema de violência contra a mulher para as quais a PMP-BMRS é convidada.

Ao longo de seus cinco anos de existência, a Patrulha passou por várias coordenações diferentes. A manutenção do projeto não parece depender somente da liderança de alguns profissionais, uma vez que se trata de um programa institucionalizado e com perspectiva de expansão. Nesse sentido, existe um projeto, que ainda carece de aprovação da Secretaria de Segurança Pública do estado, que prevê a ampliação do programa para 40 municípios (Ofício no 637/EMBM-PM3/2016). A iniciativa destaca dois fatores que devem ser observados para que o projeto seja implementado em um município: apresentar altos índices de violência doméstica e ter uma rede de atendimento (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, coordenadoria de mulheres, CREAS, CRAS).

Outra medida institucional que visa a ampliação da Patrulha é a entrada em vigor de uma Nota de Instrução Operacional, que se encontra em estudo, cuja finalidade será regular atividades de polícia ostensiva para coibir violência contra a mulher e estabelecer formas de atendimento e orientações necessárias por parte das frações especializadas, ou não, da Brigada Militar.

PARCERIAS

A Patrulha integra uma ampla rede de atendimento com a qual mantém contato permanente e expressa preocupação com o aprimoramento do fluxo do trabalho. A importância da Patrulha foi destacada por profissionais de todos os “elos” da Rede Lilás, como a delegada Clarissa Demartini, que considera a atuação da PMP-BMRS de extrema importância para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), uma vez que as certidões emitidas pelos policiais após os atendimentos e os relatórios das visitas elaborados por eles podem integrar os inquéritos. Além disso, os policiais fazem a orientação das mulheres em situação de violência, indicando quais órgãos elas podem procurar.

A Juíza-Corregedora Traudi Grabin também destacou a relevância da PMP-BMRS no sentido de que apenas o deferimento de uma MPU não é suficiente para que as mulheres se sintam mais seguras e que a Patrulha consegue preencher essa lacuna. A atuação da Patrulha, segundo a diretora do Departamento de Políticas para as Mulheres, Salma Valencio, torna visível a aplicação da lei tanto para as mulheres em situação de violência quanto para os autores da violência. Assim, a PMP-BMRS cumpre dois objetivos: a prevenção à reincidência e ao feminicídio,

bem como a inibição da violência no entorno. Além do trabalho de prevenção, Salma ainda ressaltou que o trabalho da Patrulha vai “além da segurança”, devido ao grande comprometimento da PMP-BMRS com a família atendida.

A Rede Lilás também é parceira das Promotoras Legais Populares (PLPs), que atuam voluntariamente em suas comunidades. As PLPs são lideranças comunitárias femininas capacitadas pela ONG Themis com noções básicas de direito para que possam orientar mulheres em casos de violência doméstica. Muitas vezes, mulheres atendidas pela Patrulha são orientadas a buscar o auxílio das PLPs. A promotora que atua no bairro da Restinga, em Porto Alegre, Maria Guaneci de Ávila, destacou a formação que os/as policiais da Patrulha recebem sobre uma violência banalizada pela sociedade e a relevância de seu trabalho, pois a Patrulha conhece a comunidade, conversa e cuida das mulheres em situação de violência. Guaneci afirmou que sempre envolve a PMP-BMRS nas atividades que desenvolve na comunidade em que trabalha.

O fluxograma reproduzido na Figura 2 foi elaborado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Rio Grande do Sul com o objetivo de padronizar o fluxo de informações fornecidas pelas instituições da Rede. A ideia é que todas tenham as mesmas orientações e repassem as mesmas informações.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Todos/as os/as policiais que atuam na PMP-BMRS receberam capacitação. Ao assumir a Coordenação Técnica, em setembro de 2016, a primeira ação da Capitã Clarisse Heck foi realizar um diagnóstico das patrulhas em termos de recursos humanos. Através desse diagnóstico, observou-se que as patrulhas estavam defasadas, pois vários/as policiais que haviam recebido capacitação já haviam mudado de função, estavam aposentados/as ou em férias.

Para acelerar o processo, as capacitações, que antes eram realizadas pela Secretaria de Segurança Pública, passaram a ser feitas através da própria Coordenação Técnica. Só no segundo semestre de 2016 foram capacitados/as 108 policiais em quatro turmas. Entre 2012 e 2016, foram capacitadas 20 turmas, totalizando 975 pessoas, das quais 901 eram policiais da BM e as demais 74 eram policiais civis, psicólogos e assistentes sociais.

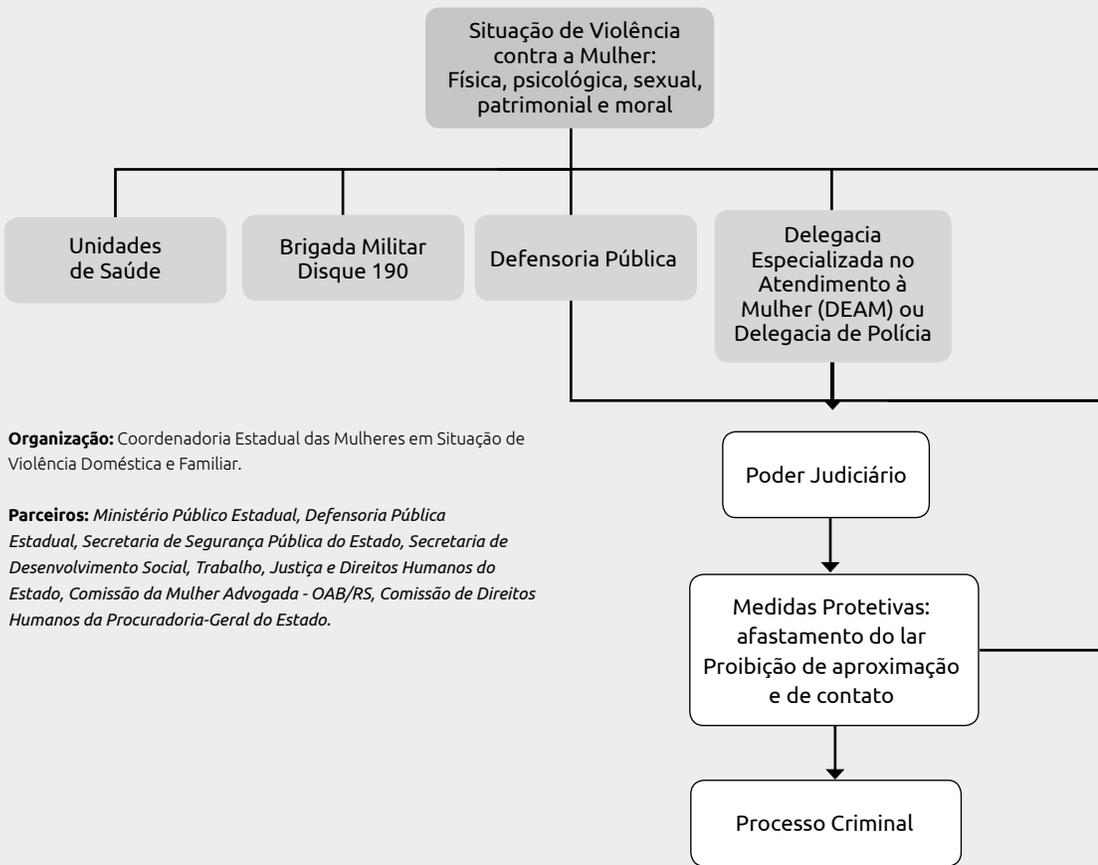
A Coordenação Técnica prevê a atualização dos efetivos das patrulhas dos 27 municípios que já contam com PMP-BMRS através de um curso de aperfeiçoamento que será realizado pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDICA) a fim de capacitar os/as policiais que atuam na Patrulha para atendimento a crianças e adolescentes que sofram violência doméstica direta

ou indireta. Aproveitando essa oportunidade, também pretende-se promover a troca de experiências com as patrulhas dos diferentes municípios.

A coordenação planeja ainda selecionar e capacitar alguns dos/as 1200 soldados previstos para se formarem em junho deste ano. Novamente, a intenção é capacitar no mínimo dois/duas soldados para cada município com PMP-BMRS.

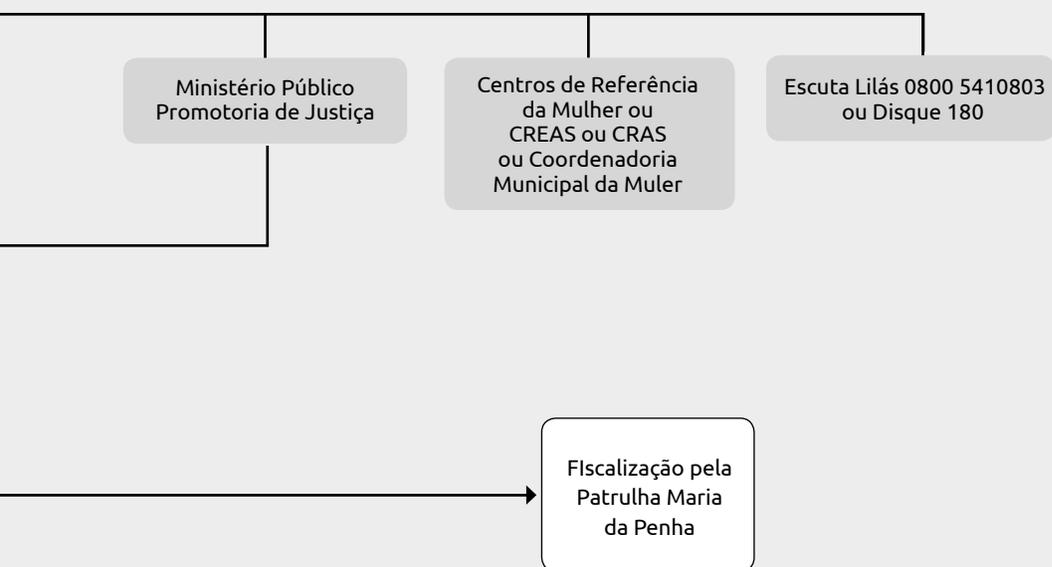
O objetivo da Coordenação é expandir a capacitação e chamar mais pessoas para o processo, começando pela própria instituição policial, trabalhando tanto com os/as policiais que atuam na Patrulha, como com os/as chefes para internalizar a relevância do tema. A ideia é criar uma rotina de capacitação contínua, implementar capacitações nos cursos de formação de praças e elaborar um plano de capacitação com seleção de policiais, conteúdo e periodicidade definida.

FIGURA 2: Fluxograma da Rede de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica.



PRINCIPAIS RESULTADOS

Internamente, os resultados das visitas são monitorados mensalmente em cada batalhão através dos relatórios de atendimento. Essa avaliação mensal é enviada ao Comando Geral do Estado Maior e serve tanto para analisar o fluxo das MPUs e problemas para a realização das atividades da Patrulha, quanto para avaliar o trabalho da equipe. À época da visita, a Coordenação Técnica também estava em diálogo com a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RS) para poder utilizar seus dados com a finalidade de auxiliar na avaliação e aperfeiçoamento das atividades da Patrulha.



Fonte: Cartilha "Violência contra a mulher: O que fazer?" Corregedoria-Geral da Justiça do RS.

Tanto a Juíza-Corregedora Traudi Grabin, responsável pela Coordenadoria mencionada, como a diretora do Departamento de Políticas para as Mulheres da SJDH, Salma Valencio, afirmaram que a solicitação de MPU's tem aumentado muito, o que se deve, em parte, ao reconhecimento de que há uma proteção efetiva às mulheres em situação de violência devido ao trabalho realizado pela PMP-BMRS.

Como indicador de resultado, alguns profissionais participantes da Patrulha e da Rede Lilás afirmaram que durante o período de acompanhamento da PMP-BMRS nenhuma mulher foi vítima de feminicídio. Os/as policiais também mencionaram o baixo número de prisões de autores de agressão como evidência da efetividade do trabalho da Patrulha, afirmando que nos casos em que há acompanhamento da mulher em situação de violência os autores da violência se afastam.

Os dados abaixo foram disponibilizados pela Coordenação Técnica e tratam somente da cidade de Porto Alegre, no período 2015-2016.

TABELA 1: *Relatório de atividades da Patrulha Maria da Penha em Porto Alegre.*

Relatório Patrulha Maria da Penha	2015 (abr a dez)	2016 (jan a dez)	Total
Vítimas cadastradas	2084	3688	5772
Visitas realizadas	3132	6030	9162
MPUs ativas	1756	3255	5011
MPUs revogadas	322	172	494
Certidões de negativa de endereço	633	737	1370
Certidões de fiscalização de MPU com retorno do companheiro ao lar	113	191	304
Certidões de mulher em situação de risco	61	187	248
Certidões de término de MPU	988	2419	3407
Certidões de recusa de acompanhamento da PMP	43	129	172
Prisões realizadas em decorrência do descumprimento de MPU	3	12	15
Casos graves em acompanhamento	0	109	109

Fonte: Coordenação Técnica da Patrulha Maria da Penha, BM-RS.

DESAFIOS

Quando a PMP-BMRS foi criada, houve resistência tanto por parte dos/as policiais, quanto por parte dos Comandos da Brigada Militar. Do lado dos/as policiais, a resistência era por conta do caráter preventivo do programa, para algumas pessoas as atividades da Patrulha não seriam atividades de “policiais de verdade”, e do preconceito em relação ao tema da violência doméstica. Do outro lado, alguns Comandos também se opunham ao deslocamento do efetivo para as atividades da Patrulha, resistência expressa em comentários como: “uma pessoa está sendo baleada e uma viatura fica só para essas mulheres que devem ter feito por merecer”. Essa resistência vem sendo rompida graças à institucionalidade da Patrulha e ao amplo reconhecimento que seu trabalho tem recebido.

Ao mesmo tempo, a Patrulha nunca teve problemas em relação ao efetivo que se dispõe a atuar na PMP-BMRS, ou seja, há policiais dispostos/as a compor a rede de proteção às mulheres. Entretanto, reconhece-se que alguns/algumas policiais se voluntariam por causa da rotina de trabalho com horários mais previsíveis.

Assim, a capacitação, além de promover um real comprometimento do/a policial com o problema da violência doméstica e familiar, também visa analisar se o perfil desse/a policial é adequado para as atividades da Patrulha. Durante as capacitações também são feitas rodas de conversa em que se discutem casos levados pelos/as próprios/as policiais, seja do cotidiano de seu trabalho, seja de casos que tenham vivenciado ou presenciado na família.

Entre os objetivos da Coordenação Técnica estabelecidos em 2016 também está o desenvolvimento de um trabalho psicológico com os/as policiais que já atuam na PMP-BMRS, juntamente com a equipe do Hospital da Brigada Militar. Outro objetivo mencionado é a intenção de se produzir pequenos vídeos sobre o tema da violência doméstica e familiar para serem divulgados em redes sociais, tanto para o público externo, como para o público interno.

Para garantir o aperfeiçoamento da Patrulha também é importante desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação que permitam analisar deficiências existentes e planejar as mudanças necessárias.

De maneira geral, a maior dificuldade para ampliação e aperfeiçoamento do programa é a falta de orçamento próprio e de recursos humanos, um desafio que atinge a corporação militar como um todo. Existe a vontade da Coordenação Técnica de garantir que em todas as Patrulhas os/as policiais sejam fixos/as e que possam aperfeiçoar-se constantemente no tema da violência doméstica e familiar. Com o crescente interesse de mulheres da BM em trabalhar na Patrulha, a Coordenação Técnica também pretende equilibrar o

número de homens e mulheres que atuam na PMP-BMRS. No entanto, a PMP-BMRS não conta com orçamento próprio e, sobretudo nos pequenos municípios, faltam efetivos para isso.

Mulheres na Polícia Militar

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) do ano de 2014, o efetivo feminino da BM-RS somava 2.632 mulheres, representando 12,9% do efetivo total. No país como um todo, esse percentual é ainda menor: em média, as mulheres representam apenas 9,7% dos efetivos das polícias militares.

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar do Rio Grande do Sul foi a primeira a ser criada no país e tem servido de modelo e fonte de inspiração para diversas outras experiências existentes no Brasil – o projeto já recebeu a visita de membros da polícia militar de outros estados (Alagoas, Espírito Santo, Bahia e Paraná) para auxiliar na implementação de patrulhas.

É possível afirmar que a perspectiva de gênero permeia todas as atividades da PMP-BMRS e orienta os trabalhos de sua Coordenação Técnica. Há uma grande preocupação em se enfatizar a prioridade dada à mulher em situação de violência nos diferentes momentos do atendimento, não só pelo seu caráter de urgência, mas pelo respeito às vontades e decisões tomadas por ela. A Patrulha demonstra ainda sensibilidade para lidar com outras situações de vulnerabilidades em que se inserem muitas mulheres atendidas.

Da mesma maneira, a Coordenação Técnica tem demonstrado grande interesse em conhecer e incorporar práticas criativas e inovadoras a fim de se atualizar. A PMP-BMRS é, hoje, uma política pública consolidada e com um enorme potencial para continuar se desenvolvendo.



Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA

Salvador (BA)

Samira Bueno e Jacqueline Brigagão



Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA

Salvador (BA)

Samira Bueno e Jacqueline Brigagão



Nome da Experiência: Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha / PMBA



Corporação: Polícia Militar



Cidade/UF: Salvador (BA)



Data de início da experiência:

Julho de 2015

Data da visita à experiência:

19 e 20 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Major Denice Santiago

RESUMO

O Ronda para Homens foi criado em julho de 2015 como um subprojeto da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA) e tem como objetivo sensibilizar e capacitar homens que residem em territórios vulneráveis à violência em Salvador e profissionais de segurança pública, promovendo mudanças culturais e reduzindo a reincidência entre os autores de violência. A proposta do Ronda para Homens é um “papo de homem para homem” no qual são discutidos os diferentes tipos de violência contra a mulher a partir de exemplos do dia a dia, promovendo a interação entre policiais e os cidadãos das comunidades assistidas pela Ronda Maria da Penha e potencializando a possibilidade de mudança cultural no combate ao machismo.

INTRODUÇÃO

A criação da Ronda Maria da Penha (RMP - PMBA) e do Ronda para Homens (RPH – PMBA) ocorre em um contexto no qual os indicadores de violência contra a mulher colocavam a Bahia em um dos piores cenários no ranking nacional. Segundo o Mapa da Violência de 2015 o Estado da Bahia encontrava-se no segundo lugar no ranking de homicídios de mulheres, e o balanço das ligações do 190 indicava que 32% dos chamados recebidos eram ocorrências de violência contra a mulher.

Neste cenário, e diante da constatação de que um dos maiores entraves a proteção das mulheres era justamente a falta de acompanhamento e fiscalização das medidas protetivas, a Ronda Maria da Penha passou a ser planejada pela major Denice Santiago. Denice é psicóloga e uma das fundadoras do centro Maria Felipa, núcleo psicossocial que tem por objetivo prestar atendimento e cuidado às policiais femininas e dependentes do sexo feminino de policiais da PMBA¹. A partir da experiência à frente do centro Maria Felipa, e estando na época alocada na Secretaria de Políticas para as Mulheres, Denice iniciou o desenho da Ronda Maria da Penha, oficializado a partir de um termo de cooperação técnica entre diversos órgãos dedicados ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Desde sua criação a Ronda Maria da Penha conta com a experiência da Capitã Paula no subcomando da operação. Paula é policial há mais de 20 anos, formada em comunicação social e trabalhou muitos anos no departamento de polícia comunitária, influenciando decisivamente na doutrina de implementação da RMP-PMBA, que consiste em uma experiência de policiamento comunitário que trabalha a perspectiva de gênero. Paula lida cotidianamente com os demais policiais que atuam na Ronda e é responsável por acompanhar a Ronda para Homens.

O Ronda para Homens é um subprojeto da Ronda Maria Penha desenvolvido por dois cabos – Cabo Djair e Cabo Cirqueira – ambos com mais de 20 anos de experiência no trabalho operacional. Tendo passado por batalhões em áreas cujos indicadores de violência são altos, assim como no Choque (corpo especializado no controle de distúrbios civis), ambos constituem a imagem do “policial de verdade”. São profissionais respeitados pela experiência e pela trajetória dentro da corporação, o que facilita a interlocução com os homens que participam das oficinas e palestras.

1. O Centro Maria Felipa se destaca pela produção de estudos e por ter seu trabalho focado em questões relativas à violência, especialmente sexual e doméstica, reconhecendo os problemas que acometem os membros da corporação.

Violência contra a mulher

Constitui qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público, como no privado.

Fonte: Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. “Convenção de Belém do Pará” (1994).

Tipos de violência contra a mulher

“Violência Sexual É a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Manifesta-se como expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e voyeurismo; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas - coerção física ou por medo do que venha a ocorrer (Taquette, 2007);

Violência Física - qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher;

Violência Psicológica - conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou ainda que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Violência Patrimonial - qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Violência Moral - entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;

Violência Institucional - aquela praticada, por ação e/ou omissão nas instituições prestadoras de serviços públicos. Mulheres em situação de violência são, por vezes, ‘revitimizadas’ nos serviços quando: são julgadas; não têm sua autonomia respeitada; são forçadas a contar a história de violência inúmeras vezes; são discriminadas em função de questões de raça/etnia, de classe e geracionais. Outra forma de violência institucional que merece destaque é a violência sofrida por mulheres em situação de prisão, que são privadas de direitos humanos básicos, em especial aqueles sexuais e reprodutivos.”

Fonte: Política Nacional de enfrentamento à violência contra a Mulher, 2011, pp.22-23.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto Ronda Maria da Penha consiste em uma operação especial desenvolvida pela Polícia Militar da Bahia que teve início em 08 de março de 2015, mas que vinha sendo gestado desde 2013 na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Neste período, a major Denice Santiago trabalhava na SPM e acreditava que um dos gargalos da política pública de segurança baiana era justamente a ausência de uma política focada especificamente nas questões de gênero. Com a ideia de desenvolver uma iniciativa em parceria entre a SPM e a PM, a major viajou até Porto Alegre para conhecer a Patrulha Maria da Penha, iniciativa pioneira desenvolvida pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Com os dados coletados nesta visita, a Ronda Maria da Penha passou a ser sistematizada e um termo de cooperação técnica foi celebrado entre a SPM, a Secretaria de Segurança Pública, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública.

A Ronda Maria da Penha é um projeto que atende mulheres que tiveram medidas protetivas de urgência deferidas pela Justiça e que, segundo avaliação do Judiciário, Ministério Público ou Delegacia da Mulher, encontram-se em situação de alta vulnerabilidade. Isso significa que nem todas as mulheres com medidas protetivas de urgência são atendidas pela PM, mas aquelas consideradas mais expostas à violência e que aceitam fazer parte do programa.

A partir deste aceite os policiais da RMP-BA entram em contato com a assistida e se deslocam até o local indicado por ela – em geral sua residência – para conversar, entender melhor sua história e definir as visitas que, embora não tenham hora marcada, possuem turnos definidos de acordo com a rotina da assistida. As visitas não têm periodicidade definida, mas casos mais graves chegam a 4 visitas semanais. Na primeira visita às mulheres em situação de violência, preenchem um formulário sócio assistencial e uma certidão de 1º atendimento.

Segundo os profissionais envolvidos, o mais importante do atendimento prestado pela Ronda é o acolhimento ofertado à assistida, criando laços de confiança e passando segurança. Cada guarnição é composta de 3 policiais militares, dos quais um é necessariamente do sexo feminino. É sempre a mesma equipe que visita à assistida, de modo a garantir o estabelecimento de vínculos e a relação de confiança.

O Ronda para Homens surge em julho de 2015 como um subprojeto do Ronda Maria da Penha. Isto porque o comando da experiência entendeu que uma etapa importante e estratégica para o sucesso da ação consiste em sensibilizar homens que residem nas comunidades que concentram altos índices de violência contra a mulher, contribuindo para a mudança cultural e para redução da reincidência. Neste sentido, o projeto foi desenvolvido com foco nos homens das comunidades das assistidas e policiais militares do sexo masculino da PMBA que também ne-

cessitam ser sensibilizados para as questões relativas à lei Maria da Penha, como homens e como profissionais da segurança pública, protagonistas do programa.

A proposta do Ronda para Homens é um “papo de homem para homem”. As mulheres que compõe a equipe participam de quase todas as fases do processo, como a elaboração do material pedagógico, o agendamento da reunião, mas não participam da reunião para que os homens fiquem mais a vontade, e não tenham receios de fazer perguntas e comentários. Nas reuniões são discutidos os diferentes tipos de violência contra a mulher a partir de exemplos do dia a dia. Os policiais responsáveis pela sensibilização trazem uma série de exemplos de violências que fazem parte do cotidiano da sociedade e que por vezes parecem invisíveis, mas que apesar de não serem reconhecidas como violências pelos homens ou mesmo pelas mulheres, são formas violentas de relacionar-se com as mulheres que foram naturalizadas pela cultura e são passíveis de sanção pela lei Maria da Penha. Durante a visita ao projeto, acompanhamos uma atividade do Ronda para Homens com Guardas Municipais da cidade de Itaparica, realizada a pedido da prefeitura de Itaparica, que pretende criar uma ronda Maria da Penha na Guarda Municipal. A passagem abaixo traz um exemplo da discussão realizada nas atividades, liderada pelos dois cabos responsáveis pelo programa.

“A mulher é dona do corpo dela, ela só deita com você se ela quiser, ela não é obrigada mesmo sendo casada ela não é obrigada a deitar com você. Ela só vai fazer o que ela quiser fazer, porque o corpo dela pertence a ela, assim como o seu pertence a você. Você impõe a ela o ato sexual você está forçosamente obrigando-a a deitar com você. Ela por muitas vezes até pode deitar, mas ela deitando contra a vontade dela e após o ato indo a uma delegacia é constatado estupro. Acordem pra isso, isso com qualquer mulher, seja qualquer ato forçado. Vocês precisam passar isso para as pessoas. Relação sexual seja com penetração ou não tem que ser com o consentimento da mulher...” (Cabo da PMBA durante reunião do Ronda para Homens com Guardas Municipais de Itaparica).

A mobilização dos homens que participam da Ronda em geral ocorre por meio da própria comunidade, e não implica necessariamente a participação de autores de violência. Segundo o Comando da operação, existe, no médio prazo, a intenção de promover algum tipo de trabalho especificamente com foco nos homens autores de violência, mas eles compreendem que isso deve ser feito por equipes diferentes e em espaços físicos diferentes, implicando necessariamente na expansão do programa.

Ao final da atividade todos os participantes recebem um lanche, um certificado de participação e um formulário para avaliar a atividade e o desempenho dos policiais. Em geral esse é um momento de confraternização e os participan-

tes expressam satisfação em ter participado da oficina, e às vezes ainda fazem questões específicas para os membros da equipe.

INFRAESTRUTURA

A Ronda Maria da Penha e a Ronda para Homens não contam com recursos próprios nem linha orçamentária específica. Os policiais ficam alocados em um batalhão da cidade de Salvador junto a outros policiais e a Delegacia da Mulher, o que não gera custo de instalação além das despesas básicas com a infraestrutura da polícia. O comando da operação tem um orçamento de R\$1.500,00 por mês para as quatro viaturas e uma linha telefônica móvel, que é informada às vítimas. O Ministério Público, a SPM, o SEPRMI e outros órgãos públicos doam os folhetos e materiais informativos distribuídos aos participantes. Os lanches por vezes são custeados pelos próprios policiais da Ronda e eles buscam constantemente parcerias para financiar estas despesas.

Em Salvador o programa conta com 27 policiais militares e quatro viaturas exclusivas, sendo uma delas despadronizada. As viaturas padronizadas contam com uma faixa lilás e o logotipo do projeto. Os policiais contam com um braçal da ronda Maria da Penha nas suas fardas, também com contorno em tom de lilás, o que permite sua identificação prontamente.

INSTITUCIONALIDADE

A Ronda Maria da Penha foi oficialmente criada no dia 08 de março de 2015 através de um termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, a Polícia Militar da Bahia, a Polícia Civil da Bahia, o departamento de Polícia Técnica, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o Ministério Público do Estado da Bahia e a Defensoria Pública do Estado da Bahia. Em 27 de agosto de 2015 o governador do estado nomeou o comitê de governança da Ronda Maria da Penha, que conta com representantes dos órgãos citados acima. Esse comitê se reúne mensalmente para alinhar procedimentos, discutir casos e acompanhar as ações da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

O Comandante da operação, Coronel Lázaro, informou que há tratativas para que a Ronda Maria da Penha, hoje uma operação, possa se tornar uma Companhia Independente com um efetivo maior e a possibilidade de desenvolver vários projetos. A Ronda para Homens, apesar de já ter desenvolvido diversas atividades, ainda não foi institucionalizada como ação independente e continua sendo um subprojeto da Ronda Maria da Penha.

PARCERIAS E ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Desde o princípio a Ronda Maria da Penha foi pensada a partir de uma perspectiva intersetorial, já que a ideia surgiu de uma parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e para que pudesse ser executado precisava da participação ativa do judiciário, da delegacia de defesa das mulheres (DDM) e da retaguarda e suporte de toda a rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Salvador, já que muitas mulheres necessitam de acolhimento, do suporte do Centro de Referência de Atenção à Mulher e/ou CREAS, entre outros. Nesse contexto, como se trata de um subprojeto, a Ronda para Homens também conta com o apoio e suporte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de Salvador.

No último ano a equipe da Ronda para Homens tem sido mobilizada para promover a capacitação de guardas municipais das cidades baianas com interesse em capacitar seus profissionais na perspectiva de gênero para o atendimento de mulheres em situação de violência, em especial os casos de violência doméstica.

PROTOSCOLOS

Desde agosto de 2015 a Ronda Maria da Penha conta com protocolos que normatizam o atendimento, dentre os quais destacamos quatro:

- 1) Protocolo de atendimento da STELECOM (190) para chamados envolvendo violência doméstica e/ou familiar contra a mulher;
- 2) Protocolo de atendimento dos integrantes da operação Ronda Maria da Penha para Prevenção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar em Salvador/Bahia;
- 3) Protocolo ORMP: Descumprimento de medida protetiva de urgência;
- 4) Protocolo ORMP: Fiscalização de medida protetiva de urgência sem flagrante de descumprimento.

Segundo a Major que comanda a Ronda Maria da Penha, os protocolos estão sendo revisados e complementados a partir da experiência de dois anos de implementação do programa. Embora a Ronda para Homens não conte com protocolos específicos, utiliza-se do conteúdo dos demais protocolos para o desenvolvimento das metodologias orientadas pela perspectiva de gênero utilizadas nas oficinas comunitárias de sensibilização de homens e na formação de policiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A tabela 1 apresenta os resultados das atividades desenvolvidas pelo Ronda para Homens entre 2015 e 2016. Foram realizadas 12 palestras de sensibiliza-

ção e formação com homens residentes nas comunidades atendidas pelo Ronda Maria da Penha, com Guardas Municipais e com Policiais Militares, nos quais foram capacitados 240 homens.

TABELA 1: *Número de atividades desenvolvidas e número de pessoas capacitadas pela Ronda para Homens. Anos de 2015 e 2016.*

Local	Número de atividades	Total de pessoas capacitadas
Piritiba	4	80
Salvador	5	100
Riachão de Jacuípe	2	40
Itaparica	1	20
TOTAL	12	240

Fonte: Relatório interno da PMBA.

O Ronda para Homens é um projeto implementado exclusivamente na capital, Salvador, e se desloca para o interior quando há demanda para capacitação de outros policiais militares e/ou guardas municipais. No momento as equipes da Ronda Maria da Penha de Paulo Afonso e Feira de Santana estão passando pela capacitação para implementarem o Ronda para Homens em seus territórios.

A equipe de pesquisadoras teve acesso aos formulários de avaliação, que indicaram que os participantes apreciaram as atividades e relataram ter aprendido coisas novas. Como a equipe do projeto tem uma sólida formação sobre a Lei Maria da Penha e sobre as desigualdades de gênero, os conhecimentos são transmitidos em uma linguagem simples e clara o que facilita a apreensão por parte dos participantes, sejam eles profissionais de segurança pública ou residentes das comunidades nas quais a Ronda Maria da Penha atua. Neste caso, é importante destacar, portanto, a importância na escolha dos porta-vozes quando uma mensagem precisa ser transmitida.

No que diz respeito à Ronda Maria da Penha, desde sua criação em março de 2015 foram atendidas em Salvador 442 mulheres, foram realizadas 1804 visitas, 46 prisões de agressores durante estas visitas em função do descumprimento da medida protetiva e 150 palestras para a comunidade, que podem ou não envolver a equipe do Ronda para Homens.

As ações desenvolvidas pela Ronda Maria da Penha e todos os seus subprojetos, nesses dois anos de existência foram um sucesso e já começaram a ser replicadas no estado da Bahia. Em 2016 o projeto foi implantado no interior nas cidades de

Juazeiro, Feira de Santana, Paulo Afonso e Serrinha. O balanço dos atendimentos realizados no interior indicam 386 mulheres atendidas, 72 palestras realizadas e 1.507 visitas às mulheres com medidas protetivas. Importante destacar que para que um município tenha a Ronda é necessário contar com uma estrutura mínima, que é a existência de Delegacia da Mulher e de vara especializada.

TABELA 2: *Número de atendimentos da Ronda Maria da Penha. Anos de 2015 e 2016.*

	2015		2016	
	Salvador	Interior	Salvador	Interior
Número de atendidas	177	-	265	386
Visitas	630	-	1.174	1.507
Palestras	77	-	73	72

Fonte: Relatório interno da PMBA.

DESAFIOS

Apesar de sua institucionalidade, a Ronda Maria da Penha ainda é muito pequena. No caso de Salvador, que tem 2,9 milhões de habitantes (IBGE, 2015) possui efetivo de apenas 27 policiais e quatro viaturas, mostrando-se insuficiente para dar conta da demanda.

Ainda menor é o Ronda para Homens que, embora seja bastante procurado por outros batalhões e guardas municipais para ampliar o processo de capacitação dos profissionais de segurança pública, tem seu potencial de implementação reduzido por contar com apenas três policiais destacados para a atividade. Neste sentido, embora o projeto seja audacioso e mostre resultados preliminares interessantes, sua capacidade de ação ainda é limitada pela falta de orçamento específico da Ronda Maria da Penha e pela dificuldade de expansão do programa.

Outro desafio presente, e que não é exclusivo da Polícia Militar da Bahia, é a sensibilização e formação dos quadros da própria polícia, geralmente resistentes às discussões de gênero. Se considerarmos que um percentual significativo dos estados ainda possuem legislações que limitam o acesso de mulheres às corporações policiais, é fácil compreender porque tem sido tão complexo o processo de capacitação de policiais e mesmo sua sensibilização em relação ao tema. As mulheres correspondem a apenas 9,8% dos efetivos das Polícias Militares de todo o país segundo dados do IBGE para 2015, o que representa

um desafio imenso não apenas à consolidação da agenda de enfrentamento à violência de gênero nestas organizações, mas também ao debate sobre equidade de gênero nas corporações policiais, permitindo a ascensão das mulheres aos cargos de comando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Ronda para Homens se mostra como uma iniciativa inovadora que tem potencial de transformação para dentro da corporação e para as comunidades atendidas pelo projeto. Internamente, tem como tarefa sensibilizar e formar multiplicadores acerca das desigualdades de gênero, incorporando essa visão no atendimento policial e capacitando os profissionais de segurança na lei Maria da Penha.

A formação dos quadros policiais na perspectiva de gênero é fundamental para aprimorar o atendimento às mulheres em situação de violência, mas também se mostra uma importante estratégia para sensibilização da corporação em relação ao tema, fortalecendo a agenda de enfrentamento à violência contra as mulheres em todas as ações desenvolvidas pela Polícia Militar.

As discussões promovidas nas oficinas do Ronda para Homens utilizam uma metodologia que propicia a reflexão dos homens sobre os papéis de gênero e das opressões que as mulheres sofrem no dia a dia. O projeto também acerta na escolha dos porta-vozes, cuja capacidade de comunicação com o público alvo se mostra bem sucedida.

Além do já destacado, o Ronda para Homens consiste em um projeto de policiamento comunitário que incorpora a perspectiva de gênero, e que é multiplicado a partir da voz dos cabos do sexo masculino. Promove, deste modo, a interação entre os policiais e os cidadãos das comunidades em que atuam, resgatando laços de confiança e potencializando a possibilidade de mudança cultural no combate ao machismo.

A Ronda Maria da Penha conta com uma série de protocolos que normatizam o atendimento prestado pelos policiais, o que facilita o monitoramento da atividade. O programa encontra-se institucionalizado por meio de decreto e possui um comitê de governança que se mostra ativo no acompanhamento dos resultados.

Baby: Espetáculo de Cena Fórum

Brasília (DF)

Marina Pinheiro e Stefanie Prandi



Baby: Espetáculo de Cena Fórum

Brasília (DF)

Marina Pinheiro e Stefanie Prandi



Nome da Experiência: Baby: Espetáculo de Cena Fórum



Corporação: Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal

Cidade/UF: Brasília (DF)



Data de início da experiência:
2012

Data da visita à experiência:
16 e 17 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Livia Martins Fernandez, escritora da Polícia Civil e idealizadora da peça

RESUMO

“Baby: Espetáculo de Cena Fórum” é uma peça de teatro elaborada e encenada por policiais civis e militares do Distrito Federal. A peça conta a história de uma mulher que está em um relacionamento abusivo com o marido e retrata situações diárias, suas vontades, pensamentos e violências sofridas. A peça foca na sensação da personagem em relação ao casamento e na falta de perspectiva para conseguir sair da situação de violência. A obra é desenvolvida a partir da técnica do Teatro do Oprimido, elaborada por Augusto Boal, como um espetáculo de cena fórum, que alia teatro à ação social. Além dos papéis principais do marido, da mulher e do filho do casal, um dos atores faz o papel de Coringa, responsável por mediar as intervenções do público, que é levado a dar uma solução para o problema da violência doméstica sofrida pela personagem principal.

INTRODUÇÃO

A Companhia de Teatro Pátria Amada foi criada em 1994 no âmbito da Polícia Militar. Nesse primeiro momento da companhia, suas atividades e peças de teatro tinham como foco a disseminação de informação sobre drogas ilícitas para jovens nas escolas. Em 2004, a companhia passa a ser subordinada à Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal (SSP-DF) e sua área de atuação é ampliada, além da prevenção do uso de drogas ilícitas passa a abordar também questões relacionadas à violência contra as mulheres.

Nesse novo contexto, em 2011, a peça “Baby” é elaborada por dois membros da Companhia, a escritora da Polícia Civil, Livia Martins Fernandez, e o cabo da Polícia Militar, Genivaldo Sampaio da Silva. Os dois escreveram, produziram e dirigiram o espetáculo.

A primeira versão da peça sobre a realidade de um mulher vítima de violência doméstica foi elaborada nos moldes tradicionais de teatro. A peça foi modificada após a criadora, Livia, fazer um curso sobre a técnica de Augusto Boal no Rio de Janeiro, adicionando o componente de interação com a plateia e transformando, assim, a peça em um espetáculo de cena fórum aos moldes dos conceitos do Teatro do Oprimido.

Augusto Boal e o Teatro do Oprimido

Augusto Boal foi um diretor e ator de teatro nascido no Rio de Janeiro, em 1931. Formado em dramaturgia e engenharia química pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, retornou ao Brasil em 1956, quando passou a residir em São Paulo.

Augusto Boal é a principal liderança do Teatro do Oprimido, metodologia que alia o teatro à ação social. A técnica pretende colocar o/a espectador/a como sujeito atuante, de modo que ele passe a ser transformador da ação dramática apresentada e, portanto, protagonista. Boal ficou mundialmente conhecido pela criação desse método. O teatro do oprimido ajuda as pessoas a buscarem a ação dentro de si, preparando-as para situações que possam ocorrer no futuro.

Um dos ramos que existem dentro do método é o Teatro Fórum, que derruba a barreira entre o palco e plateia, estimulando o público a participar do diálogo. Através da apresentação de temas cotidianos, um problema é colocado, mostrando o lado do opressor e do oprimido e, em um certo momento, a peça é aberta ao público, que pode sugerir soluções para o problema. Nesse contexto, todos são levados a refletir sobre o tema e quem se sentir à vontade pode subir no palco para mostrar como acha que a questão pode ser solucionada. No teatro fórum, o ator é o próprio público e as pessoas não são só observadoras, mas protagonistas de suas vidas.

De acordo com os membros da companhia, a encenação através de um espetáculo de cena fórum gera um impacto maior na plateia, que é instigada a pensar em possíveis soluções para o problema da violência contra a mulher e a participar após a intervenção da figura do Coringa. Esse é um personagem onisciente que pede para a cena ser alterada, invertida ou refeita sob outra perspectiva sempre que haja necessidade de alertar a plateia para alguma questão significativa ou crítica.

Por ser encenada por policiais, a peça promove uma aproximação entre a comunidade e a polícia, pois conforme foi observado pelos/as atores/atrizes nos relatos de espectadores, quando a identidade dos atores é revelada, há a desconstrução da figura do policial como alguém opressivo e cria-se uma sensação de confiança por estarem tratando de um tema delicado, como a violência contra a mulher, usando a arte como forma de prevenção.

A peça foi apresentada para celebrar o Dia Internacional da Mulher, em março de 2012, a convite da delegada-chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do Distrito Federal, com o apoio da SSP-DF e da Secretaria da Cultura (SC-DF).

No ano de 2014, o grupo de teatro Pátria Amada ganhou o edital do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) da SC-DF com a peça “Baby: Espetáculo de Cena Fórum” para a execução do projeto de prevenção da violência contra as mulheres. Inicialmente, o projeto aprovado pelo edital previa oito apresentações da peça em escolas e centros de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade social. A repercussão foi tão grande que a companhia conseguiu adequar a verba para mais apresentações, totalizando 15 apresentações.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A peça “Baby: Espetáculo de Cena Fórum” é apresentada em locais nos quais a prevenção da violência contra a mulher possa ter maior impacto: escolas, universidades, igrejas, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fóruns, eventos e até mesmo movimentos sociais, como assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os espetáculos podem ser solicitados pelas instituições ou oferecidos pela Companhia.

A peça conta com a participação da plateia, permitindo que muitas mulheres se identifiquem com a situação apresentada e durante a encenação tentem buscar possíveis alternativas para quebrar o ciclo de violência em que se encontram. De acordo com as soluções propostas, os/as atores/atrizes levantam junto com a plateia possíveis saídas e após o espetáculo, os policiais também apresentam as diferentes soluções existentes através de ferramentas jurídicas e institucionais disponíveis.

No momento final, há a presença do Coringa em cena, que funciona, como já mencionado, como um mediador e auxilia na condução das possíveis resoluções encontradas e discutidas com a plateia. O personagem do filho do casal, por sua vez, é encenado por um boneco, articulado pelo ex-agente da Polícia Civil (PCDF), Sérgio Eustáquio de Araújo.

De acordo com os/as atores/atrizes e os relatos recebidos por pessoas que assistiram à peça em um dos centros comunitários, a obra impacta positivamente na confiança em relação aos serviços de proteção a mulheres em situação de violência, além de incentivar a denúncia em situações de violência de gênero.

A peça ainda coloca essa temática na pauta de discussão de espaços comunitários e no interior das próprias polícias, possibilitando, assim, a desconstrução do tema dentro da corporação e entre policiais que não participam da execução do projeto.

A estratégia de avaliação e monitoramento utilizada pela equipe é feita ao final do espetáculo através de um questionário que tem duas funções: verificar o impacto da peça nos/as espectadores/as; e coletar as informações sobre os mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência que a plateia já tinha conhecimento e o que aprendeu depois da peça.

INSTITUCIONALIDADE

A iniciativa faz parte do programa da Subsecretaria de Segurança Cidadã da SSP/DF, fazendo parte do programa com foco em políticas de prevenção da violência contra a mulher. A estrutura física necessária para o grupo é fornecida pela SSP/DF, que disponibiliza uma van para o transporte do cenário, do figurino e dos/as atores/atrizes, além de projetores e caixas de som. As roupas e outros adereços foram comprados com recursos do FAC e acumulados ao longo da trajetória do grupo.

A companhia de teatro não recebe nenhum apoio para a formação de seus/suas integrantes, mas como são policiais receberam capacitação sobre o tema da violência doméstica em suas respectivas instituições.

Além da parceria com a SC-DF e com a Delegacia da Mulher do DF, a companhia também estabeleceu uma parceria com a Fundação Dulcina de Moraes (Faculdade de Teatro).

No processo de construção da peça “Baby”, a companhia também contou com a colaboração de Maria da Penha, que assistiu aos ensaios e orientou o grupo sobre as diversas dimensões da violência contra a mulher, além de sugerir adaptações no roteiro.



*Sérgio Araújo, Livia Fernandez, Genivaldo Sampaio, Sílvia Paes e Sabrina Lopes.
Foto: Danilo Ramos.*

PRINCIPAIS RESULTADOS

A iniciativa visa levar o debate sobre violência contra as mulheres, mais especificamente no âmbito doméstico, às comunidades, convidando as pessoas a refletirem sobre as formas de enfrentamento da violência e divulgando conhecimento sobre os serviços da polícia e redes de proteção disponíveis para proteger mulheres em situação de violência. De acordo com a Coordenadora de Programas de Prevenção à Violência e à Criminalidade da SSP-DF, a peça apresentou um dos maiores resultados entre as atividades da Secretaria voltadas para prevenção e sensibilização em relação à violência de gênero.

A peça coloca em debate assuntos como relacionamento abusivo, violência doméstica e, principalmente, questões de gênero. Um exemplo disso é a clara transição de papéis que acontece com a protagonista, que durante quase toda a obra é representada como dona de casa, cuja grande responsabilidade é cuidar do filho, enquanto quem trabalha é seu marido. Ao longo da peça, a atriz faz uso de um pano de prato para demonstrar o lugar que ocupa, mas, ao final da peça, quando finalmente sai de casa, joga o pano no chão. É um momento bastante simbólico, pois encerra o espetáculo com pontos muito importantes no debate em relação à violência doméstica, como o questionamento dos papéis de gênero e a superação de situações de abuso.

DESAFIOS

De acordo com os/as participantes, um grande desafio é superar a resistência nas próprias instituições policiais que não estão acostumadas com práticas artísticas e educacionais para promoção de mecanismos de prevenção e proteção de violência. O sucesso da peça se deve fundamentalmente ao engajamento e a ação dos indivíduos envolvidos e do apoio da SSP-DF.

Outro grande desafio diz respeito à questão financeira. Para a sua ampliação e aprimoramento, a experiência dependeria da formação técnica no Teatro do Oprimido e em práticas de políticas de gênero para que mais profissionais pudessem participar das apresentações.

Como perspectiva de superação das dificuldades financeiras, a companhia apontou para novos financiamentos, tanto do FAC, quanto da própria polícia, para que pudessem expandir o projeto para outras cidades, com a intenção de ter um alcance de escala nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência “Baby: Espetáculo de Cena Fórum”, tem grande impacto nas mulheres que assistem o espetáculo, tanto naquelas que estão sofrendo alguma forma de violência, como em mulheres que já passaram por uma situação de violência parecida. De acordo com os/as atores/atrizes, a peça também tem impacto nos homens e jovens do sexo masculino, que podem passar a questionar suas relações de poder com o gênero feminino.

Segundo os/as atores/atrizes, o que mais marcou algumas mulheres entrevistadas após assistirem à peça foi o fato de se identificarem com a personagem, muitas vezes por terem passado por uma situação parecida ou conhecerem alguma mulher próxima que tenha passado ou passe por abuso. Ao se reconhecerem ou reconhecerem pessoas próximas, sentem-se menos sozinhas e capazes de encontrar recursos possíveis para sair ou ajudar outras a saírem da situação de vulnerabilidade e violência.

A peça tem grande potencial transformador e de replicabilidade, com alcance tanto na comunidade como dentro das próprias instituições policiais.



Silvia Paes, Genivaldo Sampaio, Livia Fernandez, Sabrina Lopes, Júlia Mitiko, Maria da Penha e Sérgio Araújo. Foto: Danilo Ramos.



Rede de Frente – Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher Barra do Garças e Pontal do Araguaia(MT)

David Marques



Rede de Frente – Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT)

David Marques



Nome da Experiência: Rede de Frente – Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT)



Corporação: Polícia Judiciária Civil do Mato Grosso e parceiras



Cidade/UF: Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT)



Data de início da experiência:
Maio de 2013

Data da visita à experiência:
15 e 16 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Andrea Cristine Oliveira Costa Guirra
(Investigadora de polícia judiciária civil)

RESUMO

A Rede de Frente é uma articulação institucional que tem como objetivo qualificar a resposta pública à violência doméstica contra a mulher. A Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDM) é o ponto central da Rede, que articula Polícia Militar, Sistema de Justiça Criminal, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Perícia Oficial, entre outras instituições, com o objetivo de humanizar o atendimento, agilizar os processos judiciais e as medidas protetivas e cautelares, oferecer atenção psicossocial à mulher, autores de violência, e crianças e adolescentes envolvidos na situação de violência doméstica, além ampliar o debate sobre o tema junto a estudantes e comunidade local. Entre maio de 2013 e janeiro de 2017, a Rede verificou o crescimento de 15,1% nos inquéritos da DEDM, foram capacitados 670 agentes públicos e estima-se que entre os autores de violência que passaram pelo Grupo Reflexivo de Homens no CREAS a reincidência seja de 3%.

INTRODUÇÃO

Entre 2010 e 2013, agentes da rede pública estadual e municipal, especialmente da Defensoria Pública (DP) e da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDM), realizaram uma série de mobilizações com o objetivo de dar visibilidade ao problema da violência doméstica contra a mulher no município de Barra do Garças, em Mato Grosso (MT), cidade de aproximadamente 58 mil habitantes localizada na divisa entre o estado e Goiás.

As iniciativas tiveram como motivação a percepção de que um número muito reduzido de casos de violência doméstica chegava ao conhecimento das autoridades por meio de denúncias e registros de ocorrências, mesmo após a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006. De forma geral, entendia-se que as mulheres não procuravam ajuda na rede pública pois não confiavam na resposta que seria dada e o processo apenas causaria sua exposição.

Com o aumento das denúncias alcançado pelas mobilizações, as instituições foram pressionadas a oferecer melhores condições para o encaminhamento dos casos. Em 2013, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) que reuniu diversos atores da rede pública atuantes no município para pensar formas de qualificar o atendimento oferecido aos casos. Esse GT, que reuniu profissionais com diferentes especialidades do setor público e privado transformou-se então na Rede de Frente.

De forma geral, a Rede identificou e busca enfrentar os seguintes problemas: recorrência de casos de violência doméstica; ineficiência na aplicação das medidas protetivas e preventivas existentes; foco exclusivo no trabalho repressivo do sistema; penas ineficazes no tratamento do problema (sobretudo nos casos de ameaça); acúmulo de casos de violência doméstica na 2ª Vara Criminal, inclusive com situações de prescrição; vítimas ausentes ou relutantes em representar em audiências realizadas após um ou dois anos do fato. No âmbito da Polícia Judiciária Civil (PJC), identificava-se a falta de uma reflexão estruturada sobre o problema da violência doméstica nos cursos de formação da Academia de Polícia (Acadepol), comprometendo a uniformização e qualidade do atendimento realizado nas delegacias do estado, além de reclamações sobre a demora e a ausência de protocolos de atendimento na DEDM.

A Rede foi oficialmente lançada em maio de 2013, contando com representantes da PJC, Ministério Público (MP), Judiciário, Defensoria Pública (DP), Assistência Social estadual e municipal (Centro de Referência Especial de Assistência Social/CREAS e Centro de Referências de Assistência Social/CRAS), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Secretaria Estadual de Justiça e

Direitos Humanos. Posteriormente, integraram a Rede representantes da Polícia Militar (PM) e do município vizinho de Pontal do Araguaia/MT, apoiando serviços de assistência social.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Do ponto de vista de sua coordenação, a Rede se estrutura em posições: presidência, vice-presidência, secretaria, tesouraria, etc. Há um planejamento anual das atividades e sua organização é então impulsionada pela realização de reuniões ordinárias mensais para acompanhamento das atividades, reuniões mensais das comissões responsáveis por atividades específicas e avaliação dos resultados obtidos ao final do ano.

Do ponto de vista operacional, foram definidos cinco eixos de atuação buscando dar conta de todo fluxo do sistema e, dessa forma, o projeto pretende qualificar todo o fluxo de encaminhamento dos casos de violência doméstica, desde o momento da notícia do fato até a sentença judicial, com atendimento de qualidade e humanizado. A atuação em rede é inspirada em modelos como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o fortalecimento da rede pública já existente, sem a necessidade de abertura de novas portas na localidade para atenção às mulheres em situação de violência. Outro objetivo é contribuir com o empoderamento das mulheres em situação de violência por meio da qualificação das respostas institucionais oferecidas.

Os eixos se conectam mutuamente, mas ficam definidos conforme segue: em primeiro lugar, está a Rede de Atenção/Proteção Social; em segundo, aplicação humanizada da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); em seguida, há o eixo de capacitação e sensibilização social; em quarto lugar, o Núcleo Acadêmico de Pesquisa, e por último o Projeto Educacional e Cultural de Prevenção à Violência Doméstica nas Instituições de Ensino.

Os dois primeiros eixos relacionam-se à dimensão operacional da Rede e à atuação das instituições no fluxo de atendimento das mulheres em situação de violência. O terceiro eixo, por tratar-se de capacitações, tem como objetivo qualificar a atuação dos/das agentes, e o quarto eixo, que ainda busca sua consolidação, objetiva contribuir com o conhecimento dos impactos da Rede a partir de pesquisas com boletins de ocorrência e inquéritos policiais. Por fim, o quinto eixo está relacionado a campanhas de visibilização e debate sobre o problema da violência doméstica a partir de uma mostra de vídeos realizada junto às escolas do município.

A principal porta de entrada da Rede é a Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, que recebe as mulheres em situação de violência de toda região para o registro das ocorrências. Mesmo nos casos de flagrantes atendidos pela PM, as mulheres e os autores de violência são encaminhados à DEDM, que desde 2017 funciona de segunda à sexta-feira, das 13h às 19h, por determinação do governo estadual, sob justificativa de contenção de gastos. Nos demais horários e aos finais de semana, o atendimento é realizado no plantão do 1º Distrito Policial, que é contíguo à DEDM. As equipes do plantão foram capacitadas pela Rede para o atendimento humanizado nos casos de violência doméstica e há portarias estabelecendo a uniformização do atendimento. Em casos de necessidade, a solicitação de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) pode ser encaminhada ao Judiciário em até 48 horas. Tais solicitações recebem tratamento prioritário na 2ª Vara Criminal (que acumula competência nos casos de violência doméstica na região).

Articulação e intersetorialidade no atendimento às mulheres

A Lei Maria da Penha determinou que o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher seja realizado de forma associada entre as esferas de governo federal, estadual e municipal, coordenando as ações do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, das polícias Militar e Civil, com as áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. Portanto, a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar deve ser realizada por meio da articulação entre os sistemas de políticas públicas já estabelecidos, como o Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Segurança Pública, além de outras políticas públicas de proteção e de atendimento emergencial.

Fonte: BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Art. 8º e 9º.

Em casos de violência sexual, a vítima é encaminhada ao atendimento de saúde para realização de exames e administração de medicamentos emergenciais. Em casos de lesão corporal, há o encaminhamento para a realização de exame de Corpo de Delito, na Gerência de Medicina Legal (GML), também integrante da Rede. Se necessário, uma equipe da DEDM pode acompanhar as mulheres em situação de violência ou autores de violência até o domicílio para a retirada dos pertences.

Especificamente para os casos de violência doméstica, com o registro do fato, o autor da violência e a mulher em situação de violência saem notificados para comparecerem ao CREAS para atendimento psicossocial, onde será elaborado um relatório avaliando o contexto da família e as características

das situações de violência, buscando compreender se a situação em questão é recorrente. Esse relatório será juntado ao inquérito policial e ao processo e subsidiará a concessão de medidas protetivas ou cautelares. Ambas as partes recebem ainda orientação sobre serviços da rede pública de atenção básica do município.

Entre 2013 e 2015, uma inovadora sistemática de trabalho funcionou no âmbito da Rede, agilizando o fluxo de encaminhamentos, sobretudo na fase processual, mas em 2016 com mudanças nos quadros da 2ª Vara Criminal, ela foi parcialmente alterada.

Desistência da denúncia

A Lei Maria da Penha estabeleceu que a mulher em situação de violência doméstica e familiar que denuncie à polícia o crime cometido contra ela poderá desistir do processamento judicial apenas perante o/a juiz/a. Este processo é chamado de renúncia (ou retratação da representação) e acontece em uma audiência específica com a finalidade de ouvir a mulher e o/a promotor/a. Esta audiência deve ser realizada antes que a denúncia do Ministério Público seja recebida pelo Judiciário.

Contudo, por conta de conflitos de interpretação dos artigos 16º e 41º da Lei Maria da Penha, há juristas que defendem que a mulher pode renunciar ao processamento dos casos de lesão corporal leve e há juristas que argumentam que a mulher não pode desistir do processamento nesses casos. Por outro lado, há consenso de que a mulher pode desistir do processamento nos casos de ameaça e de que não pode desistir nos casos de lesão corporal grave e tentativa de homicídio.

Fonte: LBRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Art. 16º. WUNDERLICH, Alberto; DESIMON, Leonel. O crime de lesões corporais leves na Lei Maria da Penha. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=9554&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em jul 2017.

Tal sistemática possibilitava que tanto a mulher em situação de violência, quanto o autor da violência saíssem da DEDM intimados a comparecer em audiência preliminar (a DEDM recebia da 2ª Vara Criminal, que centraliza os casos de violência doméstica, a pauta com a indicação dos dias e horários nos quais poderia agendar as audiências), intitulada informalmente como “audiência do Art. 16” (da Lei Maria da Penha), já com data e hora marcada, economizando trâmites burocráticos da intimação. Dessa forma, a dinâmica implementada previa a realização de “audiências do 16” não apenas para casos de ameaça, mas também nos casos de lesão corporal, para representação ou renúncia da mulher em situação de violência perante o juiz. Nessa audiência

também poderiam ser avaliados os efeitos da aplicação das medidas e a recorrência das situações de violência.

Neste período, as audiências preliminares eram realizadas em até 40 dias após o fato e as audiências de instrução após mais 40 dias, já com o proferimento da sentença. Desta forma, foi também necessária a dinamização dos prazos para conclusão de inquéritos da DEDM. Em caso de não renúncia da mulher em representar, durante a audiência preliminar o Ministério Público oferecia a denúncia, a defesa era realizada e as partes já saíam intimadas ao comparecimento para a audiência de instrução. Aqui, com o comparecimento das partes, havia o sentenciamento e ambas deixavam a audiência já sabendo o desfecho do processo.

Para que isso fosse possível, um entendimento foi construído entre as/os agentes do Judiciário, MP, DP e PJC, que construíram processos que possibilitavam o agendamento de 20 a 30 audiências preliminares e de instrução no mesmo dia, a cada 20 dias. Para as audiências de instrução, havia o agendamento de uma quantidade que possibilitasse o sentenciamento em todos os casos em que houvesse o comparecimento das partes.

O réu condenado em casos de ameaça deixava a audiência com cópia da sentença e era direcionado ao CREAS para participação no Grupo Reflexivo para Homens (GRH), que foi uma inovação em termos de tratamento para o autor de violência. O GRH busca, por meio de encontros semanais, com palestras e oficinas, fazer com que os autores de violência reflitam sobre seu comportamento e suas causas, utilizando, portanto, metodologia bastante comum no tratamento de outros problemas, como alcoolismo e diversos tipos de vício e compulsão. Tal modelo foi adotado após discussão da equipe da Rede a partir de manifestações de homens que já haviam participado de palestras sobre o tema no CREAS e desejavam ter mais espaço para compartilhar dúvidas e sentimentos. Os módulos são compostos por três encontros do grupo reflexivo e uma palestra. O CREAS também realiza encaminhamentos ao Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD) do município, para tratamento dos casos de alcoolismo e dependência de outras drogas.

Posteriormente, em sua audiência na Vara de Execução Penal, há a conversão de sua pena em regime aberto para a participação no GRH. Se o réu já tiver cumprido determinada quantidade de módulos do GRH quando da audiência na Execução Penal, comprovada por meio de uma certidão emitida pelo CREAS, sua pena será considerada cumprida. Portanto, a agilização dos encaminhamentos impactava o processamento de casos de todos os tipos de violência doméstica e familiar. Já o GRH é uma medida de tratamento do autor de violência utilizada apenas em casos de menor potencial ofensivo, como as condenações por ameaça.

Por fim, há outra frente de atuação da Rede, que pretende sensibilizar a comunidade mais ampla, com vistas ao potencial de transformação das famílias promovida pelos jovens. O principal produto desse eixo é a Mostra Estudantil de Vídeos, que ocorre anualmente em parceria com as escolas estaduais e municipais. São impulsionadas reflexões sobre o tema da violência doméstica contra a mulher em três categorias: Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior (os vídeos vencedores das Mostras estão disponíveis no site e no blog da Rede de Frente). O projeto realiza reuniões com professores para orientações sobre a Mostra e o tema, além de oferecer prêmios para os vencedores através de votação popular pela internet com acessos em 13 países. O evento é direcionado a toda rede pública e privada de ensino.

INFRAESTRUTURA

De forma geral, a Rede de Frente não possui orçamento de nenhum dos órgãos que a compõem, sendo constituída apenas através da dedicação dos profissionais aos objetivos construídos coletivamente. Os recursos adicionais são levantados junto à iniciativa privada e distribuídos entre a realização de campanhas e atividades de sensibilização e reflexão sobre o tema, sobretudo para a realização da Mostra Estudantil de Vídeo, que tem custos de aproximadamente R\$ 30 mil. Os gastos anuais da rede giram em torno de R\$ 50 mil.

Houve ainda direcionamento de recursos financeiros de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) diversos do Ministério Público para alguns investimentos pontuais na Rede, como a reforma da DEDM, com destinação de sala específica para a brinquedoteca, e aquisição de equipamentos essenciais para a qualificação do atendimento durante os exames realizados e laudos emitidos pela Gerência de Medicina Legal (GML). A Reforma da DEDM teve custos de R\$ 200 mil, tendo recebido aproximadamente R\$ 40 mil da Prefeitura de Barra do Garças e o restante do TAC direcionado pelo Ministério Público.

INSTITUCIONALIDADE

A Rede ainda se encontra com um nível de institucionalização muito baixo, existindo em grande medida pelo interesse e dedicação dos/as profissionais que a compõem. Dessa forma, em relação a sua institucionalidade é possível apenas destacar os pontos abaixo. A Rede funciona, de maneira geral, segundo acordos informais entre as/os agentes e instituições locais, acordos estes que são desenhados no âmbito das reuniões ordinárias e comissões especiais. Alguns deles, como no caso da uniformização do atendimento na DEDM, ficam normatizados em portarias (Portaria administrativa nº 019/ADM/2016/DRPJCBG e Orientação nº 001/DEDM/2016).

Há um Termo de Cooperação Interinstitucional sendo negociado entre as instituições no âmbito estadual, porém há dificuldades e resistências para o estabelecimento de um compromisso formal das organizações para a institucionalização da Rede. Por fim, há uma iniciativa bastante avançada no sentido de transformar a Rede em Associação, com personalidade jurídica e quadro de associados com contribuições mensais para além das representações institucionais.

PARCERIAS

Conforme o exposto, a Rede de Frente é o resultado de um conjunto de parcerias entre instituições que fazem com que a rede pública ofereça atendimento mais qualificado e completo à mulher em situação de violência. Adicionalmente, há uma parceria da Rede com a Faculdade Cathedral, iniciada em 2015 por meio do Núcleo de Iniciação Científica, e que permitiu o desenvolvimento de projetos de pesquisa, especialmente com estudantes de Direito, sobre o tema da violência doméstica, tendo como fonte os inquéritos policiais e processos judiciais.

Os dados sistematizados pelas pesquisas compõem um banco de dados que foi compartilhado com a Rede. Os levantamentos possibilitaram a identificação de bairros com maior incidência de casos, quais os tipos mais frequentes de violência, perfil das vítimas e autores de violência (renda, profissões, região de moradia). É importante destacar que por meio dos perfis recorrentes de autores e mulheres em situação de violência identificados, a Rede direcionou ações específicas para sensibilização de funcionários de algumas empresas do município sobre o tema.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

As capacitações e sensibilizações foram pensadas sobretudo para os agentes das instituições públicas presentes na Rede. Seu objetivo é qualificar e uniformizar o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica em todos os pontos da rede a fim de superar posturas revitimizantes por parte dos/as agentes públicos/as. É reforçada a importância do não julgamento, da escuta atenta e da não emissão de opiniões sobre os casos.

Dessa forma, os/as profissionais da rede são capacitados/as para compreender a recorrência de alguns comportamentos em mulheres em situação de violência e refletir sobre formas mais eficientes de encaminhar esses conflitos no âmbito do projeto. Assim, a visão de assistentes sociais e psicólogos/as comple-

menta a visão de operadores jurídicos e policiais civis e militares, sensibilizando -os/as para a atuação em casos concretos que chegam a sua atenção no cotidiano de trabalho. As capacitações, cursos e sensibilizações são pensadas pela equipe da Rede de acordo com o público-alvo e as necessidades daqueles/as agentes públicos/as no ponto em que se encontram no fluxo de encaminhamentos.

Foram capacitados/as, além dos/as policiais civis da DEDM, os/as policiais civis atuantes na 1ª DP, que atua como Central de Flagrantes nos horários em que a DEDM está fechada. Há ainda uma proposta para a inclusão de uma disciplina relacionada à Rede e ao tratamento da violência doméstica nos cursos de formação da Acadepol.

Na Polícia Militar, realizou-se a formação de multiplicadores e também foi oferecido um curso para praças ingressantes. Por meio de oficinas, o curso de quatro dias trabalhou conteúdos sobre a Rede, o fluxo de encaminhamentos (com visitas a todas as instituições da Rede) e questões sobre gênero e sobre o ciclo de violência contra a mulher. O comando local da PM identifica que, apesar de resistências iniciais ao trabalho com o tema, há relatos de policiais militares que reconheceram, após o curso, que sua postura mais costumeira contribuía para o reforço do ciclo de violência (através de reações como: “mas a senhora de novo?! A senhora não cria vergonha não?!”). Os/as policiais militares que atendem as ocorrências de emergência tiveram seu repertório ampliado, podendo informar melhor as mulheres em situação de violência sobre os serviços presentes na Rede.

Nas capacitações para instituições como Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, incluindo equipes técnicas e também defensores/as, promotores/as e juizes/as, há sensibilização dos/as atores/as para a importância das medidas protetivas, desconstruindo preconceitos existentes. Agentes dessas instituições afirmam que as capacitações tiveram impacto na sua compreensão do problema da violência doméstica e das questões de gênero e, conseqüentemente, alteraram a maneira de tratar este problema em seu cotidiano de trabalho.

Foram realizadas ainda capacitações com profissionais dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e CREAS para facilitação das turmas do Grupo Reflexivo para Homens. Houve também sensibilização dos/as agentes de saúde da família, que atendem as famílias em domicílio, para que conquistassem um olhar mais atento às situações e violência e, conseqüentemente, pudessem reportá-las.

Por fim, houve capacitação dos médicos da Gerência de Medicina Legal sobre o atendimento das mulheres em situação de violência, o que ainda constitui grande desafio para a Rede, tendo em vista que os profissionais demonstram resistência à sensibilização sobre a complexidade do problema e sobre as formas mais adequadas de seu tratamento.

Com relação aos temas das capacitações, destacam-se:

- Conceito de Gênero, Violência e Rede;
- Mitos e Preconceitos sobre violência doméstica contra a mulher;
- Ciclo da violência doméstica;
- Instrumentos utilizados no atendimento às mulheres vítimas de violência;
- Escuta e Acolhimento humanizado;
- A Lei Maria da Penha na atualidade;
- Aspectos jurídicos dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Medidas Protetivas;
- Projeto Educacional e Cultural de Prevenção à Violência Doméstica nas Instituições de Ensino.

Um dos pontos fundamentais trabalhados pela Rede é a reflexão sobre o ciclo da violência contra a mulher, entendido enquanto situações nas quais há o apagamento da mulher dentro de alguma relação, como o casamento, namoro ou até mesmo por parte de um filho. Essa relação de dominação implica na perda da autoestima, da moral e dignidade, e na falta de capacidade emocional para assumir nova postura frente àquela relação, podendo haver inclusive a repetição das situações de violência, seja neste ou em outro relacionamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A partir da consolidação da atuação da Rede, verificou-se redução da subnotificação em casos de violência doméstica, com crescimento no número de registros e aumento de 15,1% no número de Inquéritos Policiais instaurados e concluídos no mesmo no ano no âmbito da DEDM.

Segundo a Rede de Frente, não houve registros de feminicídio entre 2014 e 2016.

TABELA 1: *Número de inquéritos policiais instaurados e concluídos por ano, na DEDM.*

Ano	Nº de Inquéritos Policiais
2013	370
2014	403
2015	390
2016	462

Fonte: PJC/MT.

Destaca-se também a consolidação do GRH como alternativa ao cumprimento de penas de privação de liberdade em casos menos graves, além de o índice de reincidência dos agressores que passaram pelo GRH ter sido de 3%. É significativo ainda o amplo processo de capacitação dos/as 670 agentes relacionados/as ao atendimento da mulher em situação de violência doméstica nas seguintes instituições: CREAS; CRAS; PJC; PM; GML; MP; Judiciário; DP; Conselho Tutelar; Corpo de Bombeiros, que parece ter contribuído decisivamente para a qualificação e humanização desse atendimento. O atendimento qualificado nos chamados de emergência sobre violência doméstica passou a ser mais valorizado pelos policiais militares após as capacitações.

Segundo o comando local da PM, os casos de violência doméstica com autores policiais militares foi reduzido da média histórica de 12 ao ano, até 2015, para dois casos em 2016, tendo como universo os 380 policiais militares da região.

Houve a ampliação do debate sobre violência doméstica em todas as suas formas nas escolas e na comunidade em geral por meio das Mostras Estudantis de Vídeos, assim como nas empresas, com palestras e outras atividades. Segundo a percepção de integrantes da Rede, depois das Mostras, as denúncias passaram a surgir não apenas por parte das mulheres em situação de violência, mas também de vizinhos, filhos e a partir de denúncias anônimas.

Por fim, sublinha-se a consolidação do CREAS e suas especialidades como ponto importante para o funcionamento da Rede, modificando os olhares de todo o sistema para os casos de violência doméstica, e o aumento da demanda específica sobre violência doméstica no CREAS, que saiu de 100 atendimentos individuais e familiares em 2015 para 200 em 2016, motivado sobretudo pela atuação no âmbito da Rede.

DESAFIOS

O principal desafio da Rede de Frente é referente à institucionalização. A iniciativa mais avançada, que prevê a constituição de uma Associação entre os/as agentes participantes do projeto, não apresenta indícios de que oferecerá segurança jurídica e orçamentária necessárias à sustentação da Rede, podendo até ter o efeito contrário, tendo em vista que passaria a ser uma organização da sociedade civil. Dessa forma, o Termo de Cooperação Interinstitucional, que ainda está em fase de negociação entre as organizações no âmbito estadual, parece ser a melhor estratégia para institucionalização da Rede, inclusive com a consolidação de protocolos que formalizem todo fluxo de encaminhamentos, sendo necessária, portanto, a superação de resistências organizacionais sobre o projeto. É importante ressaltar que, até o momento, a visibilidade, prestígio e força política da Rede junto à comunidade local pressionam as instituições para a manutenção da iniciativa.

A metodologia do Grupo Reflexivo de Homens pode ser incrementada por meio de um processo de avaliação de seus limites e perspectivas frente aos resultados obtidos. A exigência de apenas três sessões e uma palestra como mínimo necessário a título de cumprimento de pena parece ser limitado para consolidar e/ou aprofundar a reflexão e a mudança de comportamento pretendidos nos autores de violência. Além disso, é importante considerar que outras alternativas ainda não foram criadas para o tratamento dos autores de violência em casos mais graves.

Outra perspectiva que a Rede pode ter é o fortalecimento de seu discurso e a melhora no conhecimento sobre sua atuação caso consiga ampliar o monitoramento dos resultados e estatísticas de atuação por meio do Núcleo Acadêmico de Pesquisa.

A implantação de projeto de monitoramento de medidas cautelares e protetivas por parte da Polícia Militar poderia ainda complementar a rede pública de atendimento à mulher em situação de violência.

Por fim, constitui-se em um dos desafios fundamentais da Rede a reativação do sistema que agiliza os processos de violência doméstica, agendando audiências preliminares já durante o atendimento das partes na DEDM. Essa dinâmica foi muito importante para a consolidação do projeto, mas ficou prejudicada após mudanças no quadro pessoal da 2ª Vara Criminal. O juiz entrevistado relatou ter encontrado em 2013 um passivo de 1600 processos e deixou a Vara em 2015 com 850 processos; contudo, os casos voltaram a acumular após a Vara ficar quase um ano sem juiz designado. A nova juíza acredita que levará ao menos um ano para colocar em dia o passivo de 3 mil processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concretamente, a Rede de Frente caracteriza uma ótima experiência de articulação interinstitucional com a mobilização de atores de saberes diversos para tratar de um problema extremamente complexo. Em termos de segurança pública e justiça criminal, não é comum encontrar casos nos quais os atores se comuniquem ou sejam influenciados por saberes que não dos “especialistas” da área, principalmente de policiais e promotores. Nesse caso particular, parece extremamente produtivo para todo sistema a pluralização do olhar institucional, ajustando e aperfeiçoando fluxos, transformando internamente as instituições por meio das mudanças vivenciadas pelos agentes, e oferecendo respostas de qualidade, humanizadas e mais eficazes para problemas concretos e complexos enfrentados pelos agentes na linha de frente.

Assim, são pontos fortes desta iniciativa a articulação alcançada no nível local por todas as instituições do sistema e a multidisciplinaridade no tratamento do problema.

Os 3% de reincidência dos homens que participam do GRH apontam que os esforços da Rede têm tido sucesso. Outros pontos fortes da constituição da Rede são a capacidade de construção de parcerias benéficas ao trabalho de cada instituição e seu potencial de replicabilidade. Neste sentido, são necessárias a aproximação e articulação das instituições e atores já existentes no território, a vontade política de mudar o contexto local, a abertura para reconhecer que todos e todas têm papel importante no enfrentamento da violência contra mulher e que as instituições devem ampliar os diálogos interinstitucionais e criar estratégias de cooperação.

Tendo em vista a não institucionalização formal da Rede por meio do Termo de Cooperação Interinstitucional - ou outro instrumento jurídico que estabeleça sua existência formal e garanta sua estabilidade no tempo – a não continuidade da iniciativa, por meio da mudança dos agentes públicos ou atores políticos envolvidos, é um risco importante.

A necessidade de mobilização constante da Rede também é um desafio importantes nesse contexto, uma vez que a visibilidade, prestígio e força política do projeto podem oferecer estabilidade no curto e, talvez, médio prazo, o que levaria ao comprometimento das instituições com a iniciativa. De certa maneira, portanto, a longevidade da Rede dependeria de sua capacidade de produzir mais evidências de que a ampla abordagem realizada é eficaz no tratamento da violência doméstica contra a mulher.

Os atores da Rede identificam ainda como desafios manter a dinâmica do grupo e evitar vaidades pessoais e institucionais, além da manutenção da dedicação dos profissionais à Rede sem causar problemas em suas instituições e demais áreas de seu trabalho.



Projeto Mulher Segura MS

Amambai (MS)

Roberta Astolfi



Projeto Mulher Segura MS

Amambai (MS)

Roberta Astolfi



Nome da Experiência: Projeto Mulher Segura MS



Corporação: Polícia Militar



Cidade/UF: Amambai (MS)



Data de início da experiência:

15 de março de 2015

Data da visita à experiência:

17 e 18 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Major Josafa Pereira Dominoni,
idealizador do projeto

RESUMO

*O **Projeto Mulher Segura MS** é uma iniciativa de atendimento a vítimas de violência doméstica baseado em três pontos: no esclarecimento sobre os direitos, sobretudo aqueles elencados na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha; no apoio sobre como e onde efetivar tais direitos e na fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs). É realizado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul em unidades voluntárias para receber o programa. Diferentemente de outros modelos de fiscalização de medida protetiva, o projeto Mulher Segura não é apenas uma divisão especializada em que somente profissionais dedicados se envolvem no projeto, mas uma iniciativa que, a partir da coordenação de uma equipe central – chamada de Equipe Técnica -, é operacionalizada por todo o efetivo da unidade. Até a data da visita, três cidades tinham o projeto em funcionamento: Amambai, Dourados e Aquidauana¹, e essa descrição se baseia no projeto conforme implantado no município de Amambai que, além de ter sido o primeiro local de implantação, é onde ele se encontra melhor desenvolvido, institucionalizado e com protocolos bem definidos.*

1. Não foi possível visitar a cidade de Aquidauana e quanto à cidade de Dourados, esta segue o modelo de grupamento especializado, com apenas três pessoas, sem envolvimento do efetivo regular da unidade.

INTRODUÇÃO

O projeto Mulher Segura MS foi lançado no dia 15 de março de 2014, na 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, com sede em Amambai, Mato Grosso do Sul, por iniciativa do então comandante da unidade, Major Josafa Pereira Dominoni. Para a implementação, foi estabelecida uma parceria com o Poder Judiciário, de modo que todas as medidas protetivas concedidas passaram a ser enviadas à sede do projeto.

Inicialmente, estava prevista uma equipe técnica que seria responsável por todo o trabalho, sob a coordenação do Major. Já havia na época uma equipe especializada, que desenvolvia o Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, e essa mesma equipe acumularia a função de acompanhar a situação de mulheres que tivessem obtido medidas protetivas de urgência por motivo de violência doméstica ou que tivessem acionado a Polícia Militar (PM) por esse motivo. Como esse é um tema sensível, o modelo inicial buscava profissionais com um perfil especial, que pudessem ser pinçados do efetivo em geral.

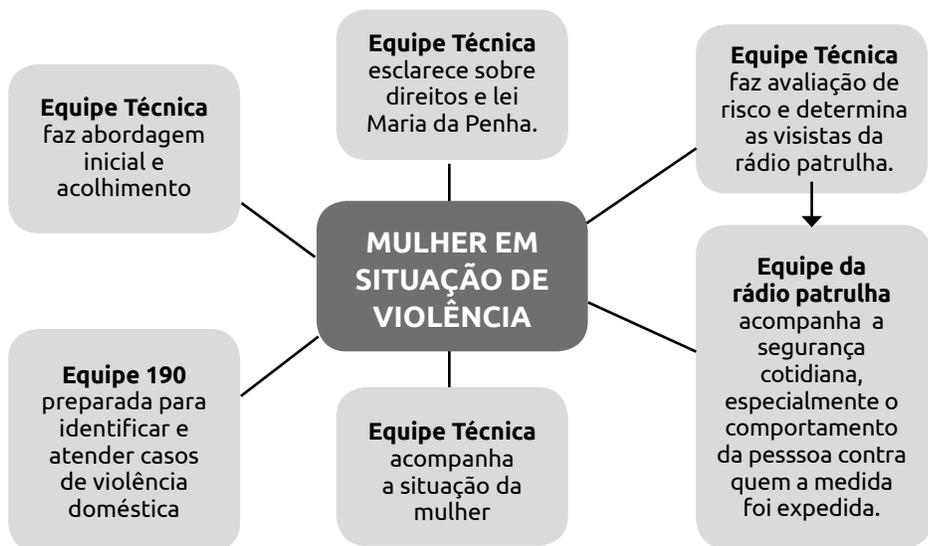
Porém, ainda enquanto elaborava a implementação, a equipe decidiu que seria importante envolver o efetivo da companhia como um todo e o comandante determinou que as rondas que estivessem em serviço de patrulha incluíssem em seu itinerário cotidiano uma certa quantidade de visitas diárias para a fiscalização das medidas protetivas². Assim, o programa passou a ter o seguinte desenho: a Equipe Técnica ficou responsável pelo atendimento especializado à mulher em situação de violência, para uma abordagem especialmente humanizada e cuidadosa, e o efetivo alocado na rádio patrulha passou a cuidar das visitas de fiscalização, verificando possíveis situações de ameaça por parte do suspeito de autoria da violência. O pessoal alocado no atendimento do 190 também foi orientado a identificar e encaminhar casos de violência doméstica.

Houve inicialmente uma resistência de parte do efetivo que não compreendia aquela atividade como um “trabalho de polícia”, mas ainda assim o projeto foi implantado. Pouco tempo depois, o Major Dominoni foi transferido e o novo Comandante da Companhia encontrou um projeto com o qual ele não tinha familiaridade, mas que contava com prestígio entre grupos formadores de opinião na cidade, especialmente o Movimento de Mulheres de Amambai.

No processo de vencer suas próprias resistências, o Major Carlos Magno percebeu uma lacuna no projeto: a necessidade de formação no tema da violência contra a mulher para o efetivo como um todo. Desse modo, foi determinado que a Equipe Técnica realizasse um processo de formação para toda a Companhia acerca da Lei Maria da Penha, ciclo de violência contra a mulher e desigualdades de gênero.

2. Ordem de Serviço Nº 007/P-3/3ªCIPM/2015, de 18 de março de 2015.

FIGURA 1: Modelo de atendimento do projeto Mulher Segura.



Envolver toda a tropa no projeto como alternativa ao atendimento exclusivo por parte de um grupamento especializado pode ter sido uma decisão condicionada pelos recursos limitados da Companhia. Ainda assim, essa opção abriu possibilidades até então não contempladas pelos modelos tradicionais de programas de fiscalização de medidas protetivas de urgência: uma transformação mais ampla e profunda na abordagem da organização como um todo no trato do tema da violência contra a mulher.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

São admitidas algumas formas de entrada no fluxo de atendimento da experiência, a depender da situação específica. Parte das mulheres chega ao projeto através de uma ligação de emergência ao telefone 190 da Polícia Militar³. Os profissionais responsáveis pelo atendimento do chamado telefônico estão orientados a dar atendimento humanizado e, além da pronta resposta com envio da Rádio Patrulha, encaminham o caso para a Equipe Técnica do projeto. Na linguagem dos/as operadores/as, é o que chamam de primeira resposta.

A Equipe Técnica realiza então uma abordagem para orientação sobre leis e direitos e sobre os recursos de atendimento disponíveis. Essa fase é chamada de segunda resposta e pode compreender várias visitas enquanto o caso tramita junto à Polícia Judiciária e Ministério Público.

3. Na cidade de Dourados foi relatado que o telefone 180, do Governo Federal, repassa denúncias ao Ministério Público, que por sua vez encaminha para o programa Mulher Segura para abordagem e acompanhamento. Na cidade de Amambai esse fluxo não foi relatado.

Quando as mulheres atendidas são beneficiadas por MPUs concedidas pelo Poder Judiciário, a Equipe Técnica fará o esclarecimento sobre o serviço de fiscalização da medida e, havendo adesão, ela passará a receber as visitas da Rádio Patrulha, visando à garantia do cumprimento da medida e segurança da beneficiária, o que é chamado de Terceira Resposta.

O modelo de sequência de respostas descrito acima refere-se às possibilidades de atendimento nas diversas fases do ciclo de violência. Na prática, as mulheres podem chegar ao serviço diretamente através da concessão da medida protetiva, sem que tenha havido atendimento de emergência por parte da PM, além de mulheres já atendidas pelo programa poderem recorrer ao telefone de emergência a qualquer momento. Outro tipo de acompanhamento é quando a notícia da situação de violência chega à Equipe Técnica por meio de uma denúncia por parte de terceiros. Nesse caso a Equipe Técnica realiza uma aproximação com a possível vítima para avaliar a situação, o que pode demandar várias visitas até que a mulher se sinta segura para revelar a situação ou até que sejam verificadas as evidências de que de fato há uma situação de violência ou, ainda, que não há.

As visitas de atendimento da mulher são realizadas pela Equipe Técnica em horários entre as 7h30 e 13h30, durante os dias da semana, e podem ser feitos também contatos telefônicos. Já as visitas de fiscalização de cumprimento da medida protetiva, feitas pela Rádio Patrulha, podem ser feitas a qualquer horário do dia ou da noite, inclusive nos fins de semana, mas o período e os lugares a serem visitados são determinados pela Equipe Técnica através de ordem de serviço.

Conforme dados informados pela Equipe Técnica de Amambai, desde que foi implementado, o projeto já havia realizado 424 visitas até fevereiro de 2017. A população estimada do município para 2016 era de 38 mil habitantes⁴.

TABELA 1 : *Visitas realizadas no âmbito do projeto Mulher Segura MS.*

Período	Visitas domiciliares realizadas
2015	152
2016	230
jan/fev 2017	42

Fonte: Elaboração própria com dos dados fornecidos pela Equipe Técnica do projeto Mulher Segura MS.

4. Dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>.

INFRAESTRUTURA

O efetivo da Equipe Técnica conta com quatro policiais militares que se dividem entre o Projeto Mulher Segura e o Proerd, são eles: Sargento Geraldo, Soldado Adelino, Soldado Maria Clara e Soldado Carina, além do comandante da unidade, Major Carlos Magno, que é o coordenador geral do projeto. Todas as atividades dessa equipe são consideradas atividades de Polícia Comunitária.

Já o efetivo da unidade que é considerado parte do projeto é formado por 36 policiais militares⁵ que trabalham diretamente na Rádio Patrulha e são divididos em quatro escalas de serviço.

No que diz respeito à estrutura material, o projeto conta com uma base móvel da Polícia Comunitária, uma sala ampla com mesas, cadeiras, dois computadores, armários e arquivos para a organização dos dossiês das mulheres atendidas, além de uma pequena área reservada para atendimentos privados e, caso necessário, alguns brinquedos para crianças.

Polícia Comunitária

A ideia de policiamento comunitário se baseia na reforma organizacional das polícias com vistas à descentralização dos processos de tomada de decisão em direção aos/ às policiais da linha de frente, a aproximação entre polícia e comunidade, e a orientação da ação da polícia pela metodologia da solução de problemas. Esse modelo começou a ser gestado por organizações policiais nos EUA desde a década de 1950, em oposição a um modelo que privilegiava a hierarquia, os regulamentos previamente estabelecidos e a distância da polícia em relação à comunidade (dessa forma acreditava-se que iriam evitar a cooptação). Na década de 1990 houve grande sistematização teórica dos modelos de polícia comunitária e um crescimento no número de iniciativas com esse rótulo, mas foi na década de 2000 que essas iniciativas foram descritas e avaliadas. As polícias militares de diversos estados brasileiros, responsáveis pelo policiamento preventivo, implantaram o programa, mas muitos estudos apontam para os desafios para esse modelo prosperar em uma instituição que, em geral, é bastante hierarquizada e pouco flexível.

Fonte: RIBEIRO, L. Policiamento comunitário. In: LIMA, R.S.; RATTON, J.L. e AZEVEDO, R. G. (Orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

INSTITUCIONALIDADE

O projeto existe atualmente na Coordenadoria da Polícia Comunitária da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul e suas diretrizes estão arquivadas na P-3, Diretoria máxima de Ensino da Corporação. A adesão das unidades ao projeto

5. O efetivo da 3ª CIAPM é de 119 PMs e todos foram treinados. A Companhia atende cinco municípios: Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tacuru e Sete Quedas. 36 estão trabalhando em Amambai e são, portanto, aqueles envolvidos no projeto.

é voluntária e, até a data da visita, três unidades tinham o projeto em funcionamento: Amambai, Dourados e Aquidauana.

Em relação a orçamento, o projeto não demandou, ainda, nenhuma verba extra além do que já está alocado na Companhia. As visitas da Equipe Técnica são realizadas com o veículo da Polícia Comunitária, que também é utilizado no Proerd e o efetivo também é o mesmo, não havendo uniformes ou equipamento individual especial. Os computadores, impressora, telefone e material consumível (papel, caneta, etc.) são aqueles que já eram utilizados pelo Proerd. O único investimento relatado foram os móveis da sala do projeto, incrementados com doações realizadas através de mobilização da sociedade civil, mais especificamente do Movimento de Mulheres de Amambai.

PROCOLOS

As visitas da Equipe Técnica são guiadas por um documento chamado “relatório técnico de visita domiciliar”, que elenca os critérios utilizados para classificar as mulheres em situação de risco. São feitas perguntas para a vítima, como em relação ao grau de periculosidade do suspeito de autoria da violência, a fim de tentar medir a gravidade e o risco de agressão.

O relatório técnico de visita domiciliar segue as diretrizes do Procedimento Operacional Padrão para o Atendimento da Mulher Vítima de Violência (POP), da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS). Esse protocolo normatiza, no âmbito da PMMS, procedimentos e condutas a serem adotadas no atendimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher.

As visitas de fiscalização são direcionadas pelo boletim de atendimento que é preenchido pela Rádio Patrulha.

PARCERIAS

As principais parcerias do projeto são o Poder Judiciário e o Movimento de Mulheres de Amambai. Embora haja, por parte dos operadores do projeto, o reconhecimento dos demais órgãos do que deveria constituir a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Secretaria de Saúde; Conselho Tutelar; Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres; Conselho Municipal Antidrogas (COMAD); Conselho das Mulheres de Amambai; Ministério Público; Delegacia de Polícia Civil e Defensoria Pública – e o eventual encaminhamento de casos para esses órgãos, não se pode dizer que constituam parcerias sistemáticas de atuação. Ou seja, não foi possível observar o funcionamento efetivo de uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade ou a atuação da PM nessa rede.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Até o momento da visita havia sido realizado um único ciclo de formação em que todo o efetivo da Companhia foi treinado. A ênfase do treinamento era a compreensão do ciclo da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha. Por outro lado, é importante apontar que hoje, todas as pessoas que entram para a corporação cursam uma disciplina chamada “Relações de Gênero e Combate à Homofobia”, assim como pessoas que realizam concursos internos também o fazem.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A tipificação geral “Violência doméstica” antes da tipificação específica estava prevista no Procedimento Operacional Padrão para atendimento da mulher vítima de violência da PMMS, lançado em março de 2014. Desde o início do projeto, os Boletins de Ocorrência BO/PM da unidade passaram a ter a tipificação geral de forma mais sistemática, o que não necessariamente era realizado antes. Mesmo assim, a equipe do projeto fez um trabalho de análise de boletins do ano de 2014 para avaliar a evolução dos casos no município tendo como parâmetro a situação antes da implementação.

TABELA 2 : Ocorrências de violência doméstica registradas pela PM em Amabai-MS.

Registro	2014	2015	2016
Ameaça/Violência Doméstica	44	73	53
Vias de Fato/Violência Doméstica	15	26	16
Lesão Corporal Dolosa/Violência Doméstica	31	60	46
Injúria/Violência Doméstica	0	1	0
Total de registros de violência doméstica	90	160	115

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Equipe técnica do projeto Mulher Segura.

Segundo os números apresentados, depois da implementação do projeto, em 2015, houve um aumento em todos os registros. É provável que seja um reflexo tanto da mudança no registro, quanto no aumento das denúncias graças à divulgação do serviço. Já em 2016, é possível observar uma queda consistente em relação a 2015, o que os operadores atribuem ao sucesso do projeto.

DESAFIOS

O projeto tem alguns desafios que podem ser transformados em potencialidades. O primeiro deles é aprofundar a compreensão das desigualdades de gê-

nero e como isso impacta na violência contra a mulher. Mesmo com a inclusão da disciplina de Relações de Gênero e Combate à Homofobia na formação dos policiais militares do Mato Grosso do Sul, não é incomum a resistência a discursos sobre igualdades de direitos de minorias. Nesse sentido, o pouco espaço dedicado a treinamento pode vir a ser ocupado através de pontes com corporações que já avançaram nesse eixo, especialmente as Polícias Militares que desenvolvem programas de fiscalização de medidas protetivas há vários anos.

Outra questão importante é o modelo de implementação. Das três cidades em que o projeto está implementando, duas foram visitadas e apresentaram modelos bastante diferentes. Embora a flexibilidade no modelo de implementação não seja necessariamente um problema, é importante que todos os projetos implementados tenham uma mesma sistemática de avaliação que possa permitir uma melhora nos investimentos de recursos e o melhor desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Por fim, o sucesso do projeto pode causar uma centralização excessiva na atuação da PM no que deveria ser um atendimento em rede. Em entrevista, foi relatado que havia uma avaliação interna de que o projeto deveria ser ampliado para atender os autores de violência. Embora essa não seja necessariamente uma ideia ruim, há o risco de o programa perder o foco prioritário na mulher quando há instituições com o perfil para lidar com os autores, tais como os órgãos de atendimento psicossocial CRAS e CREAS. A PM pode, alternativamente, beneficiar-se do seu atual protagonismo no tema e fomentar a articulação e funcionamento efetivo da rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2012, foi criado o primeiro programa de fiscalização de medidas protetivas de urgência no país, quando as Polícias Militares tomaram a iniciativa de incidir em uma realidade que comovia o país: mulheres mortas ou gravemente feridas por companheiros ou ex-companheiros que a lei havia determinado que mantivessem distância. Foram criadas divisões especializadas com viaturas e uniformes especiais que identificam essas divisões e dão valor simbólico e prático ao trabalho.

O modelo que está sendo gestado no projeto Mulher Segura MS, entretanto, é um modelo diferente, com potencial de modificar de maneira mais ampla a compreensão da PM a respeito da violência doméstica contra a mulher. O projeto não fica restrito a um grupo ou patrulha, mas entende que para enfrentar a violência contra a mulher, é necessário envolver o efetivo da PM como um todo e garantir que todos/as possam colaborar nesse processo.

Outro ponto forte do projeto é o custo. Em tempos de incertezas orçamentárias, um programa que não depende de grandes aportes tem um diferencial de sustentabilidade bastante desejável e é uma iniciativa para se espelhar.

Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar

Belo Horizonte (MG)

Jacqueline Brigagão



Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar Belo Horizonte (MG)

Jacqueline Brigagão



Nome da Experiência: Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar de Minas Gerais



Corporação: Polícia Militar



Cidade/UF: Belo Horizonte (MG)



Data de início da experiência:
10 de junho de 2009

Data da visita à experiência:
17 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Major Claudia Pedrosa Soares

RESUMO

A Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar de Minas Gerais (HPMIMG) foi criada em junho de 2009 e desde então tem desenvolvido diversas estratégias para identificar e cuidar de pessoas em situação de violência doméstica que são usuários/as do hospital, ou seja, os/as militares e seus dependentes. A Comissão desenvolve ações de formação permanente com os/as profissionais que atuam no hospital para que eles/as sejam capazes de acolher as pessoas em situação de violência, além disso organiza e disponibiliza nos diversos setores do hospital os fluxos de procedimentos e encaminhamentos que devem ser seguidos e os formulários para as notificações dos casos atendidos. Trata-se de uma perspectiva de que o cuidado em saúde deve ser realizado em suas múltiplas dimensões e que os/as profissionais que atuam no Hospital devem e podem cuidar das pessoas em situação de violência doméstica e auxiliá-las a superar essa condição.

INTRODUÇÃO

A polícia militar de Minas Gerais, tem se preocupado em desenvolver ações de cuidado de saúde dos membros da corporação no estado, além dos serviços específicos a polícia militar tem diversos convênios com a rede suplementar de saúde. O HPM/MG existe há 103 anos e conta com cerca de 1083 profissionais de diferentes especialidades. Para organizar as ações de saúde, o estado foi dividido em 100 regiões e em cada uma há um Núcleo de Atenção Integral à Saúde (NAIS), que realiza o atendimento das necessidades básicas de saúde dos/das policiais militares e seus dependentes, para que o hospital dedique-se a atender apenas os casos complexos. Trata-se do único hospital militar do estado e no total são 250 mil pessoas que têm direito a utilizar os serviços do hospital.

Após a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, houve uma mobilização na Polícia Militar de Minas Gerais, para o enfrentamento da violência contra a mulher. Nessa perspectiva de buscar estratégias para o enfrentamento à violência, uma equipe do hospital militar passou a discutir a importância de enfrentar a questão da violência contra a mulher dentro da corporação militar.

No início não foi uma tarefa fácil reconhecer que a violência contra a mulher, criança e adolescente ocorre também nas famílias de militares. A medida que as discussões avançaram dentro do HPM/MG uma equipe se dispôs a trabalhar com essas questões e criaram a Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar de Minas Gerais. A Comissão foi oficialmente instituída através de uma resolução em 10 de junho de 2009, e os/as profissionais são oficialmente reconhecidos como membros através de um ato de designação.

No período de 2009 a 2015, a Comissão trabalhou na mobilização dos/das profissionais para uma escuta ativa dos casos e para quebrar os tabus acerca da violência entre os/as profissionais de saúde, militares e civis que atuam no HPM/MG e as/os usuários/as do serviço. A partir de 2016, uma nova equipe passa a compor a Comissão e fez um processo de revisão e avaliação de todas as atividades, buscando organizar os fluxos, instituir uma ficha interna de rastreamento e organizar as notificações de modo a possibilitar uma leitura quantitativa dos atendimentos e ações da Comissão.

Os/As usuários/as do HPM/MG são os/as policiais militares da polícia de Minas Gerais e seus dependentes. O princípio que orienta todas as ações desenvolvidas no hospital é o de “Confiança e Acolhimento” e, a partir desse lema, os profissionais assumem também a premissa de que é fundamental cuidar de quem cuida, isto é, entendem que é tarefa do HPM/MG e da corporação cuidar dos/das policiais que atuam nas ruas e em diversos locais cuidando da população.

Assim, os principais objetivos da Comissão são:

- Acolher, atender e encaminhar as pessoas em situação de violência doméstica que são usuárias do HPM/MG (policiais e seus dependentes);
- Treinar, orientar e informar os/as profissionais de saúde sobre a importância de identificar, cuidar e notificar os casos de violência doméstica;
- Sistematizar as ações e notificações a fim de realizar pesquisas sobre o fenômeno da violência doméstica dentro da corporação.

A divulgação das ações da Comissão para os/as usuários/as do hospital ocorre de diversos modos, chamadas na rede intranet da PM, cartazes espalhados nos murais do hospital, entre outros.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A Comissão é formada por uma equipe multiprofissional de funcionários/as do hospital, e as ações desenvolvidas são parte da rotina do trabalho e não exigem nenhum custo extra. Os/as profissionais são selecionados devido a sua aproximação com a temática e as posições que ocupam no hospital. Desse modo, é possível contar com pessoas que ocupam cargos estratégicos de coordenação no contexto do hospital, o que amplia a garantia de que os protocolos sejam seguidos e a inclusão de funcionários/as militares e civis (no HPM/MG há funcionários/as civis que complementam o quadro). Além disso, é possível incluir as/os médicos/as enfermeiras/os que estão em postos estratégicos, como os pronto-atendimentos, que são portas de entrada para o hospital.

A Comissão é formada por 13 profissionais de diferentes áreas: uma psicóloga, dois médicos da clínica geral (sendo um responsável pelas perícias), um geriatra, uma enfermeira, quatro assistentes sociais, uma pediatra do pronto-socorro infantil, um médico responsável pela Comissão de Infecção Hospitalar e notificações, um sargento, que é da guarda do hospital, e uma sargento, que é a representante do HPM/MG nas redes de enfrentamento à violência contra a mulher em Belo Horizonte (ela é militante nessas redes desde 2004) e trabalha na ampliação dos diálogos entre o HPM e a comunidade externa.

A presidente da Comissão desde 2016 é a major psicóloga Claudia Pedrosa Soares, que trabalha no Hospital Militar há 21 anos e atende mulheres em situação de violência há muitos anos. O diretor do hospital, Tenente Coronel Linhares, dá todo o apoio e suporte as ações e está diretamente envolvido em alguns dos processos de funcionamento da comissão com veremos a seguir.

O atendimento está ancorado no tripé: clínica, inteligência e polícia. Ou seja, trata-se de pensar a violência doméstica como sendo objeto de cuidados tanto a saúde quanto da polícia. Os casos são atendidos pelos/as profissionais de saúde que realizam o cuidado das pessoas em situação de violência e preenchem as notificações dos sistemas de saúde, mas também pela guarda do hospital, que realiza o trabalho de polícia, faz boletins de ocorrência quando necessário e aciona a inteligência. Desse modo, para organizar o atendimento é fundamental que haja na Comissão, diálogos constantes e um trabalho articulado e sistematizado.

A comissão sistematizou os fluxos que articulam as três dimensões do tripé descrito acima com o objetivo de garantir que todos os casos sejam atendidos de modo integral e que todos/as profissionais sigam as mesmas diretrizes. Há dois fluxos diferentes, um para os/as usuários/as do hospital e outro para os os/as funcionários/as do hospital; além disso, as notificações também seguem um fluxo desenhado pela Comissão, que permite o acompanhamento dos casos através dos protocolos.

a) Fluxo para os usuários do hospital: as portas de entrada para o atendimento pela comissão para os usuários do HSPM/MG são as seguintes: a) há sempre a possibilidade de demanda espontânea, já que os cartazes espalhados pelo hospital contém os meios de contato com a comissão; b) casos externos encaminhados pelos NAIS (Núcleo de Atenção Integral a Saúde); c) casos que vieram para consulta e atendimento com os os/as médicos/as e/ou outros/as profissionais de saúde no HPM/MG, todos/as são treinados/as para escutar e identificar os casos de violência.

Nos dois primeiros casos os/as usuários/as procuram diretamente a comissão, no terceiro, após identificar um caso de violência doméstica os/as profissionais do hospital solicitam a presença do adjunto da guarda que pode lavrar um boletim de ocorrência, ou chamar uma viatura para lavrar o BO. A assistente social e a psicóloga do HPM/MG também são acionadas e iniciam o tratamento e os encaminhamentos. Há uma articulação com os serviços da rede externa, nos casos em que as mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência necessitam de abrigo ou utilizar quaisquer outro recurso da rede externa de atenção a pessoas em situação de violência.

Em Belo Horizonte, há somente uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e para agilizar os inquéritos dos casos atendidos pela Comissão, o diretor do hospital oficia a delegada. Segundo ele, essa estratégia tem funcionado e os casos tem fluído rapidamente no contexto do sistema policial e judiciário.

O representante da guarda e as profissionais (assistente social e psicóloga) informam o diretor do hospital, que também desenvolve algumas ações, nos

casos em que o agressor é um policial. Além disso, comunicam a situação ao batalhão de origem, que toma as providências internas necessárias (como por exemplo, a retirada da arma).

É importante ressaltar que o agressor e/as pessoas em situação de violência nunca são atendidas no mesmo local, já que a Comissão busca assegurar os vínculos de confiança com os/as usuários e garantir a segurança dos/as mesmos/as.

b) Fluxo para os funcionários do hospital: além das portas de entrada para o atendimento descritas acima, o diretor do hospital, em parceria com a Comissão, criou outra estratégia de identificação dos casos. Toda vez que um/a funcionário/a faz um chamado de viatura para atender um caso de violência doméstica, automaticamente o diretor e a presidente da Comissão são informados por quem atende a solicitação através de uma caixa específica na intranet. De acordo com eles, essa estratégia tem possibilitado a busca ativa e o oferecimento de ajuda para os/as profissionais que atuam no hospital. Apesar disso, ela implica no uso de poder para obtenção de informações sobre a vida privada dos/das funcionários/as, que perdem a privacidade. De acordo com a presidente da Comissão, entretanto, muitas vezes a vergonha e o medo da exposição faz com que as profissionais não comentem o sofrimento que estão vivenciando, mas que à medida em que se aproximam e vão criando vínculos, elas aceitam o cuidado oferecido e rompem com o ciclo de violência. Nos casos de mulheres militares em situação de violência que necessitam de apoio, a corporação oferece todo o suporte, inclusive a possibilidade de utilizar os hotéis da PM como abrigo.

PROCOLOS

Os/as profissionais de saúde preenchem as fichas, um/a profissional da comissão de infecção hospitalar recolhe as fichas e é o responsável pela comissão de infecção que tem de enviar as notificações para os sistemas oficiais e sistematizar as informações da ficha de rastreamento para a comissão.

Os casos de abuso sexual não são atendidos no hospital, são encaminhados aos serviços de referência da rede de proteção em Belo Horizonte mas são monitorados pela psicóloga e assistente social do hospital e após procedimentos iniciais (medicação preventiva para DST e contracepção de emergência), alguns casos voltam a ser atendidos pela equipe do HPM/MG.

A Comissão está instituída desde que foi oficialmente criada em 10/06/2009, através de uma resolução, e os/as profissionais que a compõem são oficialmente designados/as através de um ato de designação, publicado no Diário

Oficial. A iniciativa tem parceria com a rede ampliada de atenção às pessoas em situação de violência de Belo Horizonte, o que facilita encaminhamentos e acesso aos benefícios de assistência social.

INFRAESTRUTURA

A comissão utiliza a infra-estrutura do hospital como as salas de atendimento, arquivos para guardar os registros. Mas vale destacar que desenvolveram algumas estratégias inovadoras para garantir que os/as profissionais tenham sempre em mãos os protocolos e não se esqueçam dos procedimentos que devem ser adotados. A Comissão espalhou por todos os setores uma caixa bem simples feita com uma pasta com os formulários, a caixa fica bem visível e, além de todo o fluxo, contém também a ficha de rastreio e a ficha do SINAN.

Nesse sentido, também criou a ficha de rastreio para que a comissão pudesse ter mais dados sobre os casos de violência atendidos, acompanhar de perto como os fluxos tem sido executados e sistematizar os dados obtidos de maneira sistemática e futuramente fazer uma pesquisa científica. Todos/as que atendem o caso podem preencher a ficha de rastreio, geralmente são os/as profissionais que fazem o primeiro atendimento que a preenchem. Há também a ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Governo Federal (SINAN) cujo preenchimento é obrigatório, já que os casos de violência doméstica são de notificação compulsória.

Para garantir o melhor desenvolvimento das ações, a comunicação entre os/as os profissionais é rápida e eficaz. Eles/as utilizam telefones, celulares, aplicativos de mensagens instantâneas e a intranet. De acordo com vários entrevistados, a Comissão responde imediatamente quando acionada.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Para que a Comissão desenvolva as ações previstas, identifique e atenda os casos de violência doméstica, é fundamental o envolvimento de todos/as profissionais que atuam no hospital. Assim, uma das atividades desenvolvidas de modo contínuo são as reuniões periódicas e o treinamento dos/das outros/as profissionais do hospital, que consiste na participação da Comissão nas reuniões específicas de cada clínica, onde os participantes discutem e explicam estratégias de acolhimento, retomam os fluxos, as fichas de rastreio e de notificação, além de assegurarem que a Comissão irá buscar a resolução de todos os casos.

Serviços de Saúde ¹

Os serviços de saúde são locais aos quais muitas mulheres em situação de de violência recorrem em busca de ajuda, mesmo que de maneira não explícita, com queixas difusas e sinais de violência pelo corpo, e muitas vezes os/as profissionais de saúde não estão preparados para ouvir, cuidar e/ou encaminhar essa demanda. Essas dificuldades em geral são associadas a uma formação biomédica, focada na doença, no desconhecimento das redes de suporte existentes, entre outros.

A Comissão desenvolve diversas atividades afim de sensibilizar os profissionais de saúde para a temática da violência doméstica e envolvê-los no cuidado às pessoas em situação de violência. Uma das médicas do hospital referiu-se às dificuldades que os/as médicos/as enfrentam quando fazem o acolhimento de pessoas em situação de violência nos serviços de saúde:

“ Eu já trabalhei em outros serviços antes de trabalhar aqui e às vezes o médico tem muitos casos para atender no dia, a sala de espera lotada, e você identifica um caso de violência. Se você vai tentar resolver, todos da sala de espera continuarão esperando por você, porque não há outro para atender e você vai gastar a manhã toda. Como não tem suporte, na maioria das vezes não vai dar em nada, ou seja, não vai ser resolvido. Aqui não, aqui é diferente porque você sabe que tem o suporte da Comissão e que o caso será resolvido.”

Além disso, a Comissão é conhecida em todo o estado e é solicitada por profissionais de saúde do interior para orientar nos casos de violência. Há no estado 100 Núcleos de Atendimento Integral à Saúde, que têm na Comissão uma referência para lidar com as situações de violência doméstica. Realizam esse trabalho enviando informações, orientando e discutindo casos via telefone e recebendo os/as profissionais e/ou pessoas em situação de violência no HPM/MG quando necessário. Anualmente, a Comissão organiza um seminário sobre a violência doméstica e convida os/as profissionais de saúde de todo o estado para participar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A comissão tem buscado sistematizar os principais resultados do trabalho desenvolvido no hospital e cedeu a esta publicação os gráficos e informações abaixo.

1. Fonte: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. Desafios das políticas e ações em saúde diante da violência contra as mulheres, *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 183-212, jan./jun. 2008. PEDROSA, C, M; SPINK, M. J.. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. *Saude soc.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 124-135, Mar. 2011.

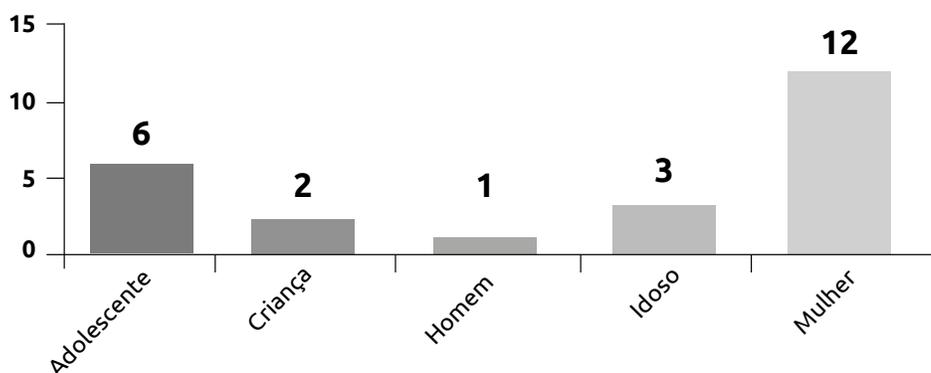
a) Quanto ao número de casos atendidos:

O processo de sistematização das notificações iniciou-se em 2016, portanto, em 2015, há registro de apenas um caso, mas é possível que tenham sido atendidas mais pessoas, porém como a cultura da notificação não estava disseminada não há o registro desses casos. Em 2016, foram atendidos 20 casos, e em 2017, até o mês de abril, foram atendidos três casos.

b) O perfil das pessoas atendidas

A discriminação dos diversos grupos de pessoas atendidas que estavam em situação de violência doméstica nos permite observar que esse é um fenômeno que atinge diversos grupos, mas que o número de casos é maior entre mulheres, crianças e adolescentes.

GRÁFICO 1: Distribuição do número de casos de violência doméstica por grupo comunicado à CVD – 2015 a 2017.

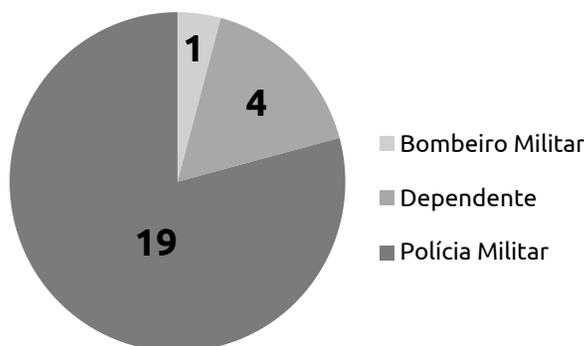


Fonte: CVD.

c) Perfil dos/as atendidos/as: militares e dependentes

Fica evidente no gráfico que a maioria das pessoas em situação de violência são os dependentes dos/das militares, mas que há também indivíduos dentro da corporação que vivenciaram algum tipo de violência doméstica.

GRÁFICO 2:

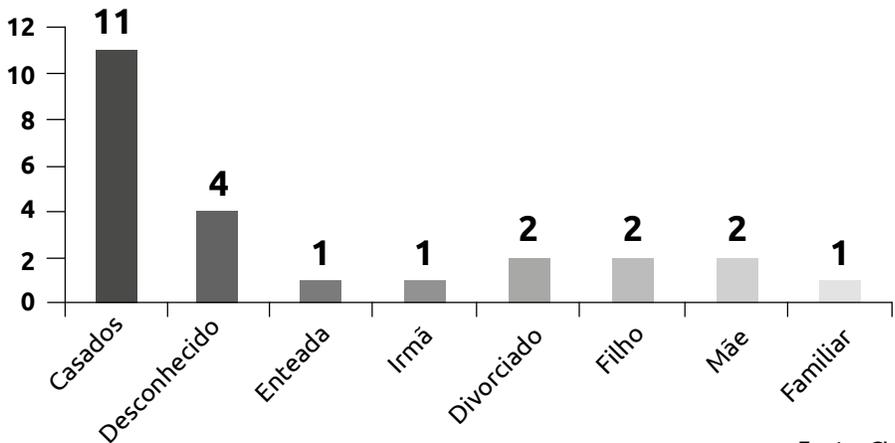


Fonte: CVD.

d) Tipo de relação com o agressor

Este gráfico indica que o número de casos é maior entre cônjuges, porém, no contexto familiar, a violência doméstica atinge outras mulheres na convivência familiar, como mães, irmãs e enteadas.

GRÁFICO 3: Grau de parentesco entre a vítima e o agressor.

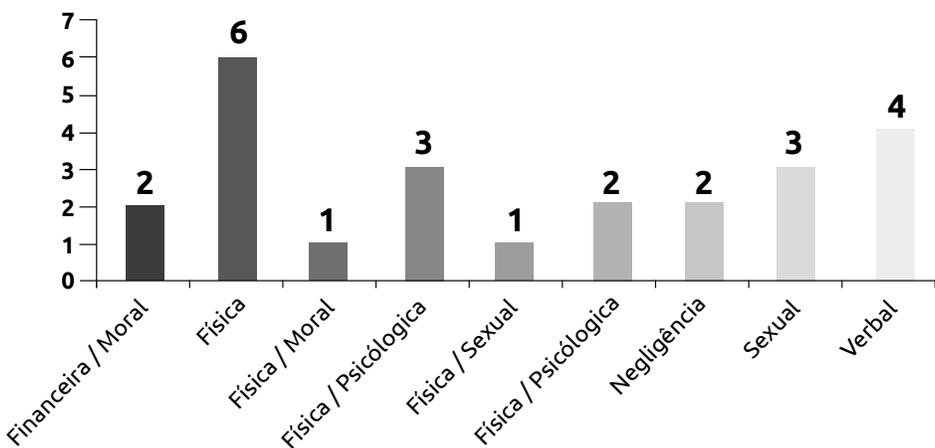


Fonte: CVD.

e) Quanto aos tipos de violência:

O gráfico mostra que os casos atendidos incluem todos os tipos de violência doméstica e, apesar dessas formas estarem muitas vezes entrelaçadas nos atos de violência praticadas, a comissão buscou identificar a que era predominante no momento do atendimento, o que colocou a violência física em primeiro lugar.

GRÁFICO 4: Tipos de violência doméstica comunicadas à CVD – HPM – 2015 a 2017.



Fonte: CVD.

f) Profissionais responsáveis pela notificações enviadas à Comissão

No período de 2015 a 2017, as notificações dos casos de violência foram preenchidas pelos seguintes profissionais:

Profissionais	Número de notificações preenchidas
Assistentes Sociais	6
Enfermeiras/os	4
Médico	2
Pediatra	6
Guarda HPM	1
P2	1
Sem identificação	4

Fonte: CVD.

É possível observar que, no contexto do hospital, os/as profissionais de diferentes áreas estão notificando os casos de violência doméstica atendidos, o que é um indicador de que a Comissão tem conseguido sensibilizar os/as profissionais para a questão da violência doméstica.

Além dos dados quantificados acima, a Comissão tem alcançado diversos resultados qualitativos em relação às estratégias de enfrentamento da violência doméstica. O fato de ter colocado a problemática da violência doméstica na agenda de discussão e de ações dentro da corporação de militares em Minas Gerais é um grande avanço, já que possibilitou reconhecer oficialmente que dentro das famílias da corporação há casos de violência doméstica. Além disso, assumiu uma posição de que é tarefa da corporação olhar para essa questão e cuidar das pessoas em situação de violência.

Pode ser considerado um indicador qualitativo do trabalho da Comissão o fato de que os/as profissionais que atuam no HPM/MG, inclusive os que não são da área da saúde, como por exemplo, o efetivo da guarda e o diretor do hospital, reconhecem a importância de identificar e atender as pessoas em situação de violência como um modo de exercer o cuidado integral.

Ainda no âmbito dos resultados qualitativos, vale destacar o fato da Comissão visibilizar que mulheres militares e mulheres civis, como namoradas/companheiras/esposas de militares, também vivenciam violências de gênero e que elas precisam de ajuda para sair dessa situação. Além disso, o reconhecimento das diversas formas de violência contra crianças e adolescentes nas famílias de militares possibilita facilitar os processos de rompimento com uma cultura de violência machista e patriarcal.

DESAFIOS

A comissão tem desenvolvido um excelente trabalho no enfrentamento à violência doméstica, porém há alguns desafios que precisam ser superados afim de ampliar as ações e consolidar o trabalho:

- a) O número de pessoas atendidas ainda é muito pequeno para o total de profissionais que o hospital recebe. Provavelmente há muitos casos que permanecem invisíveis e a Comissão precisa desenvolver outros meios de comunicação com as pessoas em situação de violência, especialmente com as mulheres, que atualmente são o maior grupo atendido. No caso das companheiras de policiais militares, é preciso encontrar estratégias para mostrar a elas que mesmo o hospital sendo militar, elas estarão seguras;
- b) Apesar da Comissão orientar os profissionais dos NAIS de todo o estado, essa ainda parece ser uma ação muito incipiente, já que não há dados sistematizados sobre essa atividade. Os núcleos estão mais próximos aos locais onde a comunidade militar reside e podem ser excelentes portas de entrada para as pessoas em situação de violência;
- c) À época da visita, a Comissão não constava entre os grupos multidisciplinares na página inicial do site do hospital. Seria importante constar para ampliar a visibilidade do Comissão para a comunidade atendida;
- d) Apesar da Comissão existir há oito anos, as notificações e sistematizações das ações desenvolvidas ainda são um desafio. A partir de 2016, com a inclusão dos casos de violências como agravo à saúde e no escopo da Comissão de Infecção Hospitalar, essa dificuldade tem sido superada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a Comissão incorpora a leitura quanto às desigualdades de gênero tanto nos discursos, como nos modos de organização da experiência, pois reconhece a complexidade dos casos de violência doméstica e busca desenvolver diversas estratégias de cuidado que visam o empoderamento e a autonomia das pessoas.

Especificamente em relação às mulheres, que são o maior público atendido, além das desigualdades de gênero, os/as profissionais se atentam ao agravante de os companheiros/maridos estarem armados em uma situação de poder por serem militares, daí a importância da escuta ativa de médicos/as e de profissionais de saúde de todas as áreas. Além disso, há um trabalho psicossocial

muito interessante desenvolvido pela equipe do hospital, que busca respeitar a autonomia da mulher, ao mesmo tempo que visa empoderá-la para que possa superar a situação de violência.

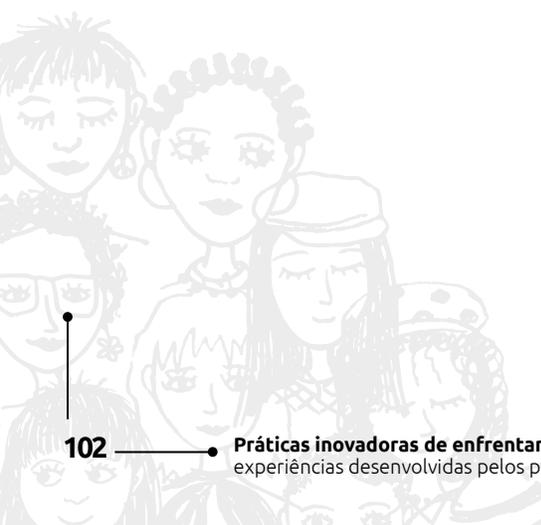
Em relação às crianças e adolescentes, há o reconhecimento claro de que meninos também podem ser vítimas de diversas formas de violência, inclusive sexual, e que é preciso estar atentos/as a tais casos, a fim de romper com o ciclo de violência e com o machismo presentes na sociedade.

Além disso, a Comissão também encaminha os agressores para atendimento e ações de cuidado que possam ajudá-los a rever a situação, sempre em lugares diferentes dos quais as mulheres, crianças e adolescentes são atendidos, já que, devido às desigualdades de gênero, a proximidade nos locais de atendimento pode ser opressora e assustadora para as pessoas em situação de violência.

A Comissão é uma experiência inovadora que tem potencial para inspirar iniciativas semelhantes, tanto em hospitais civis, quanto militares, porque coloca na pauta da saúde a importância de cuidar e acolher pessoas em situação de violência doméstica. A corporação militar inova ao reconhecer e buscar romper com o ciclo de violência no contexto das famílias de militares. Há uma experiência em Salvador, no centro Maria Felipa, por exemplo, que também atende os casos dentro da corporação, mas como ela não se encontra dentro de um serviço de saúde, é muito mais difícil que as mulheres busquem ajuda.

A Comissão inova também ao reconhecer que as militares também sofrem diversos tipos de agressão e violência de gênero e assim como a maioria das mulheres, também têm dificuldades em pedir ajuda. Os membros da Comissão relatam ter atendido profissionais militares que trabalham no hospital e estavam em situação de violência.

Por último, vale destacar que além das ações de cuidado, são tomadas ações de segurança e jurídicas ou seja, são lavrados boletins de ocorrência e há um empenho para que os casos sejam resolvidos dentro do sistema judiciário de acordo com as premissas da Lei Maria da Penha.



Ronda Maria da Penha de Manaus PMAM

Manaus (AM)

Giane Silvestre



Ronda Maria da Penha de Manaus PMAM

Manaus (AM)

Giane Silvestre



Nome da Experiência: Ronda Maria da Penha PMAM



Corporação: Polícia Militar do Amazonas



Cidade/UF: Manaus (AM)



Data de início da experiência:
30 de setembro de 2014

Data da visita à experiência:
17 e 18 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Tenente Hellen Keuren Siqueira Feijó

RESUMO

O projeto **Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas (RMP-PMAM)** visa a proteção de mulheres em situação de violência doméstica através da fiscalização do cumprimento de medidas protetivas decretadas pela justiça. O projeto é implementado em dois bairros de Manaus por uma equipe de oito policiais militares (praças e oficiais) destacada exclusivamente para o projeto, com treinamento, identificação e sensibilização para as questões de gênero e violência doméstica. Quando uma mulher – que reside em um dos bairros de atuação do projeto – realiza um registro de violência doméstica, os/as policiais da Ronda Maria da Penha são acionados/as pela própria delegacia e passam a patrulhar as áreas próximas à residência da mulher, zelando por sua integridade física e garantindo o afastamento do autor da violência. Também são realizadas visitas periódicas às casas das mulheres, o que acaba proporcionando um laço de confiança e aproximação entre a polícia e a comunidade.

INTRODUÇÃO

O projeto Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas (RMP-PMAM) trabalha no sentido de qualificar os serviços de atendimento, apoio e orientação policial no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. As ações do projeto buscam garantir o cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), evitando o descumprimento de ordem judicial e zelando pela integridade física das mulheres em situação de violência. Além disso, a Ronda realiza o encaminhamento dessas mulheres à Rede de Atendimento à Mulher Víctima de Violência Doméstica – também chamada de Rede Rosa –, que é composta por outras instituições, como o Poder Judiciário e a assistência social, e que será descrita mais adiante.

O projeto RMP-PMAM foi implantado na cidade de Manaus em 30 de setembro de 2014, inicialmente na área da 27ª Companhia Interativa Comunitária (CICOM)¹, que compreende o bairro Novo Aleixo. A partir do início do mês de maio de 2015, o projeto também passou a ser implementado na área da 13ª CICOM, que abrange o bairro Cidade de Deus. Os dois bairros juntos possuem uma população de aproximadamente 167.000 pessoas.

A ideia do projeto surgiu quando o capitão Guilherme Sette da PMAM, que ocupava uma posição na Secretaria de Segurança do Estado, viajou para Porto Alegre e conheceu um projeto de Patrulha Maria da Penha naquela cidade. Ao retornar a Manaus, o referido capitão buscou apoio político e recursos financeiros para implementar o projeto na cidade. A Ronda de Manaus, entretanto, possui uma diferença em relação à prática na qual foi inspirada, uma vez que os/as policiais iniciam o acompanhamento das mulheres no momento em que a medida protetiva é solicitada na delegacia e não somente após a notificação do autor da violência. De acordo com a equipe do projeto, essa iniciativa aumenta a segurança das mulheres em situação de violência doméstica, já que muitas vezes os autores são notificados dias ou meses após o registro da mulher na delegacia.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto funciona de segunda a sexta, das 8h às 20h, e não visa o atendimento de ocorrências, mas sim o atendimento pós-delito, inspirado na ideia de polícia comunitária. A Ronda Maria da Penha da PMAM conta com uma

1. A cidade de Manaus é dividida em seis grandes áreas de policiamento e essas áreas se subdividiram em 30 subáreas chamadas de Companhia Interativa Comunitária (CICOM). Todas as CICOM de Manaus contam com uma base da PM e uma Delegacia de Polícia funcionando no mesmo prédio.

sala ampla dentro do prédio da 27ª CICOM, onde são desenvolvidas as atividades administrativas, bem como o atendimento das mulheres em situação de violência quando necessário.

Os membros da equipe são policiais que têm em torno de 35 anos de idade e menos de dez anos de carreira na PMAM, ou seja, são policiais jovens, que também se identificam com a ideia de policiamento comunitário e tratam do tema do enfrentamento à violência doméstica como uma questão pública e não privada.

As mulheres em situação de violência chegam ao projeto basicamente de duas formas: via delegacia ou pelo contato direto com a Ronda. Existem apenas duas delegacias especializadas em crimes contra a mulher em Manaus e elas atendem queixas da cidade toda - a primeira fica no bairro Parque 10, área não atendida pela RMP-PMAM, e a segunda é uma unidade anexa ao Distrito Integrado de Polícia (DIP) do bairro Cidade de Deus, área de atuação do projeto. Quando uma mulher que reside nos bairros atendidos pelo projeto (Novo Aleixo e Cidade de Deus) presta queixa em uma dessas duas unidades e a ela são solicitadas Medidas Protetivas de Urgência, a delegacia se comunica por contato telefônico com a equipe da Ronda Maria da Penha que, de imediato, passa a acompanhar o caso. De acordo com a equipe, a decretação das MPUs costuma ser rápida, especialmente nos casos em que a Ronda acompanha desde o registro na delegacia.

A RMP-PMAM também atende aos chamados diretos da população quando solicitada, ou seja, funciona como uma porta de entrada para a rede de proteção às mulheres em situação de violência. O projeto possui um número de telefone direto, que fica fixado na viatura e é divulgado em locais como escolas, centros comunitários e igrejas. As mulheres que residem na área de atuação da RMP-PMAM podem ligar para o telefone e, se necessário, a Ronda pode intervir no momento do chamado e levar a mulher até a delegacia para o registro da ocorrência e para o Instituto Médico Legal (IML) para a realização de exames. A mulher é atendida pelos/as policiais que compõem a equipe da Ronda e o atendimento pode se dar tanto em sua casa, quanto na base do projeto, a depender de cada caso - já houve situações em que a mulher foi atendida dentro da viatura.

Após o atendimento inicial, a mulher passa a receber visitas constantes da RMP-PMAM, tanto nas áreas próximas, quanto em sua residência a fim de garantir o afastamento do autor da violência, evitar a reincidência das agressões e levar amparo à mulher. A periodicidade das visitas varia de acordo com cada situação e também de acordo com a demanda das próprias mulheres atendidas pelo projeto.

O tempo de acompanhamento também varia de acordo com cada caso. Em geral, as visitas e o acompanhamento são encerrados após os/as policiais entenderem que as mulheres não correm mais riscos, com o fim dos episódios de violência, ou ainda por solicitação das próprias mulheres atendidas, que já não se sentem mais ameaçadas.

A equipe aponta que o foco do projeto não é o fim de relacionamentos, mas sim o fim da violência, já que a maior parte das mulheres que busca o projeto relata forte envolvimento emocional com os autores das agressões e busca formas de romper com a violência recorrente, sem necessariamente acabar com a relação. Vale destacar, entretanto, que não há por parte da RMP-PMAM uma tentativa de promover a reconciliação da mulher e do autor da violência; o que há é uma compreensão sobre a complexidade do problema e das relações sociais ligadas à violência doméstica, além de um respeito à autonomia e decisão da mulher. Daí a importância de uma equipe formada por policiais qualificado/as para lidar com o enfrentamento da violência doméstica, bem como a importância da rede de instituições que acolhe e orienta essas mulheres.

Neste sentido, a Rede Rosa, da qual a RMP-PMAM faz parte, promove no Juizado de Violência Doméstica de Manaus encontros periódicos com os autores de violência buscando a conscientização sobre a violência de gênero e a necessidade de mudanças na cultura e sociabilidade destes homens. Os/as policiais da Ronda frequentemente comparecem a essas palestras explicando o funcionamento do projeto e a sua função de zelar pelas mulheres em situação de violência doméstica.

A equipe de policiais da RMP-PMAM também está preparada para oferecer acolhimento e suporte emocional às mulheres, especialmente às mais vulneráveis, fortalecendo-as para o enfrentamento da violência e para o fim da auto culpabilização em relação às agressões sofridas.

INFRAESTRUTURA

A equipe da Ronda dispõe de computadores, mesas, cadeiras e armários, uma viatura e oito policiais militares, sendo cinco mulheres (duas oficiais e três praças) e três homens (praças), destacados/as exclusivamente para atuarem no projeto da Ronda Maria da Penha. Os/as policiais são qualificados/as para lidar com o enfrentamento da violência doméstica e contam com uma viatura caracterizada com a identidade visual do projeto e uma sala dentro da CICOM que fica no bairro Novo Aleixo.

INSTITUCIONALIDADE

O projeto RMP-PMAM é regulamentado por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública (Portaria nº 0192/2014-GS/SSP) datada de 29 de setembro de 2014. Apesar disso, segundo a própria equipe da Ronda, o projeto carece de outros marcos legais que fortaleçam a sua institucionalização, afastando ameaças de descontinuidade ou descaracterização da Ronda Maria da Penha nos termos em que funciona na atualidade.

À época da visita, o projeto não contava com uma dotação orçamentária específica, no entanto, os membros da equipe destacaram que seu custo não é alto, sendo que o principal gasto é com a manutenção da viatura policial, prevista no orçamento geral da Polícia Militar (PM). O projeto tem ainda gastos com material gráfico (folders, panfletos, cartões de visita, entre outros) que não são subsidiados pela PM e para os quais a equipe da Ronda busca patrocínios ou custeia com o dinheiro da própria equipe.

Está previsto que o governo do Amazonas implemente, ainda no ano de 2017, um projeto intersetorial de redução da violência letal em um bairro da cidade de Manaus. Nesse projeto, chamado “Todos pela vida”, a Ronda Maria da Penha seria incorporada como uma das ações que integram a estratégia de “redução da violência letal decorrentes de conflitos interpessoais” e passaria a ter uma dotação orçamentária própria para expandir sua atuação para mais um bairro da cidade. A ideia é que o orçamento seja destinado a custear, além dos materiais necessários ao desenvolvimento do projeto, a promoção de novos cursos de qualificação da equipe.

PROCOLOS

Existe um protocolo de registros dos atendimentos formado por cinco certidões internas, são elas: certidão negativa de endereço (preenchida quando o endereço da mulher não for encontrado); certidão de fiscalização de medida protetiva com presença do companheiro no lar (preenchida quando o autor da violência estiver na residência da mulher); certidão de informação de término de atendimento à mulher (quando ela já se sente segura, e o autor da violência não oferece mais risco - o documento deve conter assinatura da mulher); certidão de recusa de atendimento por parte da mulher (casos em que, por diversas razões, o atendimento da Ronda Maria da Penha é recusado - essa certidão conta com a assinatura de testemunhas) e certidão de mulher em situação de vulnerabilidade (quando a mulher continua recebendo ameaças ou aproximação do autor da violência, ainda que com a medida protetiva). A última certidão é encaminhada com urgência à Dele-

gacia da Mulher, juntamente com todos os Boletins de Ocorrência e Relatório de Visitas. Os dados das mulheres são ainda consolidados em um banco de dados georreferenciado que orienta o cronograma das visitas realizadas pela Ronda Maria da Penha.

Delegacias da mulher

A primeira delegacia da mulher no Brasil foi criada em São Paulo, em agosto de 1985, representando uma importante conquista no combate à violência contra as mulheres no país. O Decreto 23.769 que criava a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), de 6 de agosto de 1985, estabelecia que as delegacias deveriam investigar delitos cometidos contra pessoas do sexo feminino. Outras delegacias – DDMs, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) ou Delegacias Especializadas em Crimes Contra a Mulher (DECCMs) - subordinadas às Delegacias Gerais da Polícia Civil de cada estado, foram abertas pelo país nas últimas décadas.

Criadas para oferecer um ambiente receptivo para que as mulheres se sintam seguras para denunciar casos de violência, as delegacias devem contar com policiais especializados/as capazes de oferecer proteção efetiva e medidas preventivas para combater a violência contra as mulheres.

Fonte: PASINATO, W. e MACDOWELL SANTOS, C. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. p.3.

PARCERIAS

A equipe da Ronda Maria da Penha trabalha com órgãos parceiros que interagem e formam a Rede Rosa para o enfrentamento da violência de gênero. Dentro da Rede estão inseridos o Tribunal de Justiça, através das varas de violência doméstica, o Ministério Público, Defensoria Pública, a Secretaria Executiva de Políticas para Mulheres, o Instituto de Médico Legal – com a Sala Rosa, a Secretaria de Justiça, a Polícia Civil e a Secretaria de Assistência Social. Assim, além de atuar fiscalizando o cumprimento das medidas protetivas, a RMP-PMAM identifica os casos graves, orienta, esclarece dúvidas e encaminha para os diversos órgãos da Rede. Além da Ronda Maria da Penha, compõem esta rede as seguintes instituições com as respectivas atribuições:

- A Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM) e Distritos Integrados de Polícia (DIP) – A primeira é uma delegacia especializada em atendimento às mulheres e a segunda diz respeito às delegacias comuns. Todas realizam os registros dos casos, determinam a abertura de inquéritos e solicitam as Medidas Protetivas de Urgência;

- Sala Rosa do Instituto Médico Legal (IML) – Situada dentro do Departamento de Polícia Técnico-Científica, tem como objetivo oferecer um acolhimento diferenciado e privativo às mulheres em situação de violência. Conta com a atuação de uma psicóloga, duas assistentes sociais e estagiárias dos cursos de enfermagem e assistência social;
- Serviço de Apoio Emergencial à Mulher (SAPEM) – A Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (SEJUSC) presta atendimento à mulher em situação de violência e a seus dependentes, com assistentes sociais e psicólogos, bem como encaminha situações graves para a Casa Abrigo;
- Juizado de Violência Doméstica e Familiar – Tem como função específica apreciar os processos com base na Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, as assistentes sociais e psicólogos do JVD organizam o grupo Maria Acolhe, que faz reuniões semanais com mulheres em situação de violência e também com autores (em dias diferentes) a fim de promover as discussões e conscientização em torno da violência doméstica. Os/as policiais da RMP-PMAM participam de algumas destas reuniões;
- Defensoria Pública – No Amazonas, mantém o Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher (NAEM) situado dentro do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CREAM). Os/as Defensores/as Públicos/as orientam e defendem os direitos das mulheres em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas perante a Justiça Estadual.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Todos/as os/as policiais que integram o projeto foram pré-selecionados/as com base em uma análise de perfil e antecedentes, que selecionou policiais sem envolvimento com casos de violência (não apenas doméstica). O perfil dos/as policiais é orientado pela premissa do policiamento comunitário, com uma abordagem sensível às questões de gênero e ao enfrentamento da violência doméstica. A partir dessa seleção, os/as policiais passaram por um curso de capacitação intitulado Curso Ronda Maria da Penha, com carga horária de 48 horas, no qual foram trabalhadas diversas disciplinas relacionadas não somente à Lei Maria da Penha, mas também à realidade do estado do Amazonas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No período de 30/09/2014 a 13/02/2017 a Ronda Maria da Penha realizou 4.041 visitas contemplando 628 mulheres em situação de violência doméstica. Entre essas 628 mulheres, 31 ainda permaneciam em atendimento e 597 mulheres já haviam solicitado o fim das visitas por se sentirem seguras com o afastamento do autor da violência. Além das 628 mulheres atendidas, 110 não haviam sido encontradas no endereço fornecido no Boletim de Ocorrência, tampouco, por contato telefônico, e outras 151 vítimas não residiam na área de atuação do projeto – neste caso, a RMP-PMAM não faz o acompanhamento das medidas protetivas. Segundo os dados consolidados pela equipe da RMP-PMAM, houve reincidência de casos de violência com 43 mulheres, ou seja, estas mulheres voltaram a sofrer violência durante o acompanhamento da RMP-PMAM, o que representa 7% do total de mulheres atendidas pelo projeto.

TABELA 1: *Atendimento da RMP-PMAM de 30/09/2014 a 13/02/2017.*

MULHERES ATENDIDAS/ SITUAÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
Mulheres com casos encerrados	597	95%
Mulheres em atendimento	31	5%
TOTAL DE MULHERES	628	100%

Fonte: Equipe Ronda Maria da Penha da PMAM.

A equipe da Ronda também trabalhou na consolidação de um banco de dados com as informações georreferenciadas sobre as mulheres atendidas pelo projeto, o que permite a otimização e o planejamento das visitas. Esse ponto chama atenção pela organização das informações, especialmente quando se considera o tamanho reduzido da equipe (oito policiais).

DESAFIOS

Um dos principais pontos de fragilidade a ser superado pelo projeto é a falta de um marco legal que não o deixe vulnerável diante das mudanças de orientação no comando da Polícia Militar. Atualmente, a iniciativa é regulamentada somente por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública, e houve um mo-

mento em que a RMP-PMAM esteve ameaçada por conta de diferente entendimento do comando em relação à necessidade de uma equipe exclusiva para o atendimento das mulheres. O atual comando é favorável ao projeto nos moldes em que ele funciona hoje.

Outro ponto crítico é a falta de orçamento específico, o que leva a equipe a se mobilizar em busca de patrocínios e disponibilizar recursos próprios para a confecção de materiais não custeados pela PM. A falta de um orçamento próprio também limita o treinamento e a qualificação continuada dos/as policiais para questões específicas do trabalho ligado às abordagens de gênero e violência doméstica.

A restrição do projeto a somente dois bairros de Manaus também é um desafio a ser superado. Como visto nos dados apresentados acima, 151 mulheres não puderam ser atendidas pela Ronda por residirem fora da área de atuação do projeto. Dessa forma, a ampliação da área de atendimento, bem como da equipe, se faz necessária para um efetivo atendimento às mulheres em situação de violência em Manaus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um projeto de atuação restrita a dois bairros e com uma equipe relativamente pequena, a Ronda Maria da Penha da Manaus se mostrou eficaz no seu objetivo e tem potencial para ser expandida a outros locais e inspirar experiências similares. Os/as profissionais que atuam na equipe mostram engajamento e sensibilidade nas questões de gênero e violência doméstica, o que pode ser consequência da seleção de perfil e treinamento da equipe descritos acima.

O projeto RMP-PMAM tem um potencial transformador na relação entre a sociedade civil, o/a cidadão/ã, e os/as agentes públicos/as. As mulheres entrevistadas relataram uma mudança na visão sobre a polícia a partir do contato com a Ronda Maria da Penha, devido a uma transformação na perspectiva sobre a relação entre a corporação e a sociedade. Notou-se que a presença da RMP-PMAM na casa das mulheres, além de inibir a presença do autor da violência, aumenta a confiança da população na instituição policial e no seu funcionamento.

Foi pontuado ainda que as medidas protetivas nem sempre são cumpridas por parte dos autores da violência, em muitos casos por desacreditarem nas instituições e na aplicação da lei, mas a presença de uma viatura caracterizada atuando na proteção da vida das mulheres promove uma mudança

no pensamento sobre o funcionamento da justiça, das instituições policiais e aplicação da lei.

Por fim, a rede formada por diferentes órgãos para o atendimento diferenciado das mulheres em situação de violência doméstica se mostrou um exemplo positivo de política intersetorial, com forte articulação e um bom fluxo de troca de informações.



Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA)

Fortaleza (CE)

Cauê Martins e Cristina Neme



Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA)

Fortaleza (CE)

Cauê Martins e Cristina Neme



Nome da Experiência: Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA)



Corporação: Perícia Forense do Estado do Ceará



Cidade/UF: Fortaleza (CE)



Data de início da experiência:
janeiro de 2013

Data da visita à experiência:
16 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Roberta Lima Pimenta Paes de Andrade, médica perita legista responsável pelas atividades do Núcleo

RESUMO

O Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA) é um órgão da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) que atende, desde janeiro de 2013, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência. Localizado em Fortaleza, o núcleo realiza cerca de mil atendimentos por ano e visa aumentar a adesão da população à perícia médico-legal, uma vez que muitas vítimas evitam a perícia por receio de “revitimização”. Com sala própria e separada dos outros setores da perícia (a Sala Lilás), oferece acolhimento humanizado às vítimas de violência e dispõe de equipamentos especializados para a realização dos exames periciais. As necessidades especiais detectadas são encaminhadas para serviço assistencial hospitalar, psicossocial e jurídico.

INTRODUÇÃO

O laudo pericial é peça importante para a condução da investigação e responsabilização de crimes contra a dignidade sexual. No entanto, as vítimas muitas vezes não comparecem ao exame pericial por desconhecimento de sua necessidade para provar que sofreu a violência ou por medo de que a coleta dos vestígios materiais e a forma de condução dos questionamentos e da recordação prolongue ou repita a experiência dolorosa de violência. Além disso, há também o imaginário social de que institutos de medicina legal são locais que têm apenas a função de emissão de laudos cadavéricos.

Nesse sentido, superar a baixa adesão da população ao exame pericial e não submeter as pessoas que sofreram violência a uma situação de “revitimização” foram os objetivos que levaram à criação do Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA). O projeto busca oferecer um acolhimento privativo e humanizado às vítimas, dispondo de equipamentos e estrutura específica, auxiliando na elucidação de crimes e contribuindo para a elaboração de políticas públicas de combate à violência no Estado do Ceará.

O NAMCA está alocado na Coordenadoria de Medicina Legal (COMEL) da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), órgão técnico-científico vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS). A responsável institucional pelas atividades do Núcleo é a médica perita legista Roberta Lima Pimenta Paes de Andrade, graduada em medicina e especializada em endocrinologia, que atua na PEFOCE desde 2008 e se tornou supervisora do NAMCA em 2015. O coordenador da COMEL é Renato Evando Moreira Filho – médico perito legista desde 2006, especialista em ginecologia e graduado também em Direito, foi supervisor do Núcleo entre 2013 e 2015 e, além do trabalho na perícia, também atua como professor universitário.

Atuam exclusivamente no NAMCA a Supervisora Roberta Pimenta e um grupo de quatro enfermeiras: três técnicas em enfermagem (Maria Lucélia Ferreira do Nascimento, Ananalsa Teixeira Santos e Rosângela Maria Estevão de Lima) e uma auxiliar de enfermagem (Lúcia Maria Paz dos Santos).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A vítima é encaminhada ao NAMCA após registro de ocorrência na Polícia Civil, sobretudo na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Fortaleza. Segundo a Delegada Titular da DDM, Érica Moura, a delegacia da capital realiza cerca de 50 atendimentos por dia e encaminha todas as vítimas para laudo pericial, não apenas os casos de violência sexual, mas também os de lesão corporal e

ameaça; no entanto, a ida à perícia é opcional para as vítimas, e muitas deixam de fazer os exames. O NAMCA atende em regime de plantão (24h por dia/sete dias por semana) e realiza cerca de três atendimentos por dia, nem todos de mulheres - crianças também são atendidas, incluindo meninos.

Chegando à PEFOCE, a vítima é atendida em local privativo, a Sala Lilás – separada dos demais periciados e do possível contato com o agressor. A Sala possui decoração especial, brinquedoteca e ampla sala de espera, além de contar com dois consultórios: um para a realização da perícia das lesões físicas (em pleno funcionamento) e outro que será destinado para exame psicológico (a ser implementado).

A perícia é efetuada por auxiliares de enfermagem e médicos legistas, estes que se distribuem entre todas as atividades da PEFOCE, incluindo laudos cadaverícos e lesões de vivos, totalizando 43 médicos disponíveis para a realização dos exames periciais.

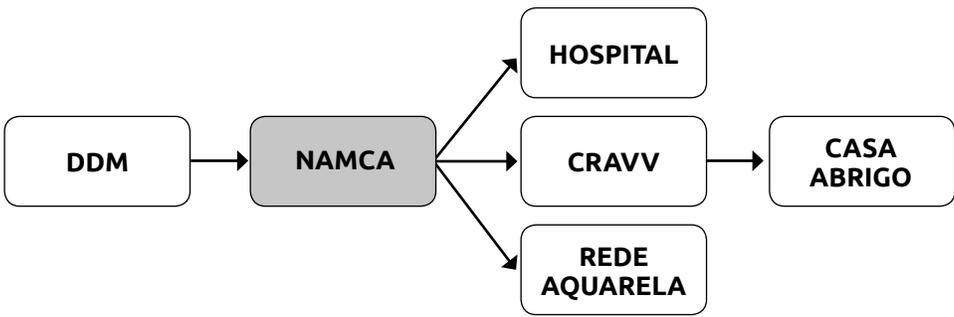
Segundo a supervisora Roberta Pimenta, desse contingente, cinco médicas são mulheres e na atribuição das escalas dos plantões pelo menos uma médica por dia fica disponível para atender no Núcleo. Os servidores passam por um período de treinamento assim que ingressam na Perícia, realizando as tarefas acompanhados de um funcionário mais experiente, mas as capacitações continuam sendo realizadas em periodicidade mensal.

O médico legista Antonio Tavares ressaltou que eventualmente algumas perícias do NAMCA são efetuadas no hospital, por conta das condições e restrições de mobilidade que as vítimas podem apresentar. Após a realização do exame, o material colhido é enviado para avaliação laboratorial (pesquisa de espermatozoide, diagnóstico de câncer de próstata, doenças sexualmente transmissíveis, uso de drogas e DNA) e as vítimas são encaminhadas a hospitais para o tratamento das lesões e a serviços da rede de assistência médica e psicossocial.

Entre as pessoas atendidas, as mulheres são levadas para acompanhamento junto ao Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV), pertencente à Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS), onde recebem apoio psicossocial e jurídico, uma vez que o centro é composto por profissionais de serviço social e direito.

Já as crianças e adolescentes são encaminhados à Rede Aquarela, conveniada à Prefeitura de Fortaleza. Segundo afirmação da representante da Rede, Kelly Menezes, as vítimas recebem o apoio psicossocial e, muitas vezes, suas mães são encaminhadas para acompanhamento junto ao CRAVV. Caso as mulheres corram risco ao retornarem as suas casas devido ameaças do agressor, são encaminhadas à Casa Abrigo.

FIGURA 1: Fluxo de atendimento Infraestrutura.



Programa “Mulher, Viver sem Violência” – expansão do atendimento especializado às mulheres violentadas sexualmente

Em 13 de março de 2013, foi lançado pela Presidenta Dilma Rousseff o Programa Mulher, Viver sem Violência, com objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. A iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº. 8.086, de 30 de agosto de 2013, sendo que um dos eixos da iniciativa é a organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual.

O programa prevê que, de maneira integrada, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça aprimorem a coleta de vestígios de violência sexual; ampliem fluxos e protocolos de atendimento à vítima; integrem serviços de referência em saúde; articulem fluxos e protocolos de atendimento entre saúde e medicina legal; classifiquem serviços de atendimento à violência sexual no Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde; capacitem e qualifiquem profissionais para este atendimento; e, por fim, reformem e ampliem instalações e adquiram equipamentos para hospitais de referência de atendimento às mulheres violentadas sexualmente.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em <http://www.spm.gov.br>.

A infraestrutura do prédio sede da PEFOCE foi reformada e ampliada em 2012, com recursos do Estado do Ceará - a área construída, que abrigava anteriormente apenas o antigo IML, passou de 3.500 para 10.500m².

A Sala Lilás, onde se localiza o NAMCA, foi inaugurada em maio de 2015 e conta com dois consultórios, sala de espera, brinquedoteca e banheiros, além dos equipamentos para realização do exame pericial.

O consultório de perícia das lesões corporais está equipado com aparelhos especializados nesse tipo de exame: um videocolposcópio, que permite a visualização de lesões de difícil percepção a olho nu, e um aparelho de ultrassom, além da mesa ginecológica.

Os laboratórios também ficam nas dependências da PEFOCE e possuem equipamentos obtidos nos últimos anos com apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segundo a perita legista responsável pela supervisão do laboratório de DNA, a biomédica Teresa Cristina, 40% da demanda laboratorial vêm de pedidos do NAMCA.

INSTITUCIONALIDADE

A PEFOCE foi criada em 07/01/2008, por meio da Lei 14.055. Desde então, a perícia tem independência em relação à Superintendência da Polícia Civil e passou a se responsabilizar pelas atribuições dos antigos institutos de Identificação, Criminalística e Médico Legal. A criação do NAMCA, por sua vez, foi autorizada em 2012 e o núcleo foi efetivamente implementado em janeiro de 2013.

Um dos principais desafios para a implementação do projeto foi a renovação dos recursos humanos da perícia. O número total de servidores passou de 207, em 2012, para 413, em 2016, e o número de médicos legistas também variou, no mesmo período, de 23 para 43, o que acelerou a perícia cadavérica (são realizadas cerca de 16 por dia). No dia da visita, todos os laudos desse tipo já haviam sido emitidos às 10h da manhã e os profissionais já estavam de plantão para o atendimento das outras demandas periciais, como lesões em vivos, que inclui o NAMCA.

As atividades do Núcleo não possuem orçamento próprio - a PEFOCE destina os recursos à COMEL, que define a forma de alocá-los em seus diferentes núcleos.

O tipo de atendimento que o NAMCA realiza em Fortaleza também é oferecido em mais sete núcleos periciais no interior, que funcionam sob as diretrizes da capital. Nesses locais, o acompanhamento não é realizado pelo CRAVV, mas por meio dos centros de referência de assistência social (CRAS e CREAS).

PROTÓCOLOS

Quando são encaminhados casos de crimes de lesão corporal e tortura, o Núcleo segue os procedimentos operacionais padrão da COMEL, que consiste no Exame de Lesão Corporal e no Exame de Tortura no Vivo, editados em 13/01/2014 e 03/05/2014, respectivamente.

POP PEFOCE 2013.03.004.0001 – Constatação de Crime Sexual

Procedimento Operacional Padrão – Perícia Forense do Estado do Ceará

O objetivo da iniciativa é estabelecer critérios e orientar os procedimentos que devem ser seguidos na perícia médico-legal, visando a verificação de ocorrência de vestígios, na hipótese de crimes sexuais, além de formular laudo pericial conforme a legislação vigente.

AÇÕES PRELIMINARES: *o procedimento deverá ser realizado, necessariamente, com a presença da auxiliar na sala de exame. Tratando-se de adolescente (maior de 12 anos e menor de 18 anos), perguntar se prefere a saída do(a) acompanhante. Tratando-se de criança (menor de 12 anos), a perícia deverá ser realizada, preferencialmente, com alguém de confiança da mesma ao lado da mesa de exame. Tais orientações visam tornar menos traumática e desconfortável a avaliação pericial. Não realizar o exame sob contenção física ou com recusa expressa do(a) periciando(a) [...].*

OBSERVAÇÕES: *[...] 6) [...] Se não houver indícios de violência, notadamente em se tratando de CRIANÇA e ADOLESCENTE, incluir, neste tópico, o seguinte texto: “Conforme diversos estudos, a ausência de vestígio, na avaliação pericial, não afasta a incidência da violência. Convém observar o histórico e as circunstâncias do fato para uma melhor compreensão do evento”. [...] 12) O(a) periciando(a) deverá ser encaminhado a serviço assistencial hospitalar, até 72 h após o fato em apuração, para a emergência dos seguintes serviços: Gonzaguinha de Messejana (Profilaxia de DST e contracepção de urgência); MEAC (contracepção de urgência); Hospital São José de Doenças Infecciosas (profilaxia de DST) - ver modelo de encaminhamento da COMEL/PEFOCE. Após este período, orientar a busca por qualquer serviço ambulatorial de ginecologia/urologia/DST.*

Para constatação de crime sexual, o marco legal que disciplina a perícia médico-legal da PEFOCE é o Procedimento Operacional Padrão (POP) 2013.03.004.0001. A fundamentação legal relaciona, além de artigos específicos do Código Penal e Processual Penal, a Lei dos Crimes Hediondos, a Lei “Maria da Penha”, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

PARCERIAS

As atividades do núcleo estão articuladas com outros setores da própria PEFOCE e demais políticas públicas do Estado do Ceará. Segundo a delegada Rena Gomes Moura, coordenadora das delegacias especializadas do estado e anterior responsável pela Delegacia de Defesa da Mulher, em função da humanização do atendimento e da eficiência na emissão dos laudos, as atividades do NAMCA têm sido muito eficazes na qualificação da investigação criminal no Ceará.

No âmbito interno à PEFOCE, a integração com o setor de Análise Laboratorial Forense é igualmente importante para a agilidade na produção dos laudos periciais.

O encaminhamento para atendimento hospitalar e assistência psicossocial e jurídica também depende da articulação com os hospitais e com as redes CRAVV e Aquarela, já mencionadas aqui. Os representantes do CRAVV e da Aquarela reconhecem a melhoria nos serviços de perícia com a fundação do Núcleo.

Lívia Xerez, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SEJUS) e do Conselho Cearense da Mulher (setores do governo bem articulados com a PEFOCE), afirmou que a comunidade tem dado um retorno positivo a respeito da atuação da perícia. Em debate com grupo de mulheres, quando uma participante manifestou receio sobre o serviço de laudo pericial, Lívia presenciou a intervenção de outra cidadã, que afirmou que o serviço não era mais realizado de forma traumática. Em relação a outros setores do sistema de justiça, Renato Moreira, coordenador da COMEL, mencionou o início de uma aproximação com a Defensoria Pública para a integração dos serviços, mas os contatos ainda estão em fase inicial.

Cabe destacar a integração da PEFOCE ao Sistema de Informações Policiais (SIP) da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), de modo que todos os laudos são registrados automaticamente no SIP, além da participação no programa de metas da SSPDS, sendo a produção de laudos um dos indicadores controlados pelo programa. Há ainda reuniões mensais entre o Perito Geral e o Secretário para tratar das estatísticas referentes à produção de laudos e, no âmbito da COMEL, os laudos são produzidos dentro do prazo regular.

PRINCIPAIS RESULTADOS

São realizadas no NAMCA cerca de 100 perícias por mês – 90% são em mulheres vítimas de violência – sendo mil a média de perícias por ano. O número de exames realizados aumentou e a população reconhece a melhoria no trabalho e no atendimento.

O NAMCA propõe a realização de um atendimento diferenciado às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, sobretudo violência sexual. Nesse sentido, o projeto inova em relação ao modelo anterior, rompendo com práticas organizacionais tradicionais, que não diferenciam equipamentos públicos e protocolos operacionais para um atendimento específico para essas vítimas.

Roberta Pimenta, supervisora do Núcleo, frisou que a criação da PEFUCE como entidade autônoma em relação à Polícia Civil, em 2008, foi fundamental para o desenvolvimento da perícia. A **Lei Maria da Penha**, sancionada dois anos antes, também se mostrou basilar nesse processo de reestruturação, ou seja, a renovação organizacional foi instituída levando em conta uma atenção específica para as mulheres vítimas de violência.

A auxiliar de enfermagem Lúcia Paz, servidora da medicina legal do Estado desde antes das reformas iniciadas em 2008, e o médico Maxloviqye Batista Holanda sublinharam as melhorias técnicas na infraestrutura pericial e nas condições para um atendimento humanizado das vítimas. Holanda relatou uma iniciativa de arrecadação de brinquedos para as crianças que são atendidas no Núcleo (tanto crianças vitimadas, quanto filhos das vítimas) e afirmou que essa ação tem tido um retorno positivo por parte das pessoas atendidas e também de outros profissionais que continuam o atendimento após a perícia (médicos, assistentes sociais, psicólogos, delegados).

Todos os depoimentos das representantes da rede de atendimento que tem contato direto com a população destacam o retorno positivo em relação à mudança qualitativa no atendimento, observando, inclusive, que não são mais pertinentes perguntas que remetem à moralidade das pessoas envolvidas no projeto.

A Polícia Civil reconhece a melhoria e agilidade na realização dos laudos e confirma que a adesão ao exame tem crescido e auxiliado a qualificar os inquéritos policiais, apesar de não haver quantificação de dados que permita checar essa informação. Um impacto importante para a Polícia Civil é que a realização dos exames pelas vítimas e a qualidade da perícia vem fortalecer a prova e, portanto, a materialidade do delito, contribuindo, assim, para a redução da impunidade. Já para a vítima, a realização da perícia tem impacto muito importan-

te quando se trata da comprovação de crimes ocorridos no âmbito doméstico, sobretudo quando se trata de violência sexual. Para além do processo criminal, o exame é importante porque faz valer a palavra da vítima perante os familiares em situações em que a violência não é reconhecida.

DESAFIOS

Considerando que um dos principais objetivos do NAMCA é ampliar a adesão ao exame pericial, é fundamental que se consolide uma forma de medição dessa adesão para monitorar a eficácia do programa. Aproximadamente 50 mulheres por dia são encaminhadas à perícia pela DDM de Fortaleza, no entanto, somente três exames são realizados por dia pelo Núcleo. Assim, do ponto de vista qualitativo, é possível afirmar que as ações para melhorar o atendimento à população e não “revitimizá-la” são bem-sucedidas, porém ainda carecem de um modo adequado de confirmar quantitativamente o sucesso da iniciativa.

Em relação à parceria com outras instituições vinculadas à SSPDS, há dificuldade de articulação com a Polícia Militar. A requisição do laudo é prerrogativa apenas do delegado de polícia, e a PM é quem auxilia na condução de vítimas e agressores. Como essa condução não é feita por um destacamento ou batalhão específico, os elos entre policiais e Perícia são frágeis, pois os agentes são sempre diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto lida diretamente com desigualdades de gênero, respeitando os direitos humanos e a dignidade de todos os envolvidos. Enfrentar as desigualdades de gênero é, de fato, a premissa para a existência do Núcleo, que foi criado para evitar a “revitimização” e estimular a ida das vítimas ao exame pericial. O aumento no número de médicas mulheres, apesar de ainda serem apenas cinco profissionais, é um diferencial na abordagem à vítima e altera a relação do cidadão e cidadã com os agentes públicos.

Sobre os aspectos internos à corporação – no presente caso, a PEFOCE –, a indicação de uma mulher para assumir a supervisão do Núcleo demonstra não só uma busca por equidade, mas também a relevância da presença de médicas mulheres em serviços que trabalham com questões de gênero.



Patrulha Maria da Penha GCM e Casa da Mulher Brasileira Campo Grande (MS)

Roberta Astolfi e Marina Bohnenberger



Patrulha Maria da Penha GCM e Casa da Mulher Brasileira Campo Grande (MS)

Roberta Astolfi e Marina Bohnenberger



Nome da Experiência: Patrulha Maria da Penha GCM e Casa da Mulher Brasileira



Corporação: Guarda Civil Municipal



Cidade/UF: Campo Grande (MS)



Data de início da experiência:
2015

Data da visita à experiência:
15 e 16 de fevereiro de 2017



Responsável pela inscrição: Samuel Pires da Silva, Assessor de Planejamento e Projetos da Guarda Civil Municipal de Campo Grande

RESUMO

A Patrulha Maria da Penha é uma divisão da Guarda Civil Municipal de Campo Grande especializada no atendimento humanizado a mulheres em situação de violência doméstica, sobretudo aquelas beneficiadas com Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) concedidas pela justiça. As principais atividades realizadas pela Patrulha são visitas domiciliares e telefonemas de acompanhamento para verificar, junto às solicitantes, sua condição de segurança e bem-estar e o cumprimento das medidas por parte dos acusados. A iniciativa é integrada à Casa da Mulher Brasileira (CMB), no local em que funciona a sede da Patrulha e onde mulheres podem contar com diversos serviços da rede de enfrentamento à violência em um único lugar, com o objetivo que o atendimento seja feito de forma ágil e segura. A Casa da Mulher Brasileira realiza atendimento 24 horas e os serviços de emergência, incluindo a Patrulha Maria da Penha, funcionam de forma ininterrupta. Essa descrição tem como referência principal a atuação da Patrulha Maria da Penha na CMB e os demais serviços não serão descritos exhaustivamente, apenas o suficiente para compreender a lógica de funcionamento da Casa e a relação da Patrulha com os demais pontos da rede.

INTRODUÇÃO

A história do projeto começou com a Lei Municipal 5.305, de 2014, que criou o Programa de Proteção à Mulher, “disponibilizando o dispositivo ‘controle do pânico’ para mulheres vítimas de violência no âmbito do município de Campo Grande”. A lei tinha como foco principal o dispositivo tecnológico para proteger mulheres beneficiadas por “medidas protetivas da lei Maria da Penha” e, com um texto bastante curto, previa regulamentação posterior. Um ano depois foi publicado o Decreto 12.563/2015, regulamentando a Lei e criando a Patrulha Maria da Penha no âmbito da Guarda Civil Municipal. O decreto é mais detalhado em relação à lei e faz referência ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e ao Programa Mulher Viver Sem Violência, iniciativas do Governo Federal a que o município havia aderido. A criação da Patrulha Maria da Penha foi impulsionada pelas negociações para a implantação da Casa da Mulher Brasileira no município, envolvendo os três entes federativos. Além de ficar responsável por construir e equipar a CMB e garantir o funcionamento durante a primeira fase, a União financiou duas viaturas para a Patrulha.

O trabalho da Patrulha consiste em visitas de acompanhamento das medidas protetivas, além do plantão 24 horas para atender casos de emergência em que a requerente relata a aproximação do autor de violência, ou mesmo uma nova agressão. Os operadores também orientam as mulheres a respeito do encaminhamento de seus casos junto à justiça e sobre outros serviços públicos que possam ajudá-la a superar a situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles oferecidos na Casa da Mulher Brasileira.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O maior volume de atendimentos da Patrulha refere-se àqueles iniciados a partir da concessão de MPU pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, também sediada na CMB e dedicada exclusivamente à avaliação, concessão e acompanhamento de medidas protetivas. Apenas juízas e promotoras mulheres dão expediente na Casa da Mulher Brasileira. Diariamente um/a patrulheiro/a vai até o Cartório da 3ª Vara para coletar medidas concedidas, mas, em casos urgentes, a Patrulha é acionada a qualquer hora do dia ou da noite.

Ou seja, o judiciário é uma das formas pelas quais as mulheres iniciam o contato com a Patrulha e uma outra forma é por meio de encaminhamento do Ministério Público. A 72ª Promotoria de Justiça de Campo Grande – Casa da Mulher Brasileira, recebe denúncias que chegam ao serviço

Disque 180¹ do Governo Federal. Nesse caso, a Patrulha é acionada para averiguação e, constatando que a denúncia é procedente, informa a mulher sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis para enfrentar a situação de violência. O Ministério Público e judiciário são notificados e, se a mulher desejar, ela é levada pela Patrulha até a CMB para registro da ocorrência.

A Patrulha também vem sendo cada vez mais acionada por policiais militares e pelos demais membros da Guarda Civil Municipal quando identificam casos de violência doméstica. Porém, assim como o efetivo regular da GCM aciona a Patrulha, a Patrulha também pode acionar o efetivo regular da Guarda por uma questão logística: o município tem uma área territorial de 8 mil km² (cinco vezes maior que o município de São Paulo) e densidade demográfica de apenas 97,22 habitantes por km² (76 vezes mais baixa que a cidade de São Paulo). Com sete bases espalhadas pelo território, a Guarda Civil de Campo Grande tem orientações para fazer o primeiro atendimento em casos de emergência enquanto a equipe da Patrulha não chega. Em alguns casos, o efetivo regular da Guarda leva a mulher até a Casa, o que é um grande benefício uma vez que grandes deslocamentos podem representar fortes entraves à busca pelos serviços.

Se a mulher for beneficiada por medida protetiva de urgência, a informação chegará à Patrulha em até 24 horas (lembrando que nos casos de maior risco a Patrulha pode ser avisada imediatamente) e será feito o cadastro junto com todas as medidas do dia. O primeiro contato é realizado por telefone para apresentação do serviço e agendamento de uma visita presencial. Nos contatos iniciais é avaliado o grau de risco e, havendo consentimento, haverá novas visitas até que se completem três.

Se após a terceira visita for verificado que a medida protetiva não foi violada e não houve novos episódios de violência, as visitas são suspensas até eventual nova denúncia. Os descumprimentos de medidas são reportados à 3ª Vara, podendo resultar em medidas mais restritivas, como prisão preventiva ou, como foi verificado em um caso, o uso de tornozeleira eletrônica com monitoramento por parte do órgão da administração penitenciária no estado e também pela própria mulher.

As visitas são feitas por uma equipe de três guardas e sempre comandadas por uma mulher. Apenas a primeira visita é agendada, sendo que para as de-

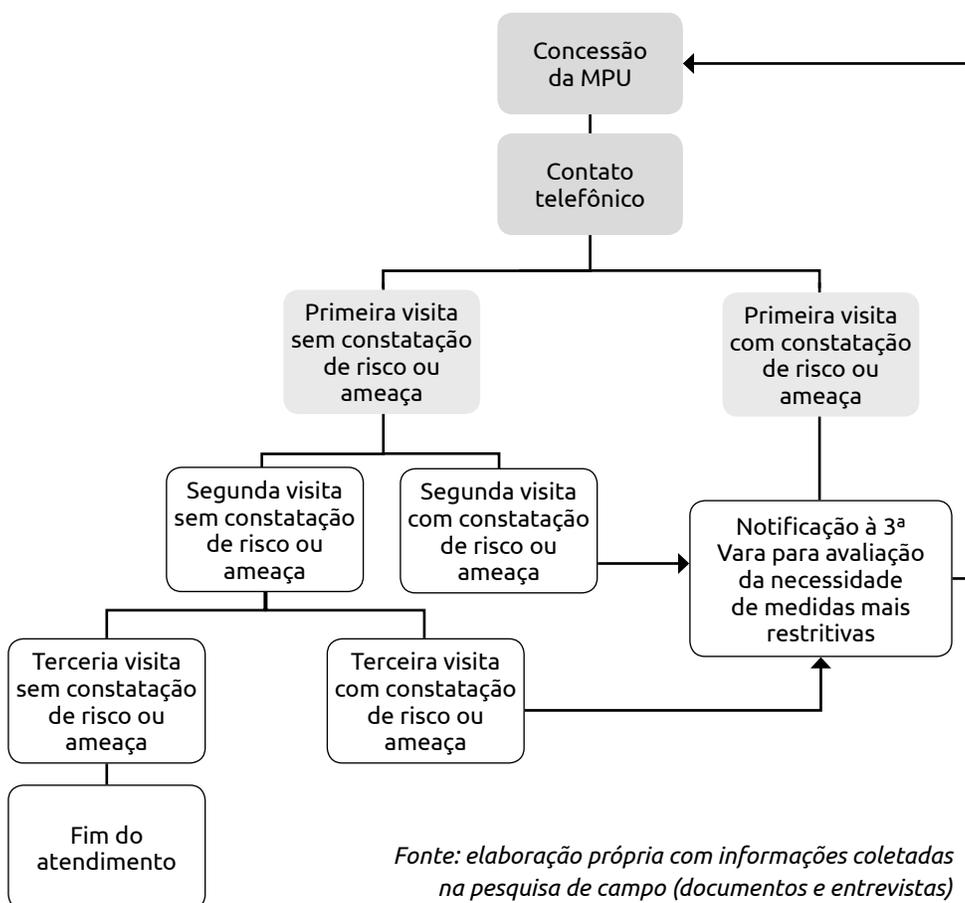
1. No website do Ministério Público do Mato Grosso do Sul estão definidas as atribuições da 72ª Promotoria e entre estas consta que a Promotoria deve atuar "...nos pedidos de providência e notícias de fato originadas a partir do Disque 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. <https://www.mpms.mp.br/promotorias/campo-grande/72a-promotoria-de-justica-de-campo-grande-casa-da-mulher-brasileira>. Consultado em 30 de junho de 2017.

2. No caso relatado, foi instalado na casa da beneficiária um alarme que soa em caso de aproximação do autor da violência.

mais são avaliados, em conjunto com a mulher, os horários de maior risco que podem ser os horários de saída e entrada no trabalho ou de saída ou chegada à casa. Embora o flagrante do descumprimento esteja previsto, as visitas são de caráter preventivo, como uma notícia para o autor da violência de que aquela mulher está sendo amparada e casos de flagrante geralmente ocorrem quando a mulher beneficiada aciona a Patrulha em situação de emergência.

O fluxograma abaixo representa a lógica de atendimento da Patrulha sendo que, na prática, há variações. Há casos em que o primeiro contato telefônico não tem sucesso e a Patrulha vai diretamente até o endereço informado. Em parte dos atendimentos pode ter ocorrido preenchimento incompleto, mas também existe a mobilidade da mulher em situação de violência. Em qualquer fase do acompanhamento a mulher pode se ausentar temporariamente ou mudar de residência, seja por medo do autor da violência, seja para retomar outros laços familiares ou comunitários ou mesmo em busca de trabalho. Tanto nos casos de mudança quanto nos casos de endereço incompleto, a Patrulha tem como procedimento retornar e conversar com vizinhos, na tentativa de estabelecer novo contato e assegurar-se de que a beneficiária está fora de risco.

FIGURA 1: *atendimento da Patrulha Maria da Penha junto às mulheres beneficiadas por MPU.*



Fonte: elaboração própria com informações coletadas na pesquisa de campo (documentos e entrevistas)

INFRAESTRUTURA

A Divisão de Patrulha Maria da Penha conta com uma equipe de 30 guardas civis, sendo que o efetivo total da Guarda é formado por 1.208 pessoas. A Patrulha tem uma viatura à disposição da guarnição que realiza as visitas programadas e outra que fica para a guarnição de plantão para o atendimento de emergência. Em termos de expediente, as visitas da Patrulha são feitas em horário comercial ao passo que os serviços de emergência da Casa da Mulher Brasileira que funcionam sem interrupção, além da Patrulha, são: a recepção, a delegacia, o alojamento de passagem, bem como o posto da Polícia Militar.

Disposto em forma circular, o prédio da Casa prevê um espaço para cada setor, sendo os postos da PM e da Guarda Civil localizados nos fundos do edifício. A sala de triagem, por onde chega a mulher em situação de violência, é protegida por uma porta de vidro com adesivo preto, o que protege a privacidade das mulheres e do restante da Casa.

A Casa é gerida por uma coordenação administrativa, da qual participam a Subsecretária de Políticas para as Mulheres do município, a representante do Governo Federal, uma coordenadora de projetos e o apoio técnico. O fórum maior é o Colegiado, do qual fazem parte todas as instâncias da Casa e que se reúne uma vez por mês.

INSTITUCIONALIDADE

A Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande é mantida por convênio com a Secretaria de Políticas para as mulheres do Governo Federal com os outros dois entes federados e a maior parte dos profissionais que atua na Casa é funcionária da Prefeitura ou do Estado. O órgão que responde pelo município na CMB é a Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU). Se por um lado Prefeitura e Estado podem garantir o salário e disponibilidade de seus quadros regulares, há custos de manutenção específicos da casa e de pessoal administrativo que seriam difíceis de arcar sem a participação da SPM. A mais recente renovação do convênio entre prefeitura e a SPM foi assinada no dia 28 de junho de 2017 prevendo aporte adicional de R\$ 3 milhões. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias do município para 2017 está previsto um orçamento geral de aproximadamente R\$ 5,5 milhões para a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres³, mas não especificava que montante estaria destinado ao funcionamento da Casa da Mulher Brasileira.

1. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SEMMU) foi criada em 2013 e, em 2017, com a nova gestão municipal, foi transformada em Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU). Não sabemos se essa mudança tem impacto no orçamento destinado ao órgão anterior na LDO 2017.

FIGURA 2: Documentos legais que regem a existência e funcionamento da Patrulha Maria da Penha na Guarda Civil Municipal de Campo Grande.

Lei 5.305/2014

Cria o Programa de Proteção à Mulher, disponibilizando o dispositivo “Controle do Pânico”

Decreto 12.563/2015

Regulamenta a Lei 5.305/2014 e instituiu propriamente a Patrulha Maria da Penha na GCMCG

Resolução SEMESP 03/2015

Dispõe sobre “formulários padrões” a serem adotados pela GCM no âmbito da Casa da Mulher Brasileira

Decreto 13.065/2017

Prevê a Patrulha Maria da Penha no organograma da Guarda Civil Municipal de Campo Grande

A Patrulha Maria da Penha tem trilhado, paralelamente, um caminho para sua maior institucionalização. Além da lei e decreto mencionados na introdução, que criava e regulamentava o Programa de Proteção à Mulher no município, outras normas foram estabelecendo e dando institucionalidade à Patrulha Maria da Penha: em abril de 2015, uma resolução da Secretaria Municipal de Segurança Pública estabeleceu “os formulários a serem utilizados pelos Guardas Civis Municipais na realização das atividades desenvolvidas na Casa da Mulher Brasileira”. Já em 2017, o decreto 13.065, que dispunha sobre a competência e aprovava a estrutura básica Secretaria Especial de Segurança e Defesa Social (Sesde) estabeleceu a “Divisão de Patrulha Maria da Penha” na estrutura básica e no organograma da Sesde.

PROTOS

As regras de atendimento, orientações gerais e as funções da Patrulha Maria da Penha estão descritas em um documento interno em que uma sessão é dedicada ao Protocolo de Atendimento. O protocolo de atendimento prevê triagem e planejamento das visitas que privilegia as mulheres em situação de maior risco e a ordem cronológica de concessão da MPU. A composição das equipes de cada viatura da Patrulha é de uma mulher e dois homens. O protocolo prevê também a comunicação de descumprimentos à 3ª Vara via ofício, a suspensão das visitas após a terceira visita em que não houver detecção de nenhuma forma de violência, retomada das visitas em caso de nova denúncia, encerramento das visitas em caso de medida protetiva revogada, registro das informações de todas as visitas e acompanhamento do psicossocial quando necessário.

Os formulários padrão a serem preenchidos pela Patrulha são: a) o formulário de Registro de Atendimento de Medidas Protetivas de Urgência que relata cada uma das visitas e b) o Relatório de Serviço Diário, que é o relato de todas as atividades realizada pela guarnição no dia. Os formulários foram publicados na Resolução da SEMSP nº 03/2015⁴. A análise desses dois formulários dá os subsídios para o planejamento das ações: casos de maior risco serão tratados com prioridade, casos com três visitas sem relato risco terão as visitas suspensas e assim por diante.

PARCERIAS

O ponto forte deste projeto é a relação e o diálogo entre os diversos participantes, que trabalha no que parece ser uma verdadeira rede de enfrentamento à violência doméstica e atendimento especializado. As parcerias são, portanto, estruturantes, abrangendo recursos e esforços das três esferas de governo.

A relação mais evidente da Patrulha é com a 3ª Vara, que trabalham num fluxo conjunto: todas as medidas protetivas são encaminhadas à Patrulha para fiscalização, da mesma forma que eventuais descumprimentos de medida são comunicados pela Patrulha à 3ª Vara, que pode decidir por medidas mais restritivas. Há um posto da Polícia Militar na Casa, próximo ao posto da Guarda, que mantém uma relação de apoio com a Patrulha. Os dois serviços, parecem se diferenciar nos seus métodos e objetivos: a Patrulha identifica o trabalho da PM como “repressivo” e com foco no autor da violência em contraste com o próprio trabalho, “preventivo” e com foco na mulher.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Houve dois cursos de formação dos Guardas para a Patrulha Maria da Penha: um no momento da sua implementação, em 2015 e outro no início de 2016. A capacitação ainda não é uma atividade continuada e os interessados – como algumas Guardas membras da Patrulha – já procuraram espontaneamente os cursos à distância oferecidos Rede de Ensino à Distância (EAD) da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

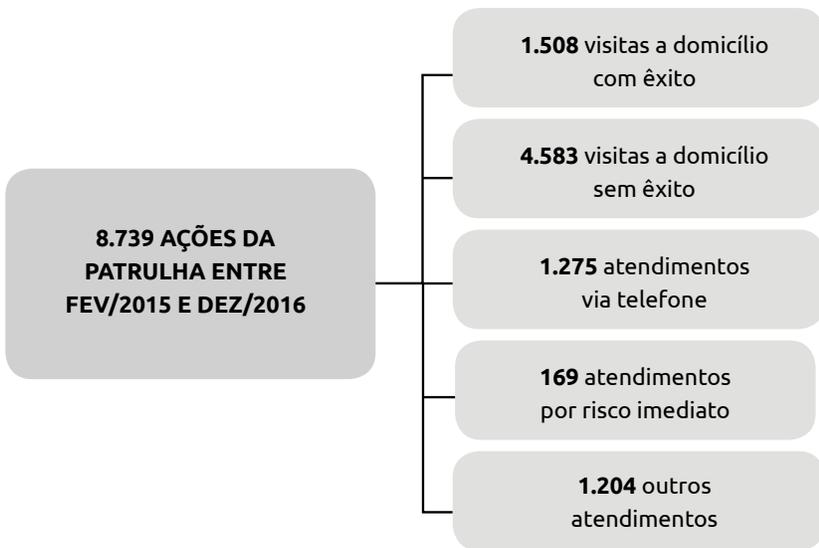
Entre as funcionárias envolvidas na gestão da Casa da Mulher Brasileira foi possível verificar uma formação aprofundada em questões de desigualdade de gênero e de violência contra a mulher e elas se demonstraram cientes da necessidade de que a formação precisa ser continuada e permanentemente atualizada.

4. A Resolução está nas páginas 06 e 07 do Diário Oficial de Campo Grande do dia 30 de abril de 2015. Site do Diário Oficial de Campo Grande: <http://portal.capital.ms.gov.br/diogrande/>

PRINCIPAIS RESULTADOS

A gestão da CMB por parte da SPM do Governo Federal mantém um “Relatório de fluxo de atendimento nos setores”, mensal e por períodos. O relatório referente ao período de 03 de fevereiro de 2015, data da inauguração, até 31 de dezembro de 2016, informa que foram realizados 12.628 boletins de ocorrência, com 1.012 autos de prisão em flagrante e 478 mandados de prisão cumpridos. O relatório informa ainda que no judiciário foram concedidas 4.229 MPUs e que para 511 casos, a medida solicitada não foi concedida. Dessas 4.229 medidas concedidas, as ações por parte da Patrulha somam um montante de 8.739.

FIGURA 3: Ações realizadas pela Patrulha Maria da Penha entre 03 de fevereiro de 2015 e 31 de dezembro de 2016.



Fonte: Relatório de fluxo de atendimento nos setores (03 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2016). Secretaria de Políticas para as Mulheres/Governo Federal.

Chama atenção o grande número de visitas a domicílio sem êxito. Nesse sentido, é importante lembrar a respeito da prática de busca ativa de mulheres que, em qualquer fase do acompanhamento não foram encontradas por motivo de preenchimento inadequado do endereço ou por mudança provisória ou definitiva. É importante ressaltar que a Patrulha não faz um trabalho meramente burocrático, mas entende que parte da sua atribuição é enfrentar as dificuldades inerentes à situação das mulheres que visa a auxiliar.

DESAFIOS

Um desafio que parecer ser muito comum entre programas de patrulhas de acompanhamento de MPUs é encontrar a mulher beneficiária da medida, dificultando

dade que pode ocorrer por preenchimento inadequado dos campos de endereço na entrada ou por mobilidade. Há vários motivos que podem levar uma mulher em situação de violência a se mudar: fuga por medo, busca de amparo em laços familiares ou comunitários anteriores, busca por outras fontes de renda com a possível perda do apoio financeiro do companheiro, desejo de recomeçar a vida e assim por diante. Nesse sentido, é importante que o serviço seja ágil para que a mulher não tenha que abandonar definitivamente seus laços por medo de novas violências se, de outro modo, pretendesse permanecer no local. Nos casos em que ela decidir pela mudança por qualquer motivo, é importante que possa ser acompanhada, mesmo que apenas por telefone, pois há casos em que a troca de endereço não é suficiente para cessar a violência. Além disso, quando há filhos em comum, questões relacionadas à guarda podem se complicar com o desconhecimento do paradeiro da mulher. Por fim, nessa situação ela pode estar abrindo mão de bens a que tem direito, o que configura mais uma forma de violência.

Quanto ao preenchimento inadequado do endereço e/ou telefone, o primeiro passo e mais simples deles é o aperfeiçoamento do primeiro atendimento por parte da rede, seja na recepção a CMB, seja na delegacia ou ainda no judiciário. Mas há também casos em que as próprias mulheres informam endereços incompletos, inseguras com as consequências da própria denúncia. Esse ponto merece reflexão aprofundada não apenas do programa Patrulha Maria da Penha, mas por parte de todos os profissionais e formuladores de políticas que trabalham com o tema da violência contra a mulher.

Em relação especificamente à Casa da Mulher Brasileira, seu calcanhar de Aquiles é a segurança financeira. Embora tenha havido uma recente renovação no convênio com a SPM, os municípios e estados precisam encontrar formas, preferencialmente por meio de leis, que assegurem a continuidade do serviço de forma estável ao longo dos anos. Do mesmo modo, a Patrulha Maria da Penha poderia se beneficiar de uma Lei municipal que garantisse sua existência para além dos decretos. Durante a visita da equipe de pesquisa foi relatado um período em que houve falta de gasolina para as viaturas da Patrulha e muitas visitas classificadas como de menor risco foram substituídas por telefonemas.

Por fim, a formação dos quadros dos/as patrulheiros/as e a discussão sobre gênero são aspectos que podem ser aprofundados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o trabalho em rede tem sido a tônica das iniciativas de enfrentamento à violência contra a mulher, a Casa da Mulher Brasileira é mais plena materialização desse ideal. A proximidade entre os setores tem dois benefícios principais:

a facilidade e agilidade em que a pessoa atendida transita entre os diversos serviços que precisa acessar e a proximidade entre os diversos órgãos públicos, facilitando o fluxo burocrático e minimizando os gargalos.

Modelos semelhantes ao da Patrulha Maria da Penha têm sido implantados em diversas corporações, seja nas PMs estaduais, seja em Guardas Municipais. No caso da Patrulha Maria da Penha da Guarda Civil de Campo Grande, alocar a Patrulha na CMB trouxe diversos benefícios para o modelo, com destaque para dois deles: a facilidade de acesso à 3ª Vara de Violência Doméstica contra a Mulher, e a vivência integrada com outros/as operadores, permitindo trocas e reflexões sobre as especificidades da violência baseada em gênero e sobre como superar os principais desafios.

Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira é um equipamento público desenvolvido para concentrar serviços de atendimento humanizado para mulheres em situação de violência, idealizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, no Governo Federal. O principal problema que a CMB busca enfrentar é que as mulheres precisam recorrer a diversos órgãos públicos, nos três entes federativos para poder acessar seu direito a sair de uma situação de violência e esses órgãos se encontram dispersos no espaço das cidades, cada qual funcionando de acordo com suas próprias regras internas de tramitação, com contatos intermitentes e esparsos com as regras de tramitação dos outros órgãos da cadeia de atendimento. A lógica de integração da CMB é radical, pois além dos órgãos executivos do município, do estado e do governo federal, também estão presentes o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. A CMB está em funcionamento hoje, em Brasília, Belo Horizonte e Campo Grande. A CMB começou a ser efetivada com o Decreto Presidencial Nº 8.086, que instituiu o Programa Mulher: Viver sem Violência, em 30 agosto de 2013. Os seguintes setores estão previstos na CMB:

- *Acolhimento e triagem;*
- *Apoio psicossocial;*
- *Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam);*
- *Vara especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;*
- *Promotoria Especializada do Ministério Público para crimes de violência contra as mulheres;*
- *Núcleo Especializado da Defensoria Pública;*
- *Serviço de promoção da autonomia econômica;*
- *Central de transportes (possibilita o deslocamento de mulheres para o atendimento em serviços que não estejam disponíveis na Casa, tal como serviço de saúde);*
- *Brinquedoteca para acolher crianças de 0 a 12 anos de idade, que acompanhem as mulheres;*
- *Alojamento de passagem (Espaço de abrigo temporário de curta duração para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que corram risco iminente de morte);*
- *Coordenação e gerência administrativa.*

Em Campo Grande, a Casa da Mulher Brasileira tem todos esses setores em funcionamento e também um posto da Patrulha Maria da Penha, um posto da Polícia Militar e um auditório para a realização de cursos de formação.

Sobre os Autores | Índice Remissivo



Sobre os autores

CAUÊ MARTINS

Mestre e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

CRISTINA NEME

Mestre em Ciência Política e graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Consultora de projeto do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

DAVID MARQUES

Doutorando e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde faz parte do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC). Pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GIANE SILVESTRE

Doutora e mestre em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFS- Car) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília. Pesquisadora de Pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e membro do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC) da UFSCar. Pesquisadora associada ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ISABELA SOBRAL

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Estagiária de pesquisa no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

JACQUELINE ISAAC MACHADO BRIGAGÃO

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora associada ao Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (CEAPG/FGV) e docente da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora associada ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

MARINA BOHNENBERGER

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Estagiária de pesquisa no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

MARINA PINHEIRO

Mestre em Ciências Políticas pelo *Graduate Institute of International and Development Studies* de Genebra e graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

OLAYA HANASHIRO

Ph.D. em Ciência Política pela *London School of Economics and Political Science (LSE)* e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Consultora Sênior de Projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ROBERTA ASTOLFI

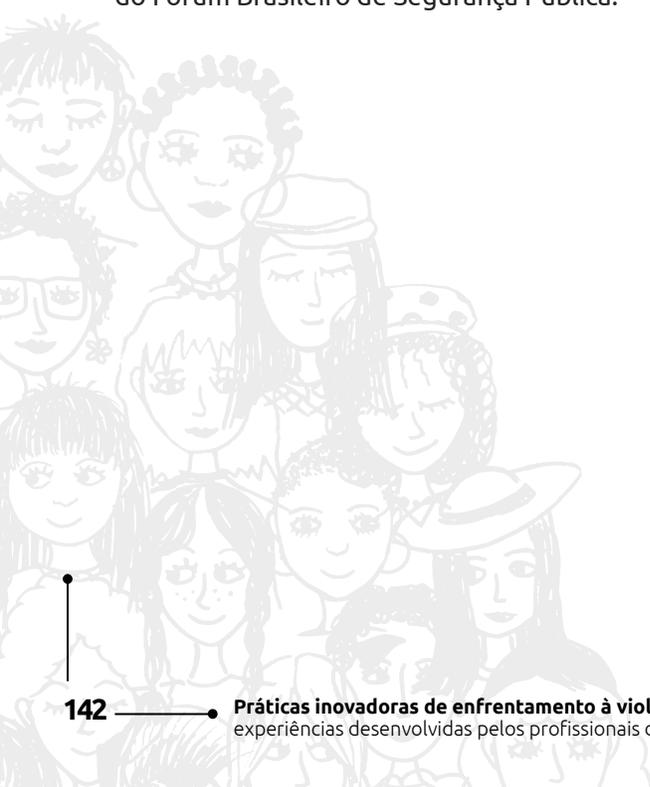
Mestre em Ciência Política e bacharel em Comunicação Social (Publicidade) pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

SAMIRA BUENO

Doutoranda e mestre em Administração Pública e Governo pelo FGV/EAESP. Pesquisadora associada ao Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da FGV/EAESP. Diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

STEFANIE ANDRADE PRANDI MENDES

Bacharel em Ciências e Humanidades e graduanda em Relações Internacionais e Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Estagiária no setor Informativo do Gabinete/SGM na Prefeitura de São Paulo. Foi estagiária de pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



Índice Remessivo

Feminicídio e Lei 13.104	11
Protocolo de Bogotá	17
Protocolos da metodologia investigatória na perspectiva de gênero	17
Ligue 180.....	26
Maria da Penha e Lei 11.340	32
Medidas Protetivas de Urgência	33
Mulheres na Polícia Militar	41
Violência contra a Mulher	47
Tipos de violência contra a mulher	47
Augusto Boal e o Teatro do Oprimido	58
Articulação e intersetorialidade no atendimento às mulheres	68
Desistência da denúncia	69
Polícia Comunitária	85
Serviços de saúde.....	97
Delegacias da Mulher	110
Programa “Mulher, Viver sem Violência” – expansão do atendimento especializado às mulheres violentadas sexualmente	120
POP PEFOCE 2013.03.004.0001 - Constatação de crime sexual	122
Casa da Mulher Brasileira	138

Realização:



Parceria:



**Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero
e Núcleo Policial Investigativo de Femicídio | Teresina (PI)**

Cristina Neme e Cauê Martins

Patrulha Maria da Penha BMRS | Porto Alegre (RS)

Olaya Hanashiro e Isabela Sobral

Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA | Salvador (BA)

Samira Bueno e Jacqueline Brigagão

Baby: Espetáculo de Cena Fórum | Brasília (DF)

Marina Pinheiro e Stefanie Prandi

**Rede de Frente – Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra
a Mulher | Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT)**

David Marques

Projeto Mulher Segura MS | Amambai (MS)

Roberta Astolfi

**Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar
Belo Horizonte (MG)**

Jacqueline Isaac Machado Brigagão

Ronda Maria da Penha PMAM | Manaus (AM)

Giane Silvestre

**Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente
(NAMCA) | Fortaleza (CE)**

Cauê Martins e Cristina Neme

**Patrulha Maria da Penha GCM e Casa da Mulher Brasileira
Campo Grande (MS)**

Roberta Astolfi e Marina Bohnenberger

ISBN 978-85-67450-04-9



9 788567 450049

